



**PARTIDO
POPULAR
MONÁRQUICO**

**POR UMA NAÇÃO
JUSTA E COM
VERDADE ***

programa eleitoral

legislativas'25

ÍNDICE

8. ALTERAÇÃO DO SISTEMA ELEITORAL
11. COMBATE À CORRUPÇÃO
22. JUSTIÇA
39. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
50. PODER LOCAL
57. REGIONALIZAÇÃO
61. AÇORES E MADEIRA
73. COMUNIDADES
85. IMIGRAÇÃO
91. POLÍTICA EXTERNA
98. SEGURANÇA
103. PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS
113. DEFESA
120. ECONOMIA E FISCALIDADE
141. ECONOMIA DO MAR
153. AGRICULTURA
163. FLORESTA
174. PESCAS
185. AMBIENTE
207. HABITAÇÃO
211. EDUCAÇÃO
218. CULTURA
227. COMUNICAÇÃO SOCIAL
241. DESPORTO
255. SAÚDE
279. SUMÁRIO EXECUTIVO

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Portuguesas e Portugueses,

O Programa Eleitoral que aqui apresentamos é o resultado de uma reflexão profunda sobre o país que somos e o país que podemos ser.

O Partido Popular Monárquico construiu, ao longo de quase cinco décadas, um caminho coerente e fiel aos princípios que o fundaram: a dignidade da pessoa humana, a liberdade responsável, a coesão entre regiões, o respeito pela nossa história e pela natureza que nos sustenta. Defendemos um Estado que sirva, e não que se imponha. Um território ordenado, comunidades coesas, instituições que inspirem confiança.

Sabemos que os desafios de hoje exigem mais do que discursos fáceis. Exigem visão, seriedade e coragem para propor soluções estruturais, com equilíbrio e com respeito pelo bem comum. É isso que encontrará neste programa: propostas realistas e exequíveis, enraizadas nos valores que nos orientam e focadas nas necessidades concretas do país.

Este é um tempo de escolhas. Apelamos ao sentido cívico e à responsabilidade democrática de todos. O PPM apresenta-se a estas eleições com a determinação tranquila de quem acredita que Portugal merece melhor — e que há um caminho sério e possível para o alcançar.

Por uma Nação mais justa e com verdade.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE



POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Portugal precisa de um novo ciclo.

Um ciclo em que a política volta a ser instrumento de serviço público, a democracia ganha profundidade, e o desenvolvimento deixa de ser privilégio de alguns para se tornar direito de todos.

O Partido Popular Monárquico apresenta uma visão integrada para o país — uma visão que respeita as pessoas, valoriza os territórios e responde, com rigor e ambição, aos grandes desafios do nosso tempo.

Acreditamos numa Administração Pública que não seja um labirinto, mas uma ponte. Um Estado próximo, ético, descentralizado e eficiente, onde o mérito conta, a transparência é regra e os cidadãos encontram respostas — não obstáculos.

Queremos uma Justiça que funcione. Uma Justiça independente e acessível, que proteja os direitos fundamentais, combata a impunidade e respeite quem dela precisa. Uma Justiça administrativa que responsabilize o Estado e penalize o abuso. Uma Justiça penal que equilibre firmeza com reintegração.

Propomos uma Regionalização responsável, faseada e democrática. Um modelo que aproxima o poder das pessoas, fortalece a coesão territorial e devolve voz às regiões sem diluir a unidade nacional.

Porque **governar com proximidade é governar com mais justiça.**

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A Habitação não pode continuar a ser o espelho da exclusão. Defendemos um pacto habitacional assente na reabilitação, no aproveitamento do património devoluto, no acesso para os jovens e para a classe média, e na correção das injustiças fiscais e urbanísticas que afetam quem mais precisa de estabilidade.

Encaramos a Imigração com respeito, inteligência e sentido de futuro. Somos por uma política de acolhimento com regras claras, integração real e participação ativa. Uma política descentralizada, gerida a partir do território e com os municípios como protagonistas da inclusão.

Reafirmamos a Cultura como eixo estratégico de identidade, liberdade e projeção internacional. Defendemos uma política cultural descentralizada, acessível e exigente, que apoie a criação, valorize os profissionais do setor e democratize o acesso à fruição e à produção artística em todo o país.

Propomos uma Agricultura regeneradora e competitiva. Uma agricultura que produza com responsabilidade, proteja os recursos naturais, promova cadeias de valor justas e fixe população nos territórios rurais. Um setor enraizado no saber da terra, mas aberto à inovação e à tecnologia.

Assumimos o Ambiente como uma causa nacional. O combate à crise climática, a proteção da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos hídricos, a transição energética e a reorganização do território não são opções — são deveres. E Portugal pode liderar pelo exemplo, com políticas inteligentes e um pacto ecológico entre gerações.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Estas prioridades não são apenas linhas de programa.

São compromissos com um país mais justo, mais coeso e mais preparado.

Um país onde a governação se faz com exigência e humanidade, onde o poder respeita quem o delega, e onde o futuro se constrói com responsabilidade, coragem e ambição.

É este o Portugal que defendemos.

E é com esta visão que convidamos os portugueses a abrirem connosco um novo tempo.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

ALTERAÇÃO AO SISTEMA ELEITORAL

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O estudo do Professor Henrique Oliveira, do Instituto Superior Técnico (IST), intitulado “Os votos sem representatividade”, refere que “Encontrámos 1.263.334 votos sem representatividade no país, somando os restos de todos os círculos eleitorais analisados (sem brancos nem nulos). Correspondem a 20,4% dos votos válidos”.

As disparidades afetam, sobretudo, o interior do país, que tem os círculos eleitorais mais pequenos, em resultado da sua reduzida dimensão demográfica. Assim, o autor do estudo assinala que “quase metade dos votos de Portalegre não servem para eleger nenhum deputado, ao passo que cerca de 90% dos votos de Lisboa e de 84% no Porto servem para eleger deputados. É uma grande desigualdade territorial: o voto do interior, o voto do emigrante, vale menos do que o voto de Lisboa, Porto, Braga, de todos os grandes círculos”.

Henrique Oliveira, faz ainda notar que “os partidos que conseguem capitalizar mais o voto são os grandes partidos – que conseguem ver 90% dos seus votos convertidos em mandatos” –, enquanto os pequenos “não conseguem passar dos 40 a 45%”.

Neste sentido o estudo revela que o PAN precisou de 126.805 votos para conseguir eleger um deputado, enquanto o PS só precisou de 23.237 votos para obter um mandato.

Ou seja, cerca de 1/5 dos votos dos portugueses não servem para nada. Trata-se de uma situação que afeta os pequenos partidos e os grandes e despovoados territórios do interior do país.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O sistema eleitoral cria grandes assimetrias, desperdiça votos e torna o interior do país pouco representativo. O sistema eleitoral atual protege os partidos e a nomenclatura dominante dos partidos.

O eleitor apenas vota no partido e não escolhe diretamente o deputado que o quer ver a representar no Parlamento. O candidato e a sua posição na lista são definidos previamente pelo partido.

PROPOSTAS

1. Criar um círculo eleitoral de compensação à semelhança do que já sucede nos Açores. Assim, todos os votos contam, pois, os votos de todos os círculos eleitorais, num determinado partido, são somados e contam para a eleição dos deputados do círculo de compensação, que nos Açores são 5.

Veja-se que a IL, o PAN e o BE só estão no Parlamento dos Açores porque elegeram um deputado no círculo eleitoral de compensação.

2. Consagrar o sistema de listas eleitorais abertas no âmbito das eleições para a Assembleia da República, no sentido de permitir que os cidadãos possam escolher livremente os candidatos propostos pelos partidos (como no Senado de Espanha).

Neste método, o eleitor vota em primeiro lugar no partido e a seguir escolhe o nome do seu candidato preferido na lista do partido que votou. Passa, assim, a existir uma ligação direta entre o **eleitor** e o deputado em quem votou.

Melhora a democracia. Acrescenta responsabilidade representativa ao deputado que viu o seu nome diretamente sufragado.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

COMBATE À CORRUPÇÃO

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A corrupção é um dos fatores mais perniciosos para a saúde das democracias, o crescimento económico e a coesão social.

De acordo com o Índice de Perceção da Corrupção (CPI) da Transparency International, em 2024, Portugal obteve 57 pontos numa escala de 0 (muito corrupto) a 100 (muito limpo), ocupando a 43^a posição entre 180 países.

Este valor reflete uma queda de 4 pontos face a 2020 (61 pontos), mas permanece abaixo da média da União Europeia (64 pontos) e muito aquém de países como a Dinamarca (90 pontos) ou a Finlândia (88 pontos).

Ora, este é o pior resultado desde que o Índice começou a ser publicado em 2012, refletindo um declínio contínuo desde 2015.

Entre 2019 e 2024, vários estudos e relatórios, como o do GRECO (Grupo de Estados contra a Corrupção do Conselho da Europa) e o Relatório do Estado de Direito da Comissão Europeia, indicam que, apesar de progressos legislativos, o fenómeno da corrupção em Portugal mantém-se relativamente estável e estrutural. Casos mediáticos, como o "Operação Marquês", o "Caso EDP" e o "Luanda *Leaks*", expuseram não apenas a existência de práticas corruptas em altos níveis de poder, mas também as deficiências do sistema de justiça em lidar eficazmente com estes crimes.

Um dos problemas principais reside na baixa taxa de condenações. Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2023, registaram-se 223 inquéritos abertos relacionados com corrupção e crimes conexos (como

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

peculato e tráfico de influência), mas apenas 17 condenações transitadas em julgado.

Estes números são consistentes com a média dos últimos 5 anos, onde, por exemplo, em 2020, dos 195 inquéritos apenas 14 resultaram em condenação efetiva.

Esta discrepância decorre de vários fatores estruturais: a complexidade das investigações, a dificuldade em obter provas diretas, a morosidade processual (com prazos de prescrição frequentemente a esgotar-se) e uma cultura de baixa prioridade política em investir em recursos técnicos e humanos para o combate à corrupção.

Além disso, a falta de proteção eficaz para denunciante e a ausência de um sistema de integridade robusto em setores públicos e privados agravam a situação. Um estudo da Universidade Católica Portuguesa (2022) indicava que 47% dos funcionários públicos consideram que as denúncias de corrupção "não são adequadamente investigadas" e que 38% "temem retaliações" ao reportar irregularidades.

Mas as denúncias anónimas não são uma solução. A maior parte têm origem em vinganças pessoais, rivalidades políticas ou procuram a simples destruição de um rival ou competidor. Outras vezes, são apenas motivadas pela inveja ou a perceção errada da origem do sucesso de um qualquer indivíduo. Mas os anónimos que difamam conscientemente cometem um crime, que fica sem castigo.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Outro problema é a falta de especialização e formação contínua dos magistrados, peritos e inspetores no domínio da corrupção financeira complexa.

De acordo com o Sistema Nacional de Integridade Portugal, 2012, *“A falta de especialização faz-se sentir a vários níveis, comprometendo a capacidade de resposta do sistema judicial na prevenção e combate do crime económico, em especial da corrupção e do branqueamento de capitais.”*

Quanto à evolução do fenómeno, embora o número de casos mediáticos tenha aumentado, isso deve-se mais à maior cobertura mediática e à crescente consciência pública do que a um agravamento real das práticas corruptas.

Na prática, os dados revelam indicadores alarmantes: Segundo o “Eurobarómetro Especial 548” sobre “Atitudes dos cidadãos em relação à corrupção na UE (2024)”, a percentagem dos cidadãos portugueses que vêem a corrupção como sendo “comum” aumentou para 96%, quando no inquérito realizado em 2023 era 93% e em 2022 de 92%. Por outro lado, de acordo com o “Eurobarómetro Especial 548”, no ano de 2023 78% dos portugueses respondeu que o governo não combate eficazmente os casos de alta corrupção.

Em comparação internacional, Portugal apresenta níveis de condenações por corrupção muito abaixo de países como Estónia, Finlândia ou Eslovénia, onde, por exemplo, os tempos médios para julgamento de crimes de corrupção são 50% mais curtos (dados do GRECO). Estes países investiram fortemente em

unidades especializadas, proteção de denunciante, plataformas de transparência e novas tecnologias de rastreio de fluxos financeiros ilícitos.

Assim, conclui-se que o fenómeno da corrupção em Portugal permanece como um problema estrutural, alimentado por deficiências institucionais, falta de meios, morosidade judicial, baixa proteção dos denunciante e insuficiente cultura de responsabilização pública e privada.

PROPOSTAS

1. Criar tribunais especializados em crimes económico-financeiros. A criação de tribunais especializados permitirá acelerar julgamentos de corrupção, inspirando-se no modelo da Eslovénia, que reduziu em 45% o tempo de tramitação de processos complexos (GRECO, 2023). Esta medida promoverá maior celeridade e especialização no julgamento de crimes de corrupção e branqueamento de capitais. Estes tribunais devem contar com juízes, procuradores e técnicos formados especificamente em crimes económicos. A Estónia criou tribunais semelhantes em 2017, conseguindo aumentar a taxa de condenações por corrupção em 30% até 2022.

2. Reforçar a Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC). Aumentar em 50% os recursos humanos e financeiros da UNCC da Polícia Judiciária, assegurando investigação eficaz e célere. Atualmente, a unidade opera com menos de 70 inspetores para o país inteiro (RASI 2023). Investir em formação contínua e tecnologia de rastreio financeiro digital, tal como implementado pela Dinamarca, onde *softwares* de inteligência artificial aceleram o cruzamento de dados suspeitos.

3. Implementar uma Agência Independente de Integridade Pública.

Criar uma entidade autónoma que monitorize práticas éticas em cargos públicos, com poderes de auditoria e investigação preventiva. O modelo australiano da *National Anti-Corruption Commission* pode servir de inspiração. Esta agência teria competência para intervir diretamente em procedimentos de adjudicação pública, financiamento partidário e conflitos de interesses, reforçando a transparência e a dissuasão.

4. Adotar o *follow the money* como princípio geral da investigação criminal.

Priorizar a investigação de fluxos financeiros como método para detetar corrupção, em linha com as recomendações do *Financial Action Task Force* (FATF). A Itália demonstrou que a aplicação consistente deste princípio resultou num aumento de 25% no desmantelamento de redes corruptas ligadas a grandes obras públicas.

5. Reforçar a proteção dos denunciantes ("*whistleblowers*").

Adotar medidas robustas de proteção, incluindo anonimato garantido, assistência legal gratuita e indemnizações por retaliações, como sucede na Irlanda desde 2014. Um estudo de 2021 do *European Whistleblower Protection Report* indicou que as denúncias aumentaram 67% nos países que asseguraram proteção forte e os casos reportados tiveram 35% mais investigações concluídas com sucesso.

6. Introduzir um sistema de "*plea bargain*" para crimes de corrupção.

Permitir acordos de colaboração com arguidos para obtenção de provas mais robustas, prática existente em países como os EUA e o Brasil (Operação Lava Jato). A redução de pena seria proporcional ao valor recuperado ou à utilidade das informações prestadas, aumentando a eficácia investigatória e a recuperação de ativos.

7. Penalizar não só a corrupção ativa e passiva, mas também o enriquecimento ilícito. Tipificar o enriquecimento injustificado no Código Penal, dando cumprimento ao artigo 20.º da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, em vigor em Portugal desde 28.10.2007, tal como já ocorre em França e na Argentina, invertendo o ónus da prova nos casos suspeitos acima de certo limiar patrimonial. Em 2022, a Comissão Europeia recomendou a todos os Estados-membros a adoção deste mecanismo, dado o seu efeito dissuasor comprovado na redução da grande corrupção.

8. Publicação obrigatória de declarações de rendimentos e interesses de titulares de cargos público: exigir a publicação anual em portal público, auditável pela nova Agência de Integridade, com cruzamento automático com o fisco. A prática é adotada na Noruega desde 2006, onde a transparência nos rendimentos contribuiu para um dos níveis mais baixos de perceção de corrupção no mundo.

9. Estabelecer programas obrigatórios de formação anticorrupção para funcionários públicos. Inspirado pela prática sueca, onde mais de 90% dos novos funcionários passam por formações certificadas em ética e integridade pública. Formações regulares sensibilizam sobre riscos, reforçam uma cultura organizacional ética e reduzem em até 25% os comportamentos desviantes (Relatório OCDE 2022).

10. Implementar auditorias externas obrigatórias para grandes projetos públicos. Inspirado na prática do Canadá, onde contratos acima de 5 milhões de dólares canadenses são auditados preventivamente. Esta prática evitou desvios superiores a 1,2 biliões de dólares em 10 anos (Relatório Auditor-Geral do Canadá, 2022).

11. Desenvolver um sistema digital de alertas de risco para adjudicações públicas. Utilizar inteligência artificial para detetar padrões

anómalos, como valores acima da média ou adjudicações sucessivas ao mesmo fornecedor.

A Estónia implementou um sistema semelhante, detetando 18% mais irregularidades antes da assinatura dos contratos (Transparência Internacional 2022).

12. Reduzir os prazos de prescrição para crimes de corrupção apenas em caso de comportamento processual dilatatório. Inspirado no modelo alemão, que impede que arguidos prolonguem artificialmente processos para beneficiar da prescrição. Segundo o GRECO, esta medida aumentou as condenações em 15% na Alemanha entre 2017 e 2022.

13. Aplicar penas acessórias de inibição do exercício de funções públicas. Atribuir como pena obrigatória a proibição de exercer cargos públicos durante 10 anos em casos de condenação por corrupção. Na França, a medida de proibição de se candidatar a cargos públicos durante 5 anos para qualquer funcionário eleito considerado culpado de utilização indevida de fundos públicos é automática desde 2017, tendo aumentado a perceção pública de efetiva responsabilização (Sapin II Law).

14. Criar prémios para boas práticas de integridade no setor público e privado. Reconhecer anualmente entidades que se destaquem na promoção da integridade e transparência, como o "*Integrity Awards*" da Nova Zelândia. Incentivar comportamentos éticos gera uma cultura positiva e reduz práticas ilícitas em cerca de 20%, segundo o relatório da OCDE de 2023.

15. Estabelecer um regime fiscal penalizador para empresas condenadas por corrupção. Suspender benefícios fiscais e contratos públicos para empresas condenadas, como faz o México desde 2015. Vários

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

estudos demonstram que esta sanção tem mais efeito dissuasor do que as multas isoladas.

16. Integrar a literacia anticorrupção no currículo escolar. Introduzir conteúdos sobre ética e cidadania nas escolas básicas e secundárias, inspirado no modelo da Finlândia. A médio prazo, formar cidadãos conscientes reduz os índices de tolerância social à corrupção (Unesco Report, 2022).

17. Proibir nomeações políticas para cargos técnicos na administração pública. Estabelecer a obrigatoriedade de seleção por concurso público. Os cargos técnicos devem ser exercidos por profissionais com qualificações adequadas, e não por nomeação política. Isso assegura continuidade, competência e neutralidade nos serviços públicos, reforçando a meritocracia, a imparcialidade e a eficiência da administração pública. A eliminação de nomeações discricionárias diminui os riscos de clientelismo e corrupção.

18. Criar plataformas de "Open Budget" para acompanhar a execução do Orçamento do Estado. Permitir ao público acompanhar em tempo real as receitas e despesas públicas, como no Chile, onde a plataforma aumentou a transparência financeira em 60%. Este acompanhamento impede ajustes orçamentais sem escrutínio e reduz o risco de desvio de fundos.

19. Estabelecer equipas multidisciplinares de combate à corrupção em cada comarca judicial. Procuradores, inspetores e técnicos de informática trabalharão em conjunto para maximizar a eficácia da investigação. O modelo holandês revelou que equipas integradas resolveram 30% mais casos em 3 anos.

20. Regular as atividades de "lobbying". Criação de um registo obrigatório e código de conduta para lobistas, à semelhança do que ocorre em França desde 2017. A regulamentação diminui o tráfico de influência encoberto e permite maior transparência na formulação de políticas públicas.

21. Fortalecer as capacidades do Ministério Público em crimes económicos. Duplicar o número de magistrados especializados em corrupção até 2030, com incentivos salariais e formação contínua. A Alemanha aumentou a especialização em 40% e reduziu em 35% o tempo médio de instrução de processos.

22. Instituir uma obrigação anual de “*due diligence*” anticorrupção nas grandes empresas. Obrigar empresas com volume de negócios superior a 50 milhões de euros a realizar auditorias internas contra riscos de corrupção. Medida semelhante aplicada na França pelo “*Sapin II Law*” diminuiu o número de investigações abertas contra empresas.

23. Promover acordos de cooperação internacional para investigações de corrupção transnacional. Assinar tratados bilaterais de partilha de informação financeira, inspirado no sucesso da cooperação entre Suíça e Singapura. A rapidez nas trocas de informação duplicou as condenações de crimes económicos no período 2017-2022.

24. Responsabilizar criminalmente administradores públicos negligentes em casos de corrupção. Não apenas os corruptos ativos e passivos, mas também os gestores que, por omissão, facilitem atos corruptivos. Iniciativa já vigente no Canadá, aumentando a responsabilização coletiva.

25. Estabelecer cláusulas anticorrupção obrigatórias em todos os contratos públicos. Cláusulas que permitam rescisão automática se detetados atos corruptos durante a execução contratual. Medida aplicada no Reino Unido após 2015, reduzindo em 18% os litígios contratuais.

26. Criar um Observatório Nacional de Combate à Corrupção. Instituição de natureza técnica, que monitorize tendências, publique relatórios periódicos e proponha reformas baseadas em evidências. O Observatório Finlandês da Integridade Pública (FIPO) é um exemplo de sucesso, altamente valorizado pela Comissão Europeia.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

JUSTIÇA

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A reforma da justiça é vital para Portugal. Enfrentamos um grande conjunto de problemas.

Entre eles destacam-se aqui, os seguintes:

- **A morosidade processual.** Em 2023, Portugal registava uma duração média de 885 dias para resolução de processos cíveis e comerciais (CEPEJ, 2023), comparando-se negativamente com a média europeia (514 dias). O tempo médio para decisão em processos penais ultrapassa frequentemente os 3 anos em tribunais superiores, “Hipotecando a vida dos cidadãos”.
- **A desadequação das penas.** Há casos de homicídios qualificados com penas inferiores a 15 anos, e de violações com penas suspensas. Tal distorce a perceção de justiça e compromete a confiança da sociedade.
- **Atraso tecnológico.** Sistemas informáticos obsoletos, como o *Citius*, com falhas frequentes. Apenas 28% dos tribunais estão plenamente digitalizados.
- **Insuficiência de meios humanos e materiais.** Falta de juízes, magistrados do Ministério Público e funcionários judiciais.
- **Cargas processuais** muito acima da média europeia por magistrado.
- **Más condições das instalações.** Muitos tribunais em edifícios degradados e sem acessibilidade. Falta de salas para vítimas e testemunhas, violando diretrizes europeias sobre justiça centrada na vítima.
- **Escutas telefónicas sem controlo adequado.** Número crescente de escutas autorizadas (mais de 10 mil por ano). Autorizações concedidas com base em fundamentos genéricos e sem fiscalização externa robusta.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- **Atuação política do Ministério Público.** Casos de mediatização seletiva e fugas de informação comprometem a imparcialidade. Falta de responsabilização efetiva por atuações enviesadas.
- **Violação do segredo de justiça,** uma prática quase rotineira com consequências graves para os direitos dos arguidos e para a credibilidade da investigação.
- **Proliferação de queixas anónimas.** Facilitam difamações sem qualquer consequência para o denunciante. A Justiça é frequentemente instrumentalizada para campanhas pessoais ou políticas.

PROPOSTAS

1. Estabelecer uma **meta legal de prazos máximos para decisão judicial.**
2. **Criação de tribunais especializados para crimes graves e complexos.**
3. À semelhança de Espanha e Itália, reforçar competências e celeridade em casos de criminalidade violenta, corrupção e económico-financeira.
4. **Revisão das penas para crimes graves.**
5. **Reforma das escutas telefónicas.** Criação de uma autoridade independente para validação de escutas, como em França. Limitação legal do tempo e número de pessoas sob escuta.
6. **Responsabilização do Ministério Público.** Criação de um órgão de supervisão externa independente. Obrigação de fundamentação e explicação pública de decisões em arquivamentos de casos mediáticos e realização de uma investigação externa sempre que existam provas de uma atuação arbitrária e muito pouco fundamentada do Ministério Público. Responsabilização, nesses casos.

7. Combate às fugas de informação. Penalização efetiva para quem viole o segredo de justiça, incluindo membros do Ministério Público ou da Polícia Judiciária. Criação de auditorias regulares.

8. Regulação das queixas anónimas. Tornar obrigatória a averiguação preliminar da veracidade antes da abertura de inquérito (processo prévio/fase prévia à instauração do inquérito). Sanções por falsas denúncias e investigação da origem das mesmas, como está previsto no sistema italiano.

8. Digitalização total dos tribunais. Investimento em tecnologia judicial, em grande escala, como fez a Estónia. Introdução de sistemas de IA para triagem processual e despacho automático de atos simples.

9. Plano nacional de reabilitação das instalações judiciais. Prioridade a edifícios em más condições de segurança e acessibilidade. Parcerias público-privadas como em França (programa "Justice 21").

10. Contratação urgente de magistrados e funcionários judiciais. Plano de choque para recrutamento com incentivos de mobilidade para zonas do interior.

11. Revisão do Estatuto do Ministério Público para maior separação de poderes. Limitação de mandatos, redução de poderes hierárquicos internos e maior transparência nos despachos.

12. Criação de juízos de execução penal, especializados e independentes dos juízos criminais generalistas. Assegurando o acompanhamento célere, especializado e eficaz da execução das penas e das medidas de reinserção social.

13. Sistema de avaliação externa da justiça. Como em países nórdicos, criar um instituto autónomo para avaliar o desempenho judicial.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

14. Formação contínua obrigatória de magistrados e técnicos judiciários. Com foco em direitos humanos, tecnologia e comunicação.

15. Justiça restaurativa em crimes de menor gravidade. Como nos Países Baixos e na Bélgica: mediação obrigatória antes do julgamento para delitos leves, desonerando, desta forma, os tribunais.

16. Plataforma nacional de acesso à justiça. Centralização de dados e histórico processual acessível ao cidadão (modelo espanhol “*Justicia Digital*”).

18. Revisão da prisão preventiva. Aplicação restrita e fundamentada, com revisão obrigatória em intervalos curtos.

19. Proteção das vítimas de violência doméstica e abusos sexuais

- Criação de tribunais especializados em crimes de violência doméstica e violência sexual, com trâmites urgentes e equipas multidisciplinares permanentes (modelo espanhol);
- Estabelecimento de um sistema nacional de proteção integrado para vítimas, com alojamento de emergência, apoio psicológico e jurídico e medidas de segurança personalizadas;
- Criação de um número de telefone único e plataforma digital de emergência, com canal direto para forças de segurança, em articulação com as comissões de proteção local (modelo sueco);
- Formação obrigatória e contínua para magistrados, forças policiais, peritos e assistentes sociais sobre abordagem sensível e baseada nos direitos da vítima;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Adoção de um modelo de acompanhamento contínuo da vítima no processo judicial (modelo francês), com técnico de referência desde a denúncia até ao final do processo;
- Implementação de pulseiras eletrónicas e medidas de afastamento com monitorização em tempo real para agressores reincidentes ou de alto risco;
- Garantia do direito à prioridade processual, à não revitimização e ao sigilo nos processos de natureza sexual.

19. Reforço dos Julgados de Paz. Alargamento das competências para pequenos crimes e litígios até 15 mil euros.

20. Campanha nacional de literacia jurídica. Para cidadãos compreenderem os seus direitos e o funcionamento do sistema de justiça.

21. Reforço do mapa judiciário, com redistribuição dos tribunais de forma proporcional à densidade populacional e volume processual.

22. Criação de juízos especializados em crimes económicos e corrupção; cibercriminalidade e ambiente e alterações climáticas.

23. No âmbito do combate à corrupção propõe-se a criação de uma **Unidade Nacional Anticorrupção** com independência funcional, formação especializada e recursos próprios; adoção de um regime de “**confisco alargado**” de património injustificado; **regulação do lobbying e grupos de interesse**, com registo público obrigatório; aumento do **prazo de prescrição para crimes económico-financeiros**; Introdução do **crime de “enriquecimento injustificado”**, com inversão do ónus da prova em casos de titulares de cargos públicos.

24. Para incrementar uma **justiça acessível e de proximidade** deve incrementar-se a criação de tribunais itinerantes e balcões únicos nos

municípios do interior; criar Tribunais de Paz em concelhos com menos de 50.000 habitantes e implementar medidas que incrementam o Apoio judiciário reforçado e simplificado, com triagem automática de elegibilidade.

25. Para se avançar na construção de uma justiça penal moderna e equitativa deve proceder-se à revisão do Código Penal e de Processo Penal, com a simplificação de procedimentos, a priorização da proteção das vítimas, o julgamento célere de pequenos delitos e a ampliação de penas alternativas e programas de reinserção obrigatória para jovens infratores e pessoas com dependências.

26. Para responder às questões da justiça económica e empresarial, muito importantes para atrair investimento e gerar confiança no tecido económico português, propõe-se a criação de tribunais especializados para insolvência e recuperação de empresas, a mediação obrigatória em litígios empresariais até €100.000, a criação do Regime de Alerta de Risco Empresarial (RARE) com apoio preventivo a empresas em dificuldades e a criação de uma plataforma digital para arbitragem privada e mediação comercial online.

27. Reforma do Tribunal Constitucional. O PPM defende uma profunda reforma do Tribunal, com o objetivo de eliminar a sua atual submissão aos interesses partidários e garantir a sua total isenção, imparcialidade e independência. A

A reforma proposta está organizada da seguinte forma:

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

I. Fundamentos da Reforma:

- Separação clara entre política e justiça constitucional;
- Fim das nomeações partidárias;
- Critérios objetivos e meritocráticos de seleção;
- Mandato único e limitado;
- Prestação de contas e transparência;
- Participação da sociedade civil no processo de nomeação.

II. Medidas concretas propostas

- Nova composição do Tribunal Constitucional

- Redução do número de juízes de 13 para 9, para reforçar a eficácia e o carácter técnico do coletivo de juízes.
- Fim das nomeações pelo Parlamento.
- Criação de um Painel Independente de Seleção, composto por: 3 magistrados jubilados do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Administrativo; 2 académicos de Direito Constitucional eleitos pelas faculdades de Direito públicas; 1 representante do Provedor de Justiça e 1 representante da Ordem dos Advogados.

- Critérios de nomeação

- Pelo menos 15 anos de experiência jurídica ou académica em Direito Constitucional, Administrativo ou Público.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Sem militância partidária nos últimos 5 anos.
- Transparência total: publicação do currículo, declaração de interesses e registo de incompatibilidades.
- Nomeação ratificada por maioria qualificada de 2/3 do painel, após audiência pública transmitida ao vivo.

- Mandatos

- Mandato único e não renovável de 7 anos.
- Impossibilidade absoluta de ter acesso a uma subvenção vitalícia.
- Impossibilidade de transitar para cargos políticos ou governamentais nos 5 anos seguintes após o fim do mandato exercido no Tribunal Constitucional.

- Transparência e Fiscalização

- Criação de um Conselho de Avaliação Externa, com representantes da academia, sociedade civil e organizações de direitos humanos.
- Publicação anual de um Relatório de Atividade e Independência, analisando decisões, eventuais conflitos de interesse e estatísticas de atuação.

- Competência e Limites

- Restringir o Tribunal Constitucional ao seu papel técnico-jurídico, evitando qualquer protagonismo político.
- Proibição de atuação fora de matéria estritamente constitucional.

28. Reforma da Justiça Administrativa. O tempo da Justiça Administrativa Chegou! A Reforma que Fortalece a Democracia Administrativa. Num Estado de Direito, a Justiça Administrativa é a Linha de Defesa entre o Cidadão e o Poder Público. O PPM entende que a justiça administrativa é um dos pilares fundamentais do Estado de Direito Democrático, sendo nela que os cidadãos e as empresas devem encontrar resposta eficaz e célere quando confrontados com ilegalidades, abusos ou comportamentos por parte da Administração Pública que consideram violadores dos seus direitos ou demandas. Contudo, o atual estado dos Tribunais Administrativos em Portugal revela uma realidade profundamente preocupante: processos que se arrastam por vários anos, decisões que tardam a ser executadas e uma burocracia processual que mina a confiança dos cidadãos nas instituições.

Esta morosidade compromete o acesso à justiça, enfraquece a autoridade das decisões judiciais e permite que o poder público atue, muitas vezes, sem responsabilidade efetiva. A paragem ou o arrastamento dos processos administrativos prejudica diretamente os direitos dos cidadãos, gera insegurança jurídica, prejudica a atividade económica, alimenta o populismo e corrói a credibilidade da própria democracia.

A elevada pendência e a excessiva morosidade dos processos nos Tribunais Administrativos e Fiscais constituem uma grave ofensa ao princípio do Estado de Direito Democrático e um atentado à dignidade dos cidadãos perante o poder público. Esta realidade compromete a proteção efetiva dos direitos dos particulares e das empresas face ao Estado, enfraquece a segurança jurídica e afeta de forma negativa a confiança nas instituições democráticas.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A morosidade gera incerteza nas políticas públicas, prejudicando a eficácia da governação.

- Decisões judiciais bloqueadas impedem projetos públicos estratégicos, como obras públicas, concessões e reorganizações de serviços.
- Empresas e investidores dependem de decisões administrativas, como contratos públicos, licenças urbanísticas e concursos públicos.
- A paragem de processos gera insegurança jurídica, prejuízos financeiros e desincentiva o investimento, afetando o crescimento económico do país.
- Há um agravamento das desigualdades, só quem tem poder económico consegue suportar longos litígios, contratar advogados e resistir à morosidade.
- Cidadãos mais vulneráveis ficam muitas vezes sem solução para problemas urgentes, como cortes de prestações sociais ou despedimentos na função pública.
- Para um cidadão ou empresa, uma decisão definitiva em todas as instâncias pode levar 6 anos ou mais.
- Muitos processos prescrevem ou perdem sentido prático devido à demora.
- O direito à tutela jurisdicional efetiva, consagrado na Constituição da República Portuguesa (artigo 20.º), é diretamente violado.

O PPM não aceita que a justiça tardia se transforme numa justiça negada.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Entre os principais fatores que alimentam esta crise estão a existência de procedimentos burocráticos desnecessários, a insuficiente especialização e formação contínua dos magistrados e funcionários judiciais, a limitação dos meios tecnológicos disponíveis e as barreiras socioeconómicas que dificultam o acesso dos cidadãos comuns à justiça administrativa.

Face a este diagnóstico, o Partido Popular Monárquico propõe uma reforma estrutural da jurisdição administrativa, com vista à devolução de prestígio aos tribunais, ao reforço da confiança dos cidadãos no Estado de Direito e à consolidação de uma Administração Pública mais responsável, eficaz, eficiente, transparente, acessível e digna do serviço público que deve prestar.

Esta reforma deve assentar numa reorganização profunda da rede de tribunais administrativos, com vista à racionalização da sua estrutura, dotada de secções especializadas por matéria. Esta reorganização permitirá uma distribuição mais equilibrada dos processos, evitando desigualdades territoriais e promovendo o acesso à justiça através da digitalização.

A reforma implica também um investimento sustentado na valorização dos recursos humanos. O PPM defende programas contínuos de especialização em áreas-chave do Direito Público. A criação de gabinetes de apoio técnico nos tribunais, com juristas e peritos ao serviço da justiça, permitirá acelerar a tramitação de processos mais complexos e aliviar a carga dos magistrados.

Outro eixo essencial desta reforma é a transformação digital. Todos os processos deverão tramitar exclusivamente por via eletrónica, com integração plena com as plataformas da Administração Pública. A informatização permitirá maior rapidez, transparência e eficiência, e

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

possibilitará também a criação de sistemas de monitorização estatística em tempo real, garantindo uma gestão judicial orientada por dados concretos.

Para combater a morosidade, o PPM propõe a revisão profunda do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, com o objetivo de eliminar formalismos excessivos, simplificar procedimentos e estabelecer prazos máximos para decisões, especialmente nas matérias de maior impacto social como a saúde, a educação, o urbanismo e a fiscalidade. Processos urgentes e de reduzida complexidade deverão dispor de tramitações sumaríssimas, permitindo respostas eficazes no tempo útil da vida das pessoas e das empresas.

A reforma inclui ainda a criação de mecanismos de mediação e conciliação em litígios administrativos, de modo a evitar o contencioso sempre que possível, promovendo soluções consensuais mais rápidas e menos onerosas. Paralelamente, será promovido o reforço da responsabilização da Administração Pública, através do alargamento das situações em que o Estado pode ser condenado a indemnizar os cidadãos por atrasos injustificados ou atuações ilegítimas, e da implementação de mecanismos de execução automática das decisões judiciais, evitando que os particulares tenham de iniciar novos processos para ver cumpridas sentenças já proferidas.

Finalmente, será promovida uma nova cultura de transparência e participação cívica no funcionamento da justiça administrativa. O PPM propõe a criação de um Conselho Nacional de Justiça Administrativa e Fiscal, com representantes da magistratura, da Administração Pública e da

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

sociedade civil, que acompanhe a execução da reforma, proponha melhorias contínuas e contribua para a responsabilização institucional. Os tribunais administrativos passarão a publicar relatórios anuais com dados sobre pendências, tempos de decisão, cumprimento de sentenças e evolução dos indicadores de desempenho, devolvendo ao cidadão o direito à informação sobre o funcionamento da justiça que o serve.

PROPOSTAS

- O PPM tem como objetivos estratégicos:

- **Tornar os tribunais administrativos num pilar de confiança democrática**, segurança jurídica e defesa do bem comum;
- **Reduzir a duração média dos processos** para menos de 18 meses até 2030;
- **Aumentar em 50% a taxa de cumprimento** voluntário das decisões pelos serviços públicos;
- **Garantir o acesso pleno à justiça administrativa para todos os cidadãos**, independentemente da sua condição económica;
- **Tornar Portugal uma referência europeia em justiça administrativa célere, eficaz e transparente.**

- Apresenta como eixos de atuação prioritários:

a) A modernização tecnológica

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Criação de um sistema integralmente eletrónico de tramitação processual, comunicação de atos e gestão digital de audiências, com notificações automáticas.
- Implementação de ferramentas de *Legal Business Intelligence* para monitorizar tempos de decisão, pendências e desempenho judicial em tempo real.

b) O reforço de recursos humanos e especialização

- Reforço dos quadros de magistrados e funcionários, com aposta na especialização em matérias administrativas e formação contínua em novas áreas do Direito Público, novas tecnologias e gestão processual;
- Criação de gabinetes de apoio técnico com juristas e peritos para acelerar a tramitação e a análise técnica de processos complexos.

c) A racionalização e priorização da tramitação processual

- Introdução de mecanismos de tramitação prioritária para processos que envolvam direitos fundamentais;
- Procedimentos sumaríssimos para causas de menor complexidade ou valor económico reduzido;
- Prazos máximos de decisão em processos de especial urgência, com responsabilização disciplinar por incumprimento injustificado.

d) A simplificação e transparência

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Simplificação legislativa, com a revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, eliminando formalismos excessivos, reduzindo prazos processuais e visando facilitar o acesso dos cidadãos à justiça.
- Reforço da transparência com a publicação anual de relatórios de eficiência, com estatísticas de pendências, tempos de decisão, cumprimento de sentenças, promovendo a transparência do funcionamento dos tribunais e permitindo a avaliação pública da qualidade do serviço de justiça.

e) A promoção da mediação e conciliação

- Promoção e incentivo ao recurso da mediação e conciliação administrativa, criando estruturas próprias que permitam resolver litígios de forma mais rápida, menos onerosa e com maior justiça material.

f) O reforço da acessibilidade

- Criação de balcões de atendimento ao cidadão com apoio jurídico em matéria administrativa;
- Simplificação das custas judiciais para promover o acesso universal ao contencioso administrativo.

g) A responsabilização da Administração Pública

- Alargamento dos casos de condenação do Estado ao pagamento de indemnizações por atrasos injustificados ou atuação ilegítima;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Implementação de mecanismos de execução automática das decisões administrativas favoráveis aos cidadãos, evitando novos litígios;
- Estabelecer protocolos de cooperação institucional - acordos formais entre tribunais e entidades administrativas, como câmaras municipais, organismos reguladores e ministérios, para consulta técnica e agilização do cumprimento de decisões.

h) A reforma estrutural do modelo judicial

- Criação de secções especializadas nos tribunais administrativos para matérias sensíveis como urbanismo, ambiente, saúde e contratos públicos;
- Constituição de comissões permanentes de articulação entre os tribunais e as entidades públicas, para garantir o cumprimento célere e atempado das decisões judiciais e prevenir litígios futuros.

Com esta proposta, o Partido Popular Monárquico afirma a sua ambição de reconstruir uma justiça administrativa verdadeiramente ao serviço dos cidadãos. Uma justiça célere, eficaz e transparente, que dignifique a função jurisdicional, promova o bem comum e fortaleça a confiança dos portugueses nas instituições do Estado.

Justiça parada é justiça negada!

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

"Um Estado moderno. Uma nação com raízes. Um futuro com dignidade."

Olhar o futuro com coragem e visão.

O Partido Popular Monárquico entende que a Administração Pública é o braço visível da soberania nacional e o garante do bom funcionamento do Estado e que a reforma da administração pública continua a ser urgente para garantir que os serviços públicos funcionem com qualidade, eficiência e eficácia.

Num tempo de instabilidade e de descrédito, reafirmamos que é possível e necessário restaurar a confiança dos cidadãos no Estado, através de uma Administração Pública que seja moderna, sim - mas que nunca renuncie aos valores da responsabilidade, da honra e do serviço e do bem público.

A Administração Pública deve servir e não governar. Deve aproximar-se e não se esconder. Deve respeitar, não subjugar.

O Partido Popular Monárquico defende uma Administração Pública que respeite a nossa História, responda aos desafios do presente e esteja ao serviço de um futuro sustentável e melhor para Portugal.

Vivemos tempos em que o cidadão se sente distante do Estado, e em que a máquina pública parece mais um labirinto do que uma ponte.

Acreditamos num Estado moderno, ágil e humano - que respeita o presente e constrói o futuro com firmeza.

É por isso que propomos uma reforma profunda, estrutural e corajosa da administração pública.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Uma reforma não feita de cortes cegos, mas de melhores escolhas e escolhas certas.

É hora de transformar a administração pública de um fardo em um motor de progresso.

Porque há servidores públicos desmotivados, sufocados por estruturas ineficientes.

Porque os recursos públicos são desperdiçados.

O PPM tem como objetivo promover uma Administração Pública que honre os valores da estabilidade institucional, da responsabilidade, da justiça administrativa e do serviço à comunidade, garantindo uma modernização que respeite a tradição e fortaleça a confiança dos cidadãos no Estado.

O Partido Popular Monárquico não defende apenas uma reforma técnica. Defende uma mudança de cultura política e administrativa.

Não propomos roturas irresponsáveis, mas sim reformas estruturais com respeito à legalidade, à justiça social e à eficiência económica.

PROPOSTAS

1. A uma profunda reforma do Código do Procedimento Administrativo
- a coluna vertebral de todo o funcionamento público, simplificando a linguagem e os processos e eliminando a obrigatoriedade de recurso ao papel, reforçando o dever de decidir e garantindo que o silêncio da Administração não prejudica o cidadão. É nele que se estabelece como o Estado age, decide, responde e se responsabiliza.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

2. Reformar o Código do Procedimento Administrativo é um passo essencial para consolidar uma administração que serve e não se impõe, que ouve antes de decidir e que responde com responsabilidade e eficiência.

Este é o nosso compromisso um Estado ao serviço do Direito e um Direito ao serviço das pessoas.

3. A valorização dos servidores públicos enquanto agentes do Estado, através inclusive da formação ética e cívica, promovendo o mérito e a excelência.

4. A modernização responsável dos serviços, utilizando a tecnologia para aproximar o Estado do cidadão, mas sem excluir quem mais precisa de apoio presencial.

5. A defesa da proximidade, com balcões únicos em todos os municípios e freguesias, uma descentralização real e um Estado presente onde hoje falta.

6. A reafirmação dos princípios da boa administração: transparência, imparcialidade, justiça, respeito pelos direitos adquiridos e proteção da confiança legítima.

7. O combate firme à corrupção e à inércia administrativa, com mecanismos de responsabilização efetiva dos agentes públicos.

8. Construir uma Administração Pública mais próxima do cidadão: transparente, eficiente, digital e orientada para resultados.

9. Manter e valorizar edifícios históricos do Estado como polos de atendimento e símbolos do património nacional.

10.

Eixos de Ação

- Transparência e combate à corrupção

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Implantação de portais de transparência integrados e atualizados em tempo real.
- Criação de unidades de auditoria interna independentes.
- Simplificação dos relatórios públicos para fácil compreensão da população.
- Informação acessível e em linguagem clara.
- Publicação regular e obrigatória dos relatórios de desempenho e auditorias internas.
- Todos os gastos e contratos públicos visíveis e acessíveis ao cidadão.
- Participação social: o cidadão como fiscal do Estado.

- Verdadeira transformação digital

- Digitalização de 100% dos serviços públicos até 2030.
- Plataforma única para acesso a serviços públicos (*app* e *site*).
- Expansão do uso da inteligência artificial para atendimento inicial ao cidadão, que permita uma interação 24h, assim como na gestão interna dos serviços.
- Redução de documentos físicos, maior resultado.
- Eliminação da necessidade de deslocação para serviços básicos.
- Redução de etapas e prazos nos serviços públicos.
- Ampliação dos serviços digitais, com atendimento online de qualidade, interativo, com objetividade e clareza, de fácil acesso e acessibilidade.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Generalizar o princípio "*Once Only*" - o cidadão só tem de fornecer um dado uma vez ao Estado.
- Integração de todos os processos de licenciamento num só portal digital nacional.
- Integração numa plataforma única os apoios do Estado, em todas as suas fases.

- Valorização dos trabalhadores - agentes públicos

- Rever as carreiras e as progressões com planos de carreira claros e avaliações de desempenho mais transparentes, que permeie verdadeiramente o mérito e as competências técnicas.
- Criação de prémios de excelência para o serviço público exemplar.
- Programas contínuos de formação e capacitação em especial em novas tecnologias e gestão pública, não descurando a jurídica, por ser transversal a todas as funções.
- Criação de ambientes de trabalho mais flexíveis e com foco em resultados.
- Implementar modalidades flexíveis de trabalho (teletrabalho parcial, horários adaptados), a semana de 4 dias de trabalho, onde seja possível.

- Simplificação e desburocratização

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Revisão de processos administrativos para eliminar exigências desnecessárias.
- Reduzir em 50% o número de documentos e processos exigidos para cidadãos e empresas.
- Implementação, em processos simplificados, do princípio do "deferimento tácito" (ausência de resposta administrativa implica aprovação do pedido).
- Prazos máximos mais curtos para decisões administrativas, com penalidades concretas em caso de incumprimento.
- Serviço de "escuta ativa", centralizado, para avaliar a qualidade dos atendimentos.
- Foco na experiência do usuário como centro do serviço público.

- Administrar com eficiência e em proximidade

- Avaliação periódica e rigorosa de políticas públicas com base em dados e evidências e em métricas de desempenho claras.
- Avaliação permanente da satisfação do cidadão com os serviços públicos.
- Avaliação da qualidade do atendimento com publicação de *rankings* por entidade pública.
- Extensão do atendimento digital assistido nas freguesias.
- Desenvolvimento de serviços móveis para áreas de baixa densidade populacional.
- Parcerias estratégicas com universidades, setor privado e sociedade civil.
- Criação e implementação de indicadores públicos de desempenho para todos os órgãos, e a competente averiguação do seu cumprimento.
- Reformulação dos processos internos.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Promover a cooperação entre administração central, local e regional autónoma.
- Reforçar a confiança da população nas instituições públicas e promover a cidadania ativa.

- Racionalização da estrutura administrativa

- Reduzir desperdícios e eliminar sobreposições de funções.
- Revisão e eventual extinção de institutos públicos e entidades com funções sobrepostas.
- Criação de um **Gabinete de Eficiência Administrativa**, com poder de propor reestruturações e ganhos operacionais.
- Criação de uma **Carta de Ética da Administração Pública**, com sanções as efetivas para desvios de competências e de condutas.

- Revisão e reforma do Código do Procedimento Administrativo (CPA)

O atual CPA revela-se, em muitos aspetos, complexo, moroso e desajustado às exigências do século XXI. Persistem ambiguidades legais, procedimentos desnecessariamente longos, linguagem técnica inacessível ao cidadão comum, e uma excessiva tolerância à inércia administrativa.

Por isso, propõe-se uma reforma estrutural do CPA, assente em três grandes princípios: clareza, celeridade e responsabilização.

Eixos estratégicos da reforma do CPA:

- **Simplificação e clareza legislativa.**

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Revisão da redação legal para eliminar tecnicismos excessivos e ambiguidades.
- Introdução de uma versão oficial em linguagem clara e acessível, destinada ao público em geral.
- Reorganização sistemática do Código, com separação clara entre normas gerais, procedimentos especiais e regimes excepcionais.

- Reforço da celeridade processual.

- Reduzir prazos, combater a morosidade e impor limites claros à inércia administrativa.
- Redução dos prazos legais para decisões administrativas, especialmente em procedimentos simples e automatizados.
- Introdução do “deferimento tácito” em maior número de procedimentos - ou seja, a aprovação tácita por decurso de prazo, reduzindo as exceções atualmente previstas, salvaguardando o interesse público e evitando o abuso do poder de inércia.
- Sanções claras e automáticas para atrasos injustificados por parte da administração.
- Eliminar formalismos excessivos e tornar os procedimentos mais céleres.
- Eliminar burocracias inúteis, mas sempre assegurando a proteção dos direitos dos cidadãos e a estabilidade das relações jurídicas.

- Digitalização do procedimento administrativo.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Adequar o CPA às novas tecnologias e à realidade digital.
- Desmaterialização responsável dos procedimentos - previsão legal expressa do processo administrativo totalmente digital, estabelecendo a obrigatoriedade da tramitação eletrónica com validade jurídica plena.
- Criação de plataformas integradas de tramitação eletrónica para todos os órgãos da administração.
- Regulação clara sobre notificações eletrónicas, contagem de prazos digitais e autenticação segura.

- Responsabilização da Administração Pública

- Garantir que os agentes administrativos respondam pelos seus atos — ou pela sua omissão.
- Reforço do dever de fundamentação de todos os atos administrativos, com critérios objetivos e verificáveis.
- Responsabilização pela inércia administrativa - responsabilização civil, disciplinar e, quando aplicável, criminal pela violação de prazos, pela omissão dolosa de decisões ou pela violação do dever de imparcialidade.
- Criação de um regime especial de responsabilidade por danos causados por inércia administrativa.

- Participação do cidadão e transparência procedimental.

- Aproximar a Administração do cidadão e garantir o seu direito à participação.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Ações concretas:

- Ampliação do direito à audição prévia e ao contraditório, mesmo em procedimentos automatizados.
- Criação de mecanismos simples de impugnação e reclamação administrativa, com prazos curtos e decisões vinculativas.
- Integração dos princípios da transparência ativa, com acesso fácil e público aos dados sobre procedimentos em curso.
- Princípio da confiança e boa-fé - inscrever no CPA, de forma reforçada, o princípio da proteção da confiança legítima dos cidadãos e empresas nas decisões administrativas, valorizando o respeito pelos compromissos do Estado.
- Participação dos cidadãos - criar mecanismos mais simples e efetivos para a participação dos cidadãos nos processos administrativos (consultas públicas digitais, audiências eletrônicas), respeitando o direito dos cidadãos a serem ouvidos nas decisões que lhes digam respeito ou em que tenham interesse.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

PODER LOCAL

LEGISLATIVAS 2025

Nos últimos cinco anos, o poder local em Portugal enfrentou desafios significativos, marcados por um processo de descentralização complexo, constrangimentos financeiros e uma relação ambígua com o poder central.

Descentralização e transferência de competências. O processo de descentralização, iniciado com a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, visou transferir competências do Estado para as autarquias locais em áreas como educação, saúde, cultura e ação social. No entanto, a implementação tem sido desigual, com municípios a reportarem dificuldades na gestão das novas responsabilidades, devido à falta de recursos humanos e financeiros adequados. Em 2023, apenas 60% dos municípios tinham assumido plenamente as competências transferidas, refletindo hesitações e desafios na adaptação às novas funções.

Conflitos financeiros e orçamentais. A descentralização não foi acompanhada de um reforço proporcional das transferências financeiras. Segundo o Orçamento do Estado para 2025, as transferências para as autarquias aumentaram apenas 2% face ao ano anterior, insuficiente para cobrir os custos adicionais das novas competências. Além disso, o Fundo de Financiamento da Descentralização tem sido alvo de críticas por parte dos autarcas, que apontam para a sua insuficiência e falta de previsibilidade.

Relação com o poder central. A relação entre o poder local e o central tem sido marcada por tensões e falta de articulação. Os municípios têm reclamado maior autonomia e participação na definição das políticas públicas que

afetam diretamente as suas comunidades. A ausência de mecanismos eficazes de coordenação e diálogo tem dificultado a implementação de políticas coerentes e adaptadas às realidades locais.

Comparando com outros países europeus, Portugal apresenta um nível de descentralização inferior. Segundo o Regional Authority Index, Portugal situa-se abaixo da média da União Europeia em termos de autonomia regional e local. Países como a Suécia e a Alemanha possuem modelos de descentralização mais eficazes, com uma clara definição de competências e recursos adequados atribuídos às entidades locais.

PROPOSTAS

1. Reforçar o financiamento das autarquias. Aumentar as transferências do Orçamento do Estado para os municípios, garantindo que acompanham as novas competências atribuídas. Este reforço deve ser proporcional às responsabilidades assumidas, assegurando a sustentabilidade financeira das autarquias.

2. Estabelecer mecanismos de coordenação intergovernamental. Criar fóruns permanentes de diálogo entre o poder central e local, permitindo uma articulação eficaz na definição e implementação de políticas públicas. Estes mecanismos devem promover a coesão territorial e a adaptação das políticas às especificidades locais.

3. Desenvolver planos de capacitação autárquica. Implementar programas de formação e capacitação para os quadros técnicos e políticos das autarquias, visando melhorar a gestão das novas competências.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

4. Estes programas devem ser adaptados às necessidades específicas de cada município.

5. Promover a transparência e a prestação de contas. Incentivar as autarquias a adotarem práticas de transparência, disponibilizando informações sobre a sua gestão financeira e operacional. A utilização de plataformas digitais pode facilitar o acesso dos cidadãos a estas informações.

6. Fomentar a participação cidadã. Criar mecanismos que incentivem a participação dos cidadãos na vida autárquica, como orçamentos participativos e consultas públicas. A inclusão da população nos processos decisórios fortalece a democracia local e a legitimidade das políticas implementadas.

7. Apoiar a digitalização dos serviços autárquicos. Investir na modernização tecnológica das autarquias, promovendo a digitalização dos serviços e a adoção de soluções inovadoras. Esta medida visa melhorar a eficiência e a acessibilidade dos serviços públicos locais.

8. Rever o modelo de descentralização. Avaliar o processo de descentralização em curso, identificando os seus pontos fortes e fragilidades. Com base nesta avaliação, ajustar o modelo para garantir uma distribuição equitativa de competências e recursos.

9. Estabelecer indicadores de desempenho autárquico. Definir e monitorizar indicadores que permitam avaliar a eficácia e eficiência das autarquias na gestão das suas competências. Estes indicadores devem ser utilizados para promover a melhoria contínua dos serviços públicos locais.

10. Promover a cooperação intermunicipal. Incentivar a colaboração entre municípios na prestação de serviços e na implementação de projetos

comuns. A cooperação pode gerar economias de escala e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos às populações.

11. Apoiar a sustentabilidade financeira das freguesias. Rever o modelo de financiamento das freguesias, assegurando que dispõem dos recursos necessários para cumprir as suas competências. A sustentabilidade financeira das freguesias é essencial para a coesão territorial e a proximidade aos cidadãos.

12. Incentivar a inovação nas políticas locais. Estimular as autarquias a desenvolverem políticas públicas inovadoras, adaptadas às necessidades e características das suas comunidades. A partilha de boas práticas entre municípios pode ser promovida através de redes de colaboração.

13. Reforçar a autonomia local. Defender a autonomia das autarquias na definição e implementação das suas políticas, respeitando o princípio da subsidiaridade. A autonomia local é fundamental para a adaptação das políticas às realidades específicas de cada território.

14. Melhorar a gestão dos recursos humanos. Apoiar as autarquias na reorganização dos seus quadros técnicos, promovendo a mobilidade interna, formação contínua e atualização dos perfis profissionais face às novas competências descentralizadas. Muitos municípios têm dificuldades em atrair e reter técnicos especializados, o que compromete a qualidade dos serviços públicos locais. Deve ser criado um programa nacional de apoio à gestão estratégica dos recursos humanos nas autarquias, com incentivos para quem promova inovação organizacional, igualdade de género, teletrabalho, e soluções de conciliação entre vida pessoal e profissional.

15. Aproximar a fiscalização à realidade local. Propor a descentralização parcial da atividade da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e do Tribunal de Contas para estruturas regionais que acompanhem mais de perto a execução das políticas públicas locais. Esta presença territorial reforçaria a transparência e a prestação de contas sem gerar entraves burocráticos desnecessários, além de promover um acompanhamento pedagógico em vez de meramente sancionatório.

16. Desenvolver estratégias de desenvolvimento local sustentável. Apoiar os municípios na elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável integradas, que articulem economia, ambiente, mobilidade e inclusão social, com base em dados atualizados e participações cidadãs. Estas estratégias, devidamente financiadas, devem alinhar-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e integrar planos de adaptação às alterações climáticas, descarbonização e resiliência territorial.

17. Reforçar o papel das Comunidades Intermunicipais (CIM). Atribuir novas competências às CIM em áreas de gestão conjunta como transportes públicos, ordenamento do território, turismo, ambiente e resíduos, promovendo a escala adequada para serviços que ultrapassam os limites de cada município. Este modelo permitiria superar lógicas excessivamente locais em domínios onde a dimensão regional é essencial, como no planeamento estratégico e na mobilidade intermunicipal.

18. Criar um portal nacional de boas práticas autárquicas. Lançar uma plataforma pública de partilha de boas práticas, projetos inovadores e soluções eficazes adotadas por municípios em diferentes áreas de atuação (governança, ambiente, ação social, participação). Essa base de dados permitiria às autarquias inspirarem-se mutuamente e replicarem iniciativas bem-sucedidas, acelerando a inovação no setor público local.

19. Rever o Regime Jurídico das Finanças Locais. Atualizar o regime jurídico das finanças locais para garantir uma maior previsibilidade, justiça na distribuição de verbas e simplificação dos procedimentos administrativos. A atual legislação é frequentemente criticada por falta de clareza, complexidade e rigidez que dificultam a boa execução orçamental e penalizam municípios de menor dimensão.

20. Estabelecer acordos de execução direta entre o Estado e municípios. Permitir que municípios com capacidade técnica comprovada possam executar diretamente programas nacionais e fundos europeus, mediante acordos de confiança com o Governo. Isto reduziria burocracias e aceleraria a aplicação dos fundos no terreno, à semelhança do que acontece em países como a Países Baixos ou a Finlândia.

21. Reformular os modelos de governação metropolitana. Rever os modelos de governação das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, conferindo-lhes competências executivas claras e meios próprios. É urgente transformar estas entidades em verdadeiros governos metropolitanos, com autoridade em áreas como transportes, habitação, planeamento e ambiente, promovendo uma resposta eficaz aos desafios urbanos contemporâneos.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

REGIONALIZAÇÃO

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Defesa da regionalização de Portugal, que o PPM defende que deve começar com a região-piloto do Algarve.

Portugal é, segundo diversos estudos europeus, um dos países mais centralizados da União Europeia. Em comparação com países como Alemanha, Espanha, Itália ou França, Portugal apresenta uma baixa autonomia regional e local. A OCDE e o Comité das Regiões da UE destacam, frequentemente, Portugal como centralizador ao nível político, fiscal e administrativo.

Apenas cerca de 13% da despesa pública é gerida local ou regionalmente, contra médias acima de 30% nos países da Europa Ocidental. Em consequência da centralização, assiste-se a uma forte assimetria entre o litoral e o interior, com um litoral desenvolvido e densamente povoado e um interior despovoado, pobre e envelhecido.

A desertificação populacional continua a incrementar-se em muitas zonas fora das áreas metropolitanas. Existem enormes dificuldades na atração de investimento fora dos grandes centros urbanos e uma evidente desarticulação entre políticas nacionais e as realidades locais.

A regionalização do país é, por tudo isto, um imperativo nacional teria as seguintes vantagens:

1. Planeamento mais ajustado às realidades locais.
2. Melhoria na eficiência e gestão dos recursos públicos.
3. Reforço da identidade regional sem comprometer a unidade nacional.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

4. Políticas públicas mais ágeis, menos burocratizadas.
5. Possibilidade de desenvolver estratégias específicas para o turismo, o ambiente, a inovação ou a agricultura, adaptadas às potencialidades de cada região.
6. Reforço da democracia participativa, uma vez que existirá um maior envolvimento cívico e transparência nas decisões públicas ao nível regional.
7. Aproveitamento dos fundos europeus com maior eficiência. Regiões com mais autonomia poderão aplicar os fundos com mais agilidade e visão estratégica.
8. Melhor distribuição territorial dos recursos do país.

Tenha-se ainda em conta que a coesão histórica e linguística do país representa um trunfo para a regionalização. Portugal tem mais de nove séculos de história unificada, com uma só língua oficial em todo o território (o caso do mirandês circunscreve-se apenas aos concelhos de Miranda do Douro e do Vimioso). Por isso não existe o risco de se criarem separatismos étnico-linguísticos como na Bélgica, Espanha ou Reino Unido.

Gonçalo Ribeiro Telles, arquiteto paisagista e fundador do Partido Popular Monárquico (PPM), foi um dos grandes defensores da regionalização. Defendia a ordenação do território com base em regiões naturais e humanas. Uma reforma do Estado que respeitasse os ecossistemas regionais e as comunidades locais. Um modelo centrado na subsidiariedade, onde o poder é exercido ao nível mais próximo do cidadão.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O PPM pretende que a regionalização do território continental do país se inicie com uma Região-Piloto: o Algarve, que é uma região historicamente distinta, geograficamente coesa, com população suficiente e experiência administrativa relevante. Após o Algarve, avançar gradualmente para as restantes regiões: Alentejo, Norte, Centro e Lisboa. Para implementar e acompanhar o processo de implementação da regionalização, será criada uma Agência Nacional para a Regionalização (ANR).

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

AÇORES E MADEIRA

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A consagração das regiões autónomas dos Açores e da Madeira na Constituição da República Portuguesa de 1976, representou uma das mais importantes inovações do regime democrático nascido da Revolução de Abril. O reconhecimento da autonomia político-administrativa das ilhas foi o culminar de um longo processo histórico marcado por especificidades geográficas, identitárias e económicas, bem como por tensões sociais e políticas agravadas durante o Estado Novo.

A distância do território continental, a insularidade e a fragilidade de infraestruturas básicas alimentaram, durante décadas, um sentimento de abandono e de marginalização, com reflexos evidentes no subdesenvolvimento relativo das regiões. No pós-25 de Abril, o movimento autonomista ganhou força e legitimidade, traduzindo-se na necessidade de um novo modelo de governação que reconhecesse a diversidade e os direitos próprios das comunidades insulares.

A criação das regiões autónomas foi, assim, uma resposta política equilibrada a reivindicações legítimas, permitindo um novo pacto territorial assente no princípio da autonomia dentro da soberania nacional. Desde então, os Açores e a Madeira passaram a dispor de órgãos de governo próprios — Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e Governo Regional — com competências legislativas e executivas em áreas fundamentais para o seu desenvolvimento.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A implementação deste modelo permitiu avanços notáveis nas últimas décadas: melhoria da qualidade de vida, modernização das infraestruturas, crescimento económico e reforço da identidade regional.

Os investimentos em educação, saúde, transportes e proteção ambiental contribuíram para reduzir assimetrias internas e externas, ao mesmo tempo que se consolidava uma cultura de gestão democrática com níveis de estabilidade institucional. O êxito das autonomias insulares é hoje amplamente reconhecido e constitui uma base sólida para um novo ciclo de aprofundamento e atualização do modelo autonómico, à luz dos desafios do século XXI.

Mas as regiões enfrentam hoje novas dificuldades e uma urgência absoluta no aumento das transferências do Orçamento de Estado. Por outro lado, o potencial marítimo das regiões exige uma ampliação das competências das regiões nessa e em muitas outras áreas emergente.

PROPOSTAS

1. Elaboração de uma nova Lei das Finanças Regionais. A atual Lei das Finanças Regionais carece de revisão urgente para garantir uma distribuição mais equitativa e eficiente dos recursos públicos. Propõe-se a criação de uma nova lei que considere o princípio da insularidade e as especificidades socioeconómicas das regiões autónomas, com base em indicadores como o PIB per capita, o custo de vida, a densidade populacional a localização ultraperiférica, a ausência de uma economia de escala ou a necessidade de reforçar as capacidades das regiões autónomas como primeira linha de defesa

da soberania portuguesa no Atlântico. Sem regiões fortes e prósperas no Atlântico, Portugal corre riscos.

A nova legislação deve assegurar um mecanismo de financiamento mais previsível e justo, que contemple fundos de coesão regional e uma maior autonomia na gestão fiscal e orçamental, aproximando o modelo português ao das comunidades autónomas espanholas, como o País Basco ou as Canárias.

2. Aumento das transferências do Orçamento de Estado para as regiões.

É fundamental aumentar as transferências do Orçamento de Estado (OE) para as regiões autónomas de modo proporcional às suas necessidades estruturais e desafios logísticos. Atualmente, a média das transferências representa apenas cerca de 2% do OE, valor insuficiente para fazer face às despesas com serviços públicos essenciais.

Este aumento deve ser indexado a critérios objetivos e transparentes, como o número de habitantes, a extensão marítima sob jurisdição regional e os custos associados ao transporte e insularidade, corrigindo desigualdades estruturais históricas.

3. Ampliação da gestão do mar pelas regiões autónomas. Propõe-se a transferência progressiva de competências em matéria de gestão do mar, incluindo licenciamento de atividades económicas, investigação científica e conservação ambiental. Esta medida reconhece a vasta Zona Económica Exclusiva (ZEE) sob responsabilidade das regiões autónomas.

Inspirando-se em modelos como o das Ilhas Feroé ou da Escócia, a autonomia na gestão marítima permitirá uma exploração mais eficiente dos recursos,

fomentando a economia azul, protegendo ecossistemas marinhos e promovendo a soberania regional sobre os seus mares.

4. Integração das regiões autónomas em todos os projetos e programas nacionais. Todas as iniciativas nacionais — seja no plano da educação, ciência, cultura, defesa ou inovação — devem incluir obrigatoriamente as regiões autónomas, desde que estas manifestem concordância expressa.

Isso implica consultas formais e antecipadas durante a fase de planeamento de programas, garantindo que as particularidades regionais sejam consideradas, evitando a duplicação de estruturas e assegurando uma representação equitativa nos conselhos de coordenação nacional.

5. Recuperação dos serviços do Estado nas regiões. Propõe-se a reabilitação de serviços do Estado nas regiões, incluindo edifícios, equipamentos e quadros de pessoal, com especial atenção às polícias, tribunais, universidades, RTP, forças armadas, estabelecimentos prisionais e demais estruturas administrativas.

Estudos recentes demonstram que a ausência física e institucional de vários serviços em zonas periféricas compromete o acesso da população a direitos fundamentais. Uma auditoria nacional deve identificar prioridades de reinvestimento e reinstalação.

6. Extinção do cargo de Representante da República. Sugere-se a extinção do cargo de Representante da República, com transferência das competências formais para o Presidente da República.

Esta proposta visa reduzir redundâncias institucionais e custos administrativos, reforçando ao mesmo tempo a legitimidade democrática dos órgãos regionais e alinhando-se com o princípio da autonomia político-administrativa.

7. Criação de círculos eleitorais da emigração nas regiões autónomas.

Alteração constitucional para permitir a criação de círculos eleitorais específicos da emigração em cada região autónoma, representando diretamente as comunidades emigradas com vínculos às regiões.

Esta medida promoverá uma representação mais eficaz da diáspora açoriana e madeirense, reforçando os laços cívicos e políticos e garantindo que os emigrantes participem nas decisões que impactam as suas regiões de origem.

8. Centralização do projeto espacial português nos Açores. Os Açores devem tornar-se o centro estratégico do projeto espacial português, dada a sua localização geográfica privilegiada no Atlântico, com vantagens para lançamentos e observação terrestre.

O investimento em infraestruturas espaciais, parcerias internacionais e formação de quadros locais permitirá criar um ecossistema tecnológico regional competitivo, com efeitos multiplicadores na educação, emprego qualificado e investigação científica.

9. Programa de apoio nacional no caso de repatriamentos dos EUA. Criação de um programa preventivo de apoio às regiões autónomas para responder ao eventual aumento de repatriamentos de açorianos residentes nos EUA, especialmente devido às políticas restritivas de imigração, como as previstas pela administração Trump.

Este programa incluiria apoio habitacional, requalificação profissional e reintegração social, garantindo uma resposta humanitária e sustentável a possíveis fluxos migratórios de retorno.

9. Nova revisão da política de transportes interilhas e continente-regiões. É essencial rever os modelos de mobilidade aérea e marítima,

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

garantindo mais ligações regulares, acessíveis e sustentáveis entre as ilhas e o continente, a preços mais baixos.

11. Investimento estratégico no ensino superior regional. Aumentar os recursos para a Universidade dos Açores e da Madeira, valorizando o papel do ensino superior como motor de desenvolvimento.

Isso inclui melhorar infraestruturas, atrair professores de excelência, criar cursos ligados à economia do mar, às alterações climáticas e à biodiversidade, bem como promover a internacionalização.

12. Política habitacional específica para as regiões autónomas, financiada pelo Estado. Deve ser criado um programa habitacional específico, tendo em conta os custos elevados de construção e escassez de mão-de-obra local nas ilhas. Propõe-se financiamento estatal para reabilitação urbana e construção de habitação a custos controlados, com foco em jovens e famílias de baixos rendimentos.

13. Plano de ação para a justiça nas regiões. Propõe-se a modernização dos tribunais regionais, reforço dos quadros de magistrados e pessoal administrativo, e maior autonomia na gestão dos meios materiais e humanos. A morosidade judicial e a escassez de recursos prejudicam a confiança dos cidadãos na justiça. A resposta passa pela descentralização funcional e tecnológica.

14. Criação de polos de investigação sobre alterações climáticas. As regiões autónomas, por serem territórios insulares, são particularmente vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas. Propõe-se a criação de polos de investigação climática em articulação com instituições internacionais. Estes polos deverão estudar o impacto das alterações climáticas nos

ecossistemas atlânticos e propor medidas de adaptação e mitigação com aplicação regional direta.

15. Redefinição da política de defesa no Atlântico. Integrar os Açores e a Madeira na nova estratégia de rearmamento nacional, com foco no Atlântico, inclui modernizar infraestruturas militares e reforçar a presença das Forças Armadas.

A localização estratégica das ilhas justifica a criação de comandos logísticos regionais e o desenvolvimento de capacidades de vigilância e resposta a ameaças híbridas e cibernéticas.

16. Criação de uma Zona Franca Verde nas regiões autónomas. Criar Zonas Francas Verdes (ZFV) com benefícios fiscais para empresas sustentáveis, ligadas à economia circular, energias limpas e turismo ecológico.

A ZFV seria regulada por critérios ambientais rigorosos, mas atrativa para investimento estrangeiro e criação de empregos qualificados.

17. Plano nacional de valorização da agricultura insular. Criar um programa específico de apoio à agricultura insular, promovendo cadeias curtas de comercialização, agroindústrias locais e certificações de origem.

O programa deve apoiar práticas agrícolas sustentáveis, adaptação climática e acesso a mercados, valorizando a qualidade dos produtos locais.

17. Criação de um Fundo de Emergência Climática para as ilhas. As regiões autónomas devem ter acesso a um fundo nacional de resposta rápida a catástrofes naturais, financiado pelo Estado e complementado por fundos europeus. Este fundo garantiria intervenções imediatas em caso de sismos, tempestades ou outras emergências ambientais, evitando atrasos burocráticos na ajuda.

18. Integração das regiões nos conselhos nacionais de política pública.

Proposta de obrigatoriedade de participação das regiões autónomas em todos os conselhos nacionais de políticas públicas com impacto territorial ou económico. Isso reforça a coesão e garante que decisões estratégicas considerem as necessidades específicas dos arquipélagos.

19. Estratégia nacional de combate à desertificação demográfica nas ilhas. Criar incentivos à fixação de jovens e famílias nas ilhas menos povoadas, com apoios à natalidade, habitação, emprego e mobilidade. A estratégia deve incluir programas de retorno para emigrantes e medidas que valorizem a vida em comunidades rurais e remotas.

20. Revisão dos critérios de repartição dos fundos europeus. Defender no quadro nacional e europeu uma revisão dos critérios de distribuição dos fundos da política de coesão, considerando, devidamente, os custos adicionais da insularidade. Isso permitiria às regiões autónomas beneficiar de maior apoio para projetos estruturantes, evitando que fiquem subfinanciadas.

21. Desenvolvimento da economia do mar com financiamento nacional. Cada região autónoma deve ter um plano regional de economia do mar, com objetivos definidos para biotecnologia marinha, energias oceânicas e pesca sustentável. Estes planos devem ter financiamento próprio, metas anuais e avaliação de impacto socioeconómico.

23. Política de mobilidade digital para as regiões autónomas.

Lançar um programa de digitalização total dos serviços públicos regionais, com apoio estatal à criação de balcões únicos e plataformas acessíveis online. Essa digitalização deve melhorar o acesso da população e atrair nómadas digitais, criando novas oportunidades económicas.

24. Promoção internacional das regiões autónomas como plataformas atlânticas. Criar uma estratégia de diplomacia económica que promova os

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Açores e a Madeira como plataformas atlânticas para negócios, ciência e cultura, reforçando a presença portuguesa no mundo. A estratégia deve envolver embaixadas, consulados e organizações multilaterais, posicionando as regiões como pontos de ligação entre continentes.

25. Criar círculos eleitorais regionais para as eleições europeias.

26. Instalação de um Museu Nacional nas regiões autónomas. Propõe-se a criação de um museu nacional em cada uma das regiões autónomas — Açores e Madeira — à semelhança do que já sucede na maioria dos distritos do continente. Esta medida visa corrigir uma assimetria cultural significativa, garantindo que os cidadãos das ilhas tenham acesso direto a instituições museológicas de referência nacional. Os museus nacionais nas regiões poderão valorizar e preservar o património cultural, histórico, natural e científico específico dos arquipélagos, ao mesmo tempo que os integram plenamente na narrativa nacional.

A instalação de museus nacionais nas ilhas contribuirá para a descentralização efetiva da política cultural do Estado e para o reforço da identidade regional no contexto da diversidade portuguesa. Estas instituições devem ser dotadas de autonomia científica e de financiamento adequado, permitindo exposições permanentes e temporárias, bem como parcerias com museus internacionais. Além de promoverem a educação e o turismo cultural, os museus nacionais nas Regiões Autónomas servirão como polos de dinamização científica, artística e comunitária, envolvendo escolas, universidades e agentes locais.

A Constituição da República Portuguesa (artigo 6.º, n.º 2) reconhece a autonomia insular como forma de garantir a identidade própria das regiões e o seu desenvolvimento equilibrado. O princípio da descentralização cultural

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

(artigo 78.º) reforça a obrigação do Estado em garantir o acesso universal à cultura. A instalação de museus nacionais nos arquipélagos responde a ambos os princípios, promovendo a coesão cultural, o reconhecimento da diversidade e a integração plena das regiões autónomas na estratégia cultural do Estado.

27. As diásporas açoriana e madeirense queixam-se muito do mau atendimento nos consulados portugueses. **Propõe-se que os governos regionais dos Açores e da Madeira possam destacar funcionários para os consulados portugueses nas áreas com maior concentração de emigrantes dessas regiões, como os Estados Unidos, Canadá, Venezuela, África do Sul e Brasil.** Esses funcionários regionais atuariam em colaboração com o corpo consular, oferecendo serviços especializados e promovendo a cultura e os interesses das respetivas regiões.

Essa iniciativa não apenas melhoraria o atendimento às comunidades emigrantes, mas também fortaleceria os laços entre as regiões autónomas e as suas diásporas, promovendo uma maior coesão nacional e valorizando a diversidade cultural portuguesa.

Precedentes Internacionais:

Itália: O governo italiano mantém uma rede de consulados e institutos culturais que colaboram com regiões autónomas, como a Sicília e a Sardenha, para promover a cultura e apoiar as comunidades regionais no exterior.

Espanha: As comunidades autónomas espanholas, como a Galiza e o País Basco, possuem delegações no exterior que trabalham em conjunto com as

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

embaixadas e consulados espanhóis para apoiar os emigrantes e promover a cultura regional.

Alemanha: Alguns estados federais alemães têm representações no exterior que colaboram com as missões diplomáticas alemãs para promover interesses regionais.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

COMUNIDADES

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A emigração portuguesa é uma das mais antigas e significativas da Europa. Atualmente, estima-se que existam entre 5 a 6 milhões de portugueses e lusodescendentes espalhados pelo mundo, o que equivale a cerca de metade da população residente em Portugal. As comunidades mais expressivas encontram-se em França (cerca de 1,2 milhões), Estados Unidos (cerca de 1,4 milhões considerando lusodescendentes), Canadá (cerca de 482 mil), Suíça (220 mil), Luxemburgo (120 mil), Venezuela (200 mil), África do Sul (450 mil) e Brasil (cerca de 300 mil).

Os dados mais recentes apontam para um défice grave no atendimento consular. Um estudo do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), de 2022, revelou que mais de 65% dos emigrantes reportam dificuldades em aceder aos serviços consulares, sendo as reclamações mais comuns o tempo de espera para marcações (até 6 meses em alguns casos), ausência de respostas a e-mails e chamadas, e serviços informatizados ineficientes.

No que toca a cobertura consular, faltam consulados em zonas com forte concentração de portugueses, como no norte da Califórnia (São José/São Francisco), onde vivem cerca de 100 mil portugueses e descendentes.

A costa leste dos EUA também está carente de reforço consular, especialmente na Nova Inglaterra. No Canadá, existe uma sobrecarga nos consulados de Toronto e Montreal, sendo necessária uma expansão para zonas como Alberta. Na Suíça e no Luxemburgo, a elevada densidade de portugueses contrasta com recursos humanos muito limitados. Na Venezuela, a situação é crítica: o consulado de Caracas enfrenta falta de segurança, de pessoal e de condições básicas, levando a um serviço quase inoperacional.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

comparação internacional demonstra como Portugal poderia agir melhor. A Irlanda, por exemplo, criou o "*Global Irish*" - um programa estruturado que investe em centros culturais, ensino da língua, apoio financeiro a associações da diáspora e forte comunicação institucional com as comunidades.

A Espanha integra as suas comunidades no exterior através do "*Plan de Retorno a España*", um programa robusto de incentivos ao regresso. A Itália mantém redes de escolas no exterior, centros culturais, e facilita o voto e a ligação política da diáspora.

A Grécia, através da Secretaria-Geral para os gregos no Exterior, financia viagens culturais, ensino de língua e cultura, e facilita a dupla nacionalidade.

Outro problema crucial é a preservação da identidade cultural. Segundo o relatório "*Portuguese Language Abroad*" de 2022, o número de alunos de português no exterior está a diminuir cerca de 5% ao ano, sendo dramático nos EUA e em França. Faltam professores, programas de ensino e reconhecimento oficial das certificações. O ensino de História e Cultura portuguesas é escasso, sendo relegado a iniciativas privadas, muitas vezes com poucos recursos.

A comunicação social das comunidades é outro pilar em declínio. Jornais, rádios e programas em português sobrevivem com dificuldades extremas, sem qualquer apoio estatal consistente, mesmo sendo eles fundamentais para manter viva a língua e a cultura.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Na área económica, apesar de haver empresários lusodescendentes de sucesso (especialmente nos EUA, Canadá e África do Sul), não existe uma política integrada para atrair investimento dessas comunidades para Portugal. A falta de incentivos fiscais, de facilitação burocrática e de redes de apoio prejudica esta enorme oportunidade.

A nível da mobilidade, as viagens de portugueses e lusodescendentes para Portugal continuam caras e pouco incentivadas. Programas como tarifas aéreas especiais, comuns entre países como a Itália (com as suas comunidades na América do Sul e nos Estados Unidos) ou Israel (com a sua diáspora), praticamente não existem no caso português.

É necessário fortalecer a ligação do país com os emigrantes e os seus descendentes. Temos de apoiar as comunidades portuguesas e criar as condições necessárias para que elas nos possam auxiliar de forma mais organizada e eficaz.

Nesse sentido é essencial melhorar o apoio institucional à nossa diáspora. Desenvolver mecanismos que superem as dificuldades burocráticas que tanto afligem as nossas comunidades e socorrer todos os portugueses que se encontrem em dificuldades em qualquer ponto do mundo. As portas da nossa rede diplomática têm de estar abertas para todos os portugueses e para os seus filhos. Nos bons e nos maus momentos.

A nossa rede consular junto das comunidades tem de melhorar a sua eficácia, aumentar a sua cobertura territorial, reduzir prazos de resposta burocrática,

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

modernizar-se tecnologicamente e estar preparada para fomentar uma maior integração económica entre o país e as suas comunidades.

Preocupa-nos muito a situação dos idosos portugueses e de outros cidadãos que, por uma circunstância ou por outra, se encontrem em circunstâncias menos dignas no exterior (como, por exemplo, cidadãos portadores de deficiência ou fraca capacidade económica). Uma das coisas que é necessário fazer é - com a colaboração da rede consular, das associações portuguesas no exterior e dos governos dos países de acolhimento da diáspora portuguesa - conhecer todas as situações existentes. A seguir é necessário desenvolver iniciativas legislativas que obriguem o Estado português a zelar pela resolução desses casos (em colaboração com os respetivos governos nacionais, através de protocolos e de outros mecanismos de cooperação).

As nossas escolas, centros formativos e universidades possuem hoje capacidade - e já o estão a fazer em alguns casos - para promoverem ações de formação à distância, com recurso às novas tecnologias. É necessário criar programas de formação especialmente dirigidos à nossa diáspora.

O país deve estar preparado e criar condições para receber condignamente os nossos emigrantes que pretendam regressar ao país. Nesse sentido é necessário desenvolver políticas de reintegração laboral especialmente vocacionadas e pensadas para os emigrantes que pretendam regressar ao país.

As novas tecnologias informáticas possuem um imenso potencial informativo e comunicacional. No entanto, o Estado português pouco ou nada construiu

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

especialmente vocacionado para aproximar a Administração Pública portuguesa às necessidades das comunidades portuguesas.

Nesse sentido, o PPM considera essencial promover a construção de plataformas informáticas - inseridas nos diferentes serviços públicos - especialmente vocacionadas e desenhadas para servir as comunidades portuguesas do exterior.

Em síntese, existe um mundo de oportunidades e desafios no âmbito da cooperação e desenvolvimento de sinergias entre o país e as suas comunidades. A verdade é que a culpa do que está por fazer é, essencialmente, nossa. A solidariedade e apoio das nossas comunidades é inquestionável.

Finalmente, a ligação com as regiões autónomas é um caso misto. Existem redes como as Casas dos Açores, mas a coordenação com os consulados e embaixadas é frágil, desperdiçando sinergias importantes para promover a cultura, a economia e o ensino.

Assim, o diagnóstico é claro: rede consular insuficiente e ineficiente; ausência de consulados em zonas críticas; fraco investimento na cultura, na educação e na comunicação; falta de políticas de incentivo ao investimento e ao regresso; perda de identidade cultural das novas gerações; falta de articulação entre entidades do Estado e das regiões autónomas; e ausência de uma política integrada para as comunidades portuguesas no exterior.

PROPOSTAS

- 1. Reforçar os quadros de pessoal nos consulados existentes**, contratando mais funcionários locais e diplomáticos de carreira.
- 2. Abrir novos consulados em zonas estratégicas** como São José (Califórnia), Alberta (Canadá), Manchester (Reino Unido) e outros locais que resultem de uma avaliação atualizada.
- 3. Criar um consulado móvel** que percorra regularmente regiões afastadas dos consulados principais, como o interior do Canadá e os estados menos servidos dos EUA.
- 4. Implementar um sistema de marcações online** moderno, intuitivo e unificado para todos os consulados.
- 5. Estabelecer centros de atendimento telefónico dedicados em português** para responder rapidamente às dúvidas e marcações dos utentes.
- 6. Desenvolver uma aplicação móvel oficial para acesso a serviços consulares**, com emissão de documentos simples e pedidos de nacionalidade.
- 7. Reduzir o tempo médio de resposta aos pedidos** consulares para menos de 30 dias em todos os consulados.
- 8. Simplificar os processos de obtenção da nacionalidade portuguesa** para netos e bisnetos de portugueses emigrados.
- 9. Criar o "Cartão do Emigrante"**, um documento que facilite a interação com serviços públicos e descontos em Portugal.
- 10. Lançar um programa de incentivos ao regresso de emigrantes** qualificados, com benefícios fiscais e apoio à instalação.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- 11. Criar a "Agência para as Comunidades Portuguesas",** que coordene ações de apoio, ensino, cultura e investimento.
- 12. Instituir bolsas de estudo para lusodescendentes** que queiram estudar em Portugal.
- 13. Estabelecer protocolos com universidades** para promover intercâmbios de estudantes lusodescendentes.
- 14. Apoiar financeiramente a criação de escolas de português** nos EUA, Canadá, França, Suíça e África do Sul.
- 15. Enviar professores de português ao exterior,** como já fazem Espanha, Itália e Irlanda, num programa governamental de ensino da língua.
- 16. Promover acordos com governos locais para o reconhecimento oficial da aprendizagem do português como segunda língua nos territórios de maior presença das nossas comunidades.**
- 17. Apoiar a criação de centros culturais portugueses** nas maiores cidades de acolhimento.
- 18. Subsidiar jornais, rádios e televisões comunitárias** em português ou bilingues.
- 19. Criar um fundo de apoio à modernização tecnológica dos meios de comunicação social da diáspora.**
- 20. Organizar anualmente a "Semana da Portugalidade"** nas grandes cidades com forte presença portuguesa.
- 21. Promover a gastronomia portuguesa junto das comunidades,** apoiando restaurantes portugueses e eventos de culinária.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

22. Criar a **"Rede Empresarial da Diáspora"**, para ligar empresários lusodescendentes a Portugal.
23. **Facilitar o investimento dos empresários da diáspora** com balcões únicos de apoio e menos burocracia.
24. Estabelecer **linhas de financiamento** específicas para **negócios criados por emigrantes regressados**.
25. Assinar protocolos com grandes companhias aéreas para **tarifas especiais para emigrantes e lusodescendentes**.
26. Criar um programa de **"Viagens Culturais a Portugal"** para jovens lusodescendentes.
27. Apoiar projetos de **intercâmbio entre escolas portuguesas e escolas de comunidades lusófonas no exterior**.
28. Reforçar as **ligações institucionais entre os consulados e as Casas dos Açores** e outras estruturas regionais.
29. Estabelecer **prémios anuais para reconhecer lusodescendentes** que se destaquem nas artes, ciência, negócios e desporto.
30. Criar um **programa de turismo dirigido a lusodescendentes**, com pacotes para conhecerem Portugal e a terra dos seus antepassados.
31. Conceder **benefícios fiscais a emigrantes que invistam em zonas de baixa densidade populacional em Portugal**.
32. **Apoiar o ensino da História de Portugal e da cultura portuguesa** através de materiais didáticos digitais e presenciais.
33. Organizar anualmente o **"Congresso Mundial da Diáspora Portuguesa"** para troca de ideias e boas práticas.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- 34. Apoiar a formação de associações juvenis de lusodescendentes** nos principais países de emigração.
- 35. Desenvolver campanhas** institucionais de **valorização da cultura portuguesa nas comunidades.**
- 36. Garantir assistência jurídica gratuita** nos consulados **para emigrantes em situação vulnerável.**
- 37. Implementar centros de apoio psicológico e social para comunidades em crise** (ex: Venezuela, África do Sul).
- 38. Promover programas de dupla cidadania ativa,** valorizando o sentimento de pertença a Portugal e ao país de acolhimento.
- 39. Atualizar permanentemente a base de dados das comunidades** para definir políticas públicas mais eficazes.
- 40. Criação de um Assistente Virtual Consular 24/7.** Desenvolver um *chatbot* avançado, baseado em IA, disponível em *sites* e *apps* dos consulados e embaixadas, **para responder automaticamente a questões frequentes** (agendamentos, renovação de documentos, informações sobre nacionalidade, etc.). Este assistente seria multilíngue (português, inglês, francês, alemão e espanhol) e **adaptado a cada país de acolhimento**, permitindo resolver rapidamente problemas simples sem necessidade de deslocação ou longas esperas.
- 41. Plataforma de Ensino Online de Português e Cultura.** Lançar uma plataforma e uma *app*, apoiada em IA, para o ensino personalizado da língua e da história de Portugal para lusodescendentes. Através de algoritmos adaptativos, o sistema ajustaria o nível de dificuldade e os conteúdos conforme o progresso e as necessidades do utilizador. Poderia incluir aulas

ao vivo, fóruns moderados por professores enviados pelo Estado e jogos educativos para crianças.

42. Criar uma Rede Social Oficial da Diáspora Portuguesa. Criar uma rede social própria para as comunidades portuguesas no exterior, onde emigrantes e lusodescendentes pudessem ligar-se, trocar informações, divulgar negócios, eventos e oportunidades em Portugal. A rede seria gerida com moderação e segurança, e utilizar-se-ia IA para identificar tendências, promover eventos relevantes e ligar os utilizadores a oportunidades de formação, investimento ou programas culturais.

43. Análise de Dados para Política Pública Personalizada. Utilizar *Big Data* e IA para analisar continuamente os dados das comunidades portuguesas (mobilidade, novas necessidades, áreas de maior crescimento, etc.), permitindo ao Governo desenhar políticas públicas específicas, abrir consulados onde realmente são precisos, adaptar o ensino da língua, e identificar novas oportunidades de investimento ou cooperação cultural.

44. Criar Rede de Apoio Comunitário Digital com Mediadores Culturais. Criar uma rede de voluntários e profissionais pagos ("mediadores culturais") que prestem apoio digital e presencial a **emigrantes idosos**. Estes mediadores ajudariam a preencher documentos, usar plataformas digitais dos consulados, traduzir informações essenciais e dar formação básica em tecnologias. Este modelo já é usado em países como o Canadá, com imigrantes seniores. Em paralelo, criar-se-ia uma **linha telefónica gratuita, em português simples, para apoio às necessidades burocráticas básicas**.

45. Programa de Assistência Consular Domiciliária e "Consulado em Casa". Implementar equipas móveis dos consulados que visitassem periodicamente **emigrantes idosos com dificuldades de deslocação**, para renovar documentos, prestar informações e tratar de assuntos

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

administrativos. Poderiam agendar visitas através de associações locais ou redes de solidariedade. Para reforçar a autonomia dos mais capazes, seriam distribuídos "*kits* digitais" (*tablets* simplificados com *apps* pré-configuradas) com ligação direta a consulados e serviços públicos portugueses.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

IMIGRAÇÃO

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Em 2024, Portugal alcançou um recorde de 1.546.521 imigrantes com residência legal, representando cerca de 15% da população total. Este número reflete um aumento substancial face aos anos anteriores.

Em 2022, existiam 798.480 cidadãos estrangeiros com enquadramento legal, representando 7,6% da população. Estes números mostram bem o grande crescimento da população imigrante no nosso território, que resulta de políticas de regularização mais flexíveis, como o visto de procura de trabalho e o regime de mobilidade da CPLP, bem como da procura de mão de obra em setores como a agricultura, a construção civil e serviços.

Propomos, numa abordagem humanista, pragmática, reguladora e integradora.

PROPOSTAS

1. Planear o fluxo migratório por setores com carência de mão de obra.

- Criação de quotas anuais de entrada ajustadas às necessidades reais dos setores como a saúde, a construção civil, a agricultura, o turismo e as tecnologias, com base num diálogo constante entre o Governo, as associações empresariais e os sindicatos.

2. Criar o Centro Nacional de Coordenação da Imigração (CNCI).

- Uma estrutura única para coordenar políticas de imigração, integração, segurança e inclusão, com representação de ministérios, municípios, regiões autónomas, associações representativas dos imigrantes e sociedade civil.

3. Implementar um Pacto de Cidadania e Inclusão.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Todo o imigrante legal assina, ao obter residência, um Pacto que inclui um curso gratuito e intensivo com as seguintes valências:

- língua portuguesa;
- introdução à Constituição, História e cultura portuguesa;
- orientação sobre direitos, deveres, serviços públicos e usos e costumes portugueses.

4. Programa “Português para Todos”.

- Expansão dos cursos gratuitos de português com modalidades presenciais e online, obrigatórios para obtenção de residência prolongada e nacionalidade.
- Incentivo à obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (exame CAPLE).

5. Interculturalidade nas escolas e nos municípios.

- Formação de professores e educadores para lidar com a diversidade.
- Apoio a projetos escolares que promovam a convivência entre alunos de diferentes origens.
- Contratação de mediadores linguísticos para as escolas, que dominem a língua-mãe dos grupos de alunos mais numerosos, que permitam uma rápida integração nas escolas portuguesas.
- Aprendizagem e valorização da História e cultura de proveniência dos alunos, valorizando sempre a tolerância a outros costumes e a importância da valorização do nosso país e da nossa cultura.
- Financiamento a iniciativas municipais de diálogo intercultural.

6. Fomento da interação comunitária.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Criação de centros de vida comunitária nos bairros com maior densidade migrante, promovendo atividades culturais, desportivas e educativas entre imigrantes e locais.

- Fomento da portugalidade e integração de hábitos.

- Explicar a origem e a síntese multicultural da atual sociedade portuguesa, em resultado de uma interação de séculos com outras culturas.

7. Acesso a habitação digna e combate à exploração.

- Fiscalização rigorosa do arrendamento ilegal e insalubre.

- Criação de programas municipais de alojamento transitório para recém-chegados.

- Apoio a cooperativas de habitação inclusiva.

8. Reforço da legalidade e rapidez nos processos.

- Digitalização total dos processos referentes à imigração.

- Redução drástica dos tempos de resposta para regularizações.

- Combate eficaz e duro às redes de imigração ilegal.

9. Promoção do empreendedorismo imigrante.

- Acesso facilitado ao microcrédito e formação em gestão para imigrantes que queiram abrir negócios em Portugal, com majorações para negócios que valorizem a identidade e cultura portuguesas.

10. Apoio à obtenção da nacionalidade e do voto cívico local.

- Simplificação do processo de nacionalidade para quem reside legalmente há mais de 5 anos e demonstre conhecimento da língua e inserção social.

- Criação de uma via rápida de obtenção da nacionalidade para todos os que se voluntariem para integrar áreas de grande relevância social e estratégica para o país, como os profissionais de saúde, o exército, as forças de segurança, áreas tecnológicas vitais e outras situações que se especificarão em diploma próprio.

- Incentivo ao voto em eleições autárquicas para estrangeiros legalmente residentes.

11. Portugal como ponte lusófona e humanitária.

- Aprofundar programas de cooperação com países de língua portuguesa, valorizando a mobilidade dentro da CPLP.
- Criar corredores humanitários legais para acolhimento temporário de refugiados em situação de risco, com apoio à integração, de acordo com a capacidade de resposta do país.

12. Criar o Cartão de Imigrante com Acesso Integrado.

- Um cartão que centralize NIF, SNS, acesso à segurança social e serviços públicos, facilitando o registo em múltiplos sistemas.

13. Reconhecimento de habilitações e competências.

- Aceleração do reconhecimento de diplomas estrangeiros e validação de competências informais, como faz a Alemanha com o “*Anerkennungsgesetz*”.

14. Campanhas de combate à xenofobia.

- Parcerias com media e “*influencers*” para campanhas de sensibilização, como o exemplo da “*No Hate Speech Movement*”.

15. Programas de voluntariado cruzado.

- Incentivar imigrantes a envolverem-se em ações comunitárias, promovendo o sentimento de pertença e a reciprocidade.

16. Plano Nacional de Dados e Monitorização.

- Sistema centralizado com dados sobre imigração para monitorizar a integração e desenhar políticas baseadas em evidência.

17. Formação intercultural para funcionários públicos.

- Formação obrigatória para polícias, técnicos da segurança social, centros de saúde e escolas.

18. Acesso à justiça multilingue.

- Apoio jurídico gratuito com intérpretes e documentação legal traduzida.

19. Mobilidade interna para evitar guetos.

- Incentivos fiscais e de habitação para imigrantes em zonas de baixa densidade populacional.

20. Canal nacional de sugestões.

- Plataforma onde imigrantes podem descrever burocracias, abusos ou discriminações com respostas obrigatórias das entidades.

21. Integração pelo desporto e cultura.

- Programas desportivos e artísticos locais inclusivos, com participação mista de portugueses e imigrantes.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

POLÍTICA EXTERNA

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

I. Enquadramento estratégico

Portugal é uma das nações mais antigas do mundo, com fronteiras estáveis desde o Tratado de Alcanizes, em 1297. Esta longevidade conferiu ao país uma identidade nacional robusta e uma estabilidade política notável.

A localização geográfica de Portugal, na fachada atlântica da Europa, proporciona-lhe uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) do mundo, conferindo-lhe uma projeção marítima de grande valor geoestratégico e económico.

A língua portuguesa é falada por mais de 260 milhões de pessoas, sendo a 5.^a mais falada globalmente. A diáspora portuguesa, presente em todos os continentes, especialmente na Europa e América do Norte, constitui uma das maiores redes de emigração do mundo, com impacto direto nas relações económicas, culturais e políticas do país.

Portugal é membro da União Europeia (UE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), integrando blocos económicos e militares de grande relevância no sistema internacional. Mantém uma aliança estratégica com os Estados Unidos, a principal potência militar mundial, e tem-se afirmado como um ator diplomático respeitado, com capacidade para dialogar com países de diferentes regimes e orientações políticas.

PROPOSTAS

I. Princípios orientadores da política externa portuguesa

- Defesa do multilateralismo e do Direito Internacional.
- Promoção da paz, segurança e cooperação entre os povos.
- Valorização dos laços históricos, culturais e linguísticos.
- Diplomacia económica como eixo central da ação externa.
- Pragmatismo nas decisões e não alinhamento automático.
- Preservação da soberania e da identidade nacional.

III. Eixos estratégicos da ação externa

1. União Europeia

A UE representa 70% das exportações portuguesas e é a principal fonte de investimento estrangeiro direto. Portugal tem beneficiado significativamente dos fundos de coesão (PRR, Portugal 2030). Vários estudos mostram que países mais integrados na UE registam maior crescimento sustentável e estabilidade democrática (CEPS, 2023).

- Criação de gabinetes de diplomacia económica nas representações permanentes em Bruxelas e Estrasburgo.
- Defesa de uma política comum de migração e segurança energética.
- Reforçar o papel de Portugal como ponte entre a Europa e o Atlântico Sul.
- Defender uma Europa mais integrada, solidária e coesa.
- Participar na construção da autonomia estratégica da UE.
- Aproveitar os fundos europeus para o desenvolvimento económico e digital.

2. Estados Unidos da América

- Os EUA são o 4.º maior parceiro económico fora da UE.
- A Base das Lajes reforça a centralidade estratégica dos Açores no eixo NATO.
- A diáspora luso-americana supera 1,4 milhões de pessoas, criando oportunidades de *soft power*.
- Acordos bilaterais de inovação tecnológica (*fintech*, defesa, energia).
- Manter e aprofundar a aliança estratégica com os EUA.
- Explorar parcerias tecnológicas, militares e comerciais.
- Utilizar a diáspora como ferramenta de diplomacia económica.

3. Diplomacia económica

Segundo o Banco Mundial, a diplomacia económica bem estruturada pode aumentar em 6-10% o volume de exportações de um país. Portugal tem um grande potencial em setores como energias renováveis, turismo sustentável, agroalimentar e tecnologias marítimas.

- Redefinição do papel da AICEP com maior autonomia diplomática.
- Criação de um “Gabinete de Diplomacia Económica para os Países Lusófonos”.
- Desenvolver um plano nacional para a diplomacia económica.
- Criar “*task forces*” por região com objetivos comerciais claros.

4. Rede consular e embaixadas

A maioria das queixas da diáspora prende-se com dificuldades no acesso a serviços consulares (Relatório MAI, 2022).

Países como a Alemanha e o Canadá já digitalizaram mais de 80% dos seus serviços consulares.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Digitalização completa dos serviços até 2028.
- Embaixadas móveis em comunidades mais afastadas (modelo australiano).
- Reforçar os recursos humanos nas representações com maior pressão migratória.

5. CPLP

Potencial para ser um bloco cultural e económico global (PIB combinado de 2,9 mil milhões de dólares).

Experiência internacional demonstra que blocos linguísticos facilitam o comércio (ex: *Commonwealth*).

- Criação de uma “Agência de Cooperação Económica Lusófona”.
- Programa de bolsas de estudo CPLP financiado por um fundo misto Portugal-Brasil-Angola.
- Fortalecer os mecanismos de mobilidade e cooperação económica.
- Defender o português como língua oficial em mais organizações internacionais.

6. Brasil

- País mais populoso e influente da CPLP, com PIB de mil milhões de dólares.
- Forte ligação cultural e potencial para investimentos bilaterais (turismo, educação, bioeconomia).
- Acordo de dupla tributação mais abrangente.
- Cimeira anual luso-brasileira com presença empresarial ativa.
- Estimular o intercâmbio económico, científico e cultural.
- Harmonizar os sistemas de reconhecimento de diplomas e experiências.

7. NATO

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Defender a participação de Portugal em operações de paz com mandato claro da ONU.
- Garantia de segurança coletiva, vital num contexto de instabilidade no flanco leste europeu.
- A NATO reconhece Portugal como ponto de apoio logístico essencial (comando de Lisboa e Açores).
- Condicionar participação em missões no exterior à aprovação parlamentar e mandato ONU.
- Investir em capacidades de ciberdefesa e vigilância marítima.
- Utilizar os recursos estratégicos dos Açores para projeção da NATO.

8. China e Índia

- Relações históricas (Goa e Macau) criam vantagens diplomáticas.
- Crescimento contínuo do PIB destes países representa oportunidades comerciais.
- Manter uma diplomacia pragmática baseada em respeito e interesse mútuo.
- Fomentar a cooperação em tecnologia, educação e energias verdes.
- Participar como observador em iniciativas regionais asiáticas.

IV. Medidas transversais

- Não envolvimento militar direto na Ucrânia.
- Criação de Casas de Portugal em capitais estratégicas.
- Promoção ativa de portugueses a cargos em organismos internacionais.
- Abertura de novos mercados através de missões económicas globais.
- Implementação de indicadores de desempenho para avaliação da ação externa.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Este programa visa posicionar Portugal como um país com uma voz ativa, independente e respeitada no cenário internacional, aproveitando ao máximo os seus ativos históricos, culturais, económicos e geoestratégicos.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

SEGURANÇA

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Portugal mantém uma posição de destaque nos índices internacionais de paz e segurança. No entanto, observam-se sinais de deterioração. Em 2024, Portugal ocupava a 7.^a posição no *Global Peace Index*, com uma pontuação de 1.372, descendo uma posição em relação ao ano anterior.

Dados recentes indicam um crescimento da criminalidade: Em 2023, registaram-se 371.995 crimes, representando um aumento de 8% face a 2022 e atingindo o valor mais elevado da última década. Os crimes violentos aumentaram 5,6% em 2023, com mais de um terço dos casos concentrados na Grande Lisboa.

Vários fatores têm contribuído para o agravamento da situação, nomeadamente o consumo de drogas. Veja-se que a percentagem de adultos portugueses que relataram uso de drogas ilícitas aumentou de 7,8% em 2001 para 12,8% em 2022. É preciso ter em conta a degradação das condições socioeconómicas em várias zonas do país.

Por outro lado, Portugal apresenta um dos salários policiais mais baixos da Europa, o que afetou a motivação e eficácia das forças de segurança. Nesse sentido, verificou-se um enfraquecimento dos efetivos policiais e falta sistemática de reposição de quadros. Deve assinalar-se, ainda, a insuficiência de investimentos em tecnologia de apoio à investigação e patrulhamento.

O sistema prisional enfrenta desafios significativos. Falhas no sistema prisional, com elevadas taxas de reincidência. Em dezembro de 2022, a taxa média de ocupação das prisões era de 100,8%, com 25 das 49 prisões

sobrelotadas. A sobrelotação e as condições precárias dificultam a reinserção social eficaz dos reclusos, aumentando o risco de reincidência.

PROPOSTAS

Propostas para reforçar a segurança nacional

1. Valorização das forças de segurança:

- Reforço salarial progressivo para todas as forças policiais.
- Criação de incentivos por mérito e por desempenho.
- Atribuição de benefícios sociais complementares (saúde, habitação, apoio psicológico).
- Criação de uma carreira mais atrativa e transparente.
- Melhorar a articulação com os tribunais, para reforçar a autoridade policial.

2. Reestruturação e modernização institucional

- Fusão da GNR com a PSP, criando uma Força Nacional de Segurança Pública.

Justificação: redução de redundâncias, aumento da eficiência, comando único e melhor distribuição territorial.

- Reorganização territorial e administrativa das esquadras e postos.
- Criação de comandos metropolitanos e regionais com maior autonomia operacional.
- Reforço da presença policial visível em zonas de maior criminalidade.
- Melhoria da coordenação com o Ministério Público e as polícias judiciárias.

3. Investimento em tecnologia e inteligência

- Criação de um sistema nacional de videovigilância inteligente.
- Equipamento de patrulhas com *tablets* e *softwares* de reconhecimento facial.
- Reforço das capacidades de cibersegurança.
- *Drones* para patrulhamento de zonas de difícil acesso.
- Centros de comando com sistemas de inteligência artificial para análise de padrões criminais.

4. Formação e capacitação contínua:

- Aumento da formação inicial e contínua.
- Criação de centros de excelência para formação em técnicas modernas de investigação.
- Formação em direitos humanos e gestão de conflitos.
- Parcerias internacionais com academias de polícia de referência.
- Reforço da formação em cibercrime, crimes sexuais e violência doméstica.

5. Sistema prisional e reinserção social:

- Reabilitação das infraestruturas prisionais.
- Aumento do número de profissionais de reinserção social.
- Criação de programas de formação profissional obrigatória nos estabelecimentos prisionais.
- Aumento dos acordos com entidades privadas para empregabilidade pós-libertação.
- Monitorização eletrónica e transição faseada para a liberdade.

6. Prevenção e ação social:

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Criação de centros de apoio comunitário em zonas críticas.
- Programas de prevenção da toxicodependência com foco nos jovens.
- Reforço de equipas multidisciplinares de apoio à vítima.
- Programas educativos de prevenção da criminalidade nas escolas.
- Campanhas nacionais de sensibilização para a segurança comunitária.

7. Legislação e política criminal:

- Reavaliação da relação entre penas e reincidência: aumento seletivo das penas para crimes violentos e reincidentes.
- Reforço das medidas de coação para traficantes reincidentes.
- Melhor articulação entre polícias e tribunais para acelerar investigações.
- Criação de juízos especializados em crime organizado e cibercrime.
- Melhoria do regime jurídico de proteção a testemunhas.

8. Governança e avaliação contínua

- Criação de um Observatório Nacional da Criminalidade.
- Relatórios anuais de avaliação da eficácia das políticas de segurança.
- Orçamento específico para inovação em segurança.
- Envolvimento da academia e da sociedade civil na definição das prioridades de segurança.
- Implementação de um sistema nacional de indicadores de desempenho da segurança pública.

PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Nos últimos cinco anos, o sistema de proteção civil e os corpos de bombeiros em Portugal enfrentaram desafios significativos, refletindo-se em constrangimentos operacionais, financeiros e humanos.

- **Redução do efetivo de bombeiros.** Entre 1998 e 2022, o número de bombeiros em Portugal diminuiu de 40.541 para 31.021, representando uma redução de cerca de 23%. Apesar disso, houve um aumento na profissionalização, com 43% dos bombeiros em 2024 possuindo vínculo profissional.
- **Conflitos laborais e stress ocupacional.** Vários estudos indicam que os bombeiros enfrentam elevados níveis de stress ocupacional, afetando negativamente a sua vida pessoal e profissional.
- **Financiamento e recursos.** Embora programas como o Portugal 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tenham proporcionado financiamento para a proteção civil, a execução e aplicação eficaz desses fundos têm sido desafiadoras. A necessidade de modernização e aquisição de equipamentos de ponta permanece premente.
- **Capacitação e formação.** A Escola Nacional de Bombeiros (ENB) tem desempenhado um papel crucial na formação. No entanto, a atualização contínua dos conteúdos e a integração de novas tecnologias são necessárias para responder aos desafios emergentes.

- **Cooperação internacional.** Portugal tem reforçado as relações de cooperação internacional em matéria de proteção civil, participando em organismos e celebrando acordos bilaterais. A integração no Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia tem permitido o acesso a recursos e apoio em situações de emergência.

PROPOSTAS

Propostas para a valorização e modernização da proteção civil e bombeiros

- 1. Reforçar o recrutamento de bombeiros profissionais.** Implementar campanhas nacionais de recrutamento, com incentivos financeiros e benefícios sociais, para aumentar o número de bombeiros profissionais e reverter a tendência de diminuição do efetivo.
- 2. Melhorar as condições laborais.** Estabelecer protocolos para garantir condições de trabalho adequadas, incluindo horários compatíveis com a vida familiar, apoio psicológico e programas de prevenção do *burnout*.
- 3. Atualizar equipamentos de proteção individual (EPI).** Investir na aquisição de EPI's modernos e adaptados às diferentes tipologias de intervenção, garantindo a segurança dos operacionais.
- 4. Integrar tecnologias avançadas.** Adquirir *drones*, sistemas de georreferenciação e *softwares* de inteligência artificial para apoiar na gestão e resposta a emergências.

- 5. Modernizar a frota de veículos.** Renovar a frota de veículos de combate a incêndios e de emergência médica, assegurando a sua adequação às necessidades operacionais e às especificações técnicas atualizadas.
- 6. Estabelecer protocolos de cooperação internacional.** Formalizar acordos com países parceiros para partilha de recursos, formação conjunta e apoio mútuo em situações de catástrofe.
- 7. Rever o planeamento estratégico.** Atualizar os planos de emergência e de proteção civil, incorporando lições aprendidas e boas práticas internacionais.
- 8. Desenvolver uma nova doutrina de combate a incêndios florestais.** Implementar estratégias baseadas na gestão integrada de fogos, com enfoque na prevenção e na resiliência das comunidades.
- 9. Criar centros regionais de formação.** Estabelecer centros de formação descentralizados para facilitar o acesso à capacitação contínua dos operacionais.
- 10. Implementar sistemas de alerta precoce.** Desenvolver e integrar sistemas de alerta precoce para diferentes tipos de riscos, utilizando tecnologias de comunicação modernas.
- 11. Promover a educação para a proteção civil.** Integrar conteúdos sobre proteção civil nos currículos escolares, fomentando a cultura de prevenção desde a infância.
- 12. Apoiar a investigação e desenvolvimento.** Financiar projetos de investigação aplicados à proteção civil, incentivando a inovação e a melhoria contínua dos serviços.

13. Estabelecer um fundo de emergência. Criar um fundo específico para resposta rápida a catástrofes, garantindo recursos imediatos para ações de socorro.

14. Reforçar a comunicação institucional. Melhorar os canais de comunicação entre as entidades de proteção civil e a população, assegurando informações claras e tempestivas.

15. Implementar programas de voluntariado jovem. Criar programas que incentivem a participação de jovens em atividades de proteção civil, promovendo o espírito de cidadania.

16. Desenvolver aplicações móveis de emergência. Lançar aplicações que permitam à população receber alertas, reportar ocorrências e aceder a informações de segurança.

17. Estabelecer indicadores de desempenho. Definir e monitorizar indicadores-chave para avaliar a eficácia das ações de proteção civil e implementar melhorias contínuas.

18. Fomentar a resiliência comunitária. Desenvolver programas de capacitação comunitária para preparar cidadãos e instituições locais para a resposta a catástrofes naturais e riscos tecnológicos. A estratégia incluiria a criação de brigadas locais de autoproteção, formação em primeiros socorros e simulações de evacuação em escolas e empresas. **Estudos internacionais, como os programas "Community Emergency Response Teams" (CERT) nos EUA, demonstram que comunidades preparadas reduzem em até 30% os impactos de desastres.** Esta abordagem também fortalece o tecido social e reduz a dependência exclusiva dos meios estatais.

19. Criação de uma plataforma nacional de dados de risco. Desenvolver uma base de dados nacional acessível às autoridades locais e regionais, com mapas de risco atualizados, histórico de ocorrências e simulações preditivas. A plataforma integraria dados do IPMA, ICNF, INE e entidades internacionais, permitindo um planeamento mais eficaz e a gestão baseada em evidência científica.

20. Reorganização do dispositivo de combate a incêndios rurais. Redefinir a lógica de atuação, reforçando os meios de ataque inicial e posicionamento estratégico de equipas em zonas críticas com base em modelos como o da Catalunha. O combate deve ser precedido de uma política séria de silvicultura preventiva, reordenamento do território e incentivos à gestão agroflorestal ativa.

21. Integração de sensores e *IoT* em áreas críticas. Instalar sensores de deteção precoce de incêndios, cheias e deslizamentos, conectados em rede com centros de comando por tecnologia *IoT*. A Estónia e o Japão já usam estes sistemas com sucesso para monitorizar em tempo real zonas de risco, permitindo intervenções mais rápidas e eficazes.

22. Criação de uma Autoridade Nacional de Emergências Climáticas. Instituir uma entidade pública dedicada à prevenção e gestão de desastres climáticos, articulada com o IPMA, ICNF e municípios. Esta entidade teria competências para agir antes da crise, planeando medidas de adaptação e mitigação climática com base em projeções de risco.

23. Aquisição de aeronaves multifunções de combate a incêndios. Investir numa frota aérea moderna que sirva simultaneamente combate a incêndios, evacuações médicas e transporte de emergência. O Canadá e a Grécia têm apostado neste tipo de aeronaves, reduzindo custos e maximizando o uso operacional durante o ano todo.

24. Criação de uma carreira técnica especializada em proteção civil.

Estabelecer uma carreira pública específica com formação contínua, progressão clara e salários compatíveis com a responsabilidade das funções. Isto garantiria a profissionalização plena do setor, atraindo e retendo talento qualificado para os quadros das autarquias e da ANEPC.

25. Reabilitação e modernização dos quartéis de bombeiros. Lançar um programa nacional de requalificação de infraestruturas degradadas, com financiamento do PRR e fundos europeus. Um levantamento nacional deve identificar quartéis obsoletos e planear obras que melhorem as condições de alojamento, treino e logística.

26. Estabelecimento de simuladores de treino de alta tecnologia.

Implementar simuladores de realidade virtual e aumentada para treino em cenários complexos (incêndios urbanos, industriais, florestais). A formação imersiva reduz riscos, permite repetição ilimitada e prepara os operacionais para situações que raramente se enfrentam em treinos convencionais.

27. Revisão do modelo de financiamento das corporações de bombeiros.

Criar um modelo de financiamento baseado em contratos-programa com critérios transparentes de desempenho, atividade e cobertura territorial. Esse modelo substituiria parte das transferências discricionárias, promovendo eficiência e justiça na alocação dos recursos.

28. Criação de centros logísticos regionais de emergência.

Instalar centros de armazenagem e coordenação regional com equipamentos, combustível, alimentação e abrigo para resposta a crises. Seriam pontos de apoio para grandes operações, evitando a dependência de deslocações longas ou da improvisação em campo.

29. Integração da proteção civil nos gabinetes de crise municipais.

Tornar obrigatória a inclusão de técnicos de proteção civil nos gabinetes de apoio à presidência das câmaras municipais. Esta medida garante articulação direta entre planeamento político e resposta operacional em situações de emergência.

30. Criar um espaço de programação permanente, na RTP, dedicado a riscos e emergências. Para divulgar, em tempo real, informações sobre riscos, formações e alertas. Seria uma ferramenta permanente de literacia de risco, como sucede em países como o Japão ou a Islândia.

31. Promoção de protocolos com universidades e politécnicos. Firmar acordos para incluir estágios e linhas de investigação em áreas como geografia do risco, engenharia civil, climatologia e psicologia de emergência. Isto fortaleceria a base científica do setor e criaria oportunidades de inovação aplicada.

32. Atualização dos planos municipais de emergência. Obrigar à revisão trienal de todos os planos municipais, com auditorias técnicas independentes e participação da população. Muitos planos encontram-se desatualizados, baseando-se em cartografia ou dados demográficos ultrapassados.

33. Integração de serviços veterinários nas respostas de emergência. Criar equipas móveis de veterinários em situações de catástrofe para garantir o bem-estar animal e prevenir riscos zoonóticos. Esta componente é já obrigatória nos planos de emergência dos EUA e Canadá.

34. Criação de equipas de intervenção psicológica em catástrofes. Constituir equipas regionais de psicólogos treinados para intervenção em crises, luto coletivo, deslocações forçadas e trauma. Os impactos emocionais

das catástrofes são muitas vezes ignorados, mas têm efeitos duradouros nas vítimas e nos próprios operacionais.

35. Estabelecimento de uma rede de sirenes inteligentes urbanas.

Instalar sistemas de sirenes integradas com mensagens de voz, luzes de alerta e ligação a *smartphones* em zonas de maior densidade populacional.

Este sistema já é usado com sucesso em cidades alemãs e sul-coreanas para mobilização rápida em caso de ataques ou acidentes industriais.

36. Certificação nacional de voluntários de emergência. Criar um sistema de certificação e formação contínua para voluntários, valorizando o seu papel e garantindo que atuam com competência técnica. Esta medida aumentaria a confiança nas ações dos voluntários e elevaria a sua dignidade institucional.

37. Criação de unidades móveis de comando e comunicações. Dotar cada distrito e região autónoma de viaturas equipadas com tecnologias de comando, rádio, *internet* satélite e coordenação multientidade. Essas viaturas permitem montar rapidamente um centro de comando em qualquer ponto do território.

38. Criação de uma plataforma nacional de interoperabilidade de comunicações. Unificar os sistemas de rádio e comunicações das forças de segurança, emergência médica e bombeiros numa rede nacional segura. A interoperabilidade já demonstrou ser vital em ocorrências complexas, como no incêndio de Pedrógão, em 2017.

39. Desenvolvimento de protocolos de evacuação de lares e hospitais. Criar planos específicos para evacuação de populações vulneráveis (idosos, doentes) com identificação prévia de meios, rotas e alojamento. Estas populações representam um dos maiores desafios logísticos e humanos em qualquer situação de emergência.

40. Criação de um Observatório Nacional de Proteção Civil. Instalar um órgão independente de avaliação de políticas, produção de conhecimento, auditoria de ocorrências e sistematização de boas práticas. Este observatório seria composto por académicos, técnicos e representantes da sociedade civil, funcionando como espelho crítico e instrumento de melhoria contínua.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

DEFESA

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Portugal enfrenta hoje desafios estruturais e estratégicos na sua política de defesa. Os três ramos das Forças Armadas – Exército, Marinha e Força Aérea – operam com recursos limitados, efetivos reduzidos e infraestruturas envelhecidas. O desinvestimento prolongado, conjugado com novas ameaças globais, coloca em risco a capacidade de resposta nacional.

Entre as necessidades identificadas, destacam-se as seguintes: modernização urgente de equipamento e infraestruturas; capacidades reduzidas em ciberdefesa e guerra eletrónica; carência de vigilância aérea e marítima contínua; necessidade de reestruturação de comando; e ausência de capacidades médicas militares sólidas.

Portugal está entre os países com menor percentagem de investimento em defesa (cerca de 1,4% do PIB), abaixo da meta de 2% da NATO. Outros países com dimensão comparável (como a Noruega ou Dinamarca) possuem capacidades superiores em vigilância, *drones* e integração com forças aliadas. Este desfasamento evidencia a necessidade de Portugal reforçar o seu compromisso com a segurança coletiva da Aliança.

O rearmamento europeu, impulsionado pela guerra na Ucrânia, deixará Portugal ainda mais desfasado, se não acompanhar este esforço.

O Exército tem uma dotação de efetivos muito abaixo do necessário, enfrenta problemas de recrutamento e manutenção de quadros. Equipamentos envelhecidos e aquartelamentos desatualizados. A Marinha enfrenta desafios na vigilância da vasta ZEE portuguesa. A escassez de navios de patrulha oceânica e o atraso na modernização da frota limitam a sua capacidade dissuasora e de resposta. Por sua vez, a Força Aérea possui algumas

capacidades modernas (ex: F-16 MLU), mas carece de meios de vigilância aérea e *drones*. Os helicópteros e aviões de transporte estão envelhecidos.

Esta situação representa o seguinte, em termos de riscos para a segurança nacional: incapacidade de proteger as infraestruturas críticas marítimas (cabos submarinos, vias de comércio); vulnerabilidade a ataques híbridos (ciberataques, sabotagem de comunicações); fraca dissuasão e baixa interoperabilidade com parceiros da NATO; e falta de capacidade para garantir presença militar sustentada no Atlântico.

Finalmente, importa retirar ilações da guerra na Ucrânia para Portugal, nomeadamente, ficaram claras seguintes lições:

- **A importância dos *drones*:** A guerra demonstrou o papel crucial dos *drones* em operações de reconhecimento e ataque, destacando a necessidade de Portugal investir nesta tecnologia.
- **A guerra eletrónica e cibersegurança:** A vulnerabilidade a ataques cibernéticos e a importância da guerra eletrónica foram evidentes, sublinhando a necessidade de fortalecer estas capacidades.
- **A flexibilidade tática e mobilidade:** A capacidade de resposta rápida e a mobilidade das tropas foram determinantes, indicando a necessidade de Portugal adaptar as suas forças para uma maior agilidade.
- **A resiliência das infraestruturas críticas:** A proteção de infraestruturas como cabos submarinos e redes de comunicação é vital, exigindo medidas de segurança reforçadas.

- **A colaboração internacional:** A cooperação entre países e a partilha de informações foram essenciais, reforçando a importância de Portugal manter e fortalecer alianças estratégicas.

PROPOSTAS

Assim, tendo em conta todo este contexto, **o PPM propõe as seguintes 40 medidas na área da defesa:**

1. Aumentar o orçamento da *defesa* até aos 2% do PIB até 2030, com metas anuais.
2. Criar incentivos robustos para o recrutamento e retenção de efetivos.
3. Modernizar e reequipar a Marinha, com novos navios-patrolha oceânicos.
4. Adquirir *drones* de vigilância aérea e marítima de longo alcance.
5. Reforçar o sistema de radares de vigilância aérea e marítima.
6. Criar uma unidade de guerra eletrónica nas Forças Armadas.
7. Integrar mais profundamente as forças portuguesas em exercícios NATO.
8. Reposicionar forças e infraestruturas nos Açores e Madeira, com capacidade de resposta rápida.
9. Investir em capacidades de ciberdefesa e criar um Comando Cibernético conjunto.
10. Criar uma força de reação rápida com efetivos inter-ramos.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- 11.** Estabelecer um hospital militar central moderno, com capacidade de retaguarda europeia.
- 12.** Transformar unidades médicas militares em polos de excelência para a NATO.
- 13.** Reorganizar a estrutura de comando das Forças Armadas para maior flexibilidade operacional.
- 14.** Atualizar os planos de aquartelamento e distribuir forças mais racionalmente pelo território.
- 15.** Aumentar a presença militar permanente nos arquipélagos.
- 16.** Criar unidades de reserva com treino regular, à semelhança dos países nórdicos.
- 17.** Apostar na formação técnica dos militares em áreas como a eletrónica e os sistemas e *drones*.
- 18.** Celebrar acordos com universidades e politécnicos para formação especializada.
- 19.** Vigiar permanentemente os cabos submarinos e as infraestruturas tecnológicas críticas.
- 20.** Criar centros logísticos militares ligados a portos e aeroportos estratégicos.
- 21.** Estabelecer um sistema nacional de mobilização civil para situações de crise.
- 22.** Reforçar o papel da GNR e da PSP em cenários híbridos e de apoio à defesa.
- 23.** Criar um fundo de inovação para tecnologias militares nacionais.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- 24.** Incentivar a produção nacional de equipamentos militares com parcerias industriais.
- 25.** Desenvolver capacidades de satélite e observação com aliados europeus.
- 26.** Promover a interoperabilidade com Espanha, França, EUA e outros aliados.
- 27.** Desenvolver doutrina nacional baseada em defesa do Atlântico e segurança marítima.
- 28.** Criar um centro nacional de estudos estratégicos com ligação à NATO.
- 29.** Estabelecer um programa de modernização contínua e avaliação externa independente.
- 30.** Criar campanhas de literacia para a defesa nacional e cultura estratégica.
- 31.** Estabelecer um comando conjunto de *drones* e sistemas autónomos: criar uma unidade dedicada à operação e desenvolvimento de *drones*, incluindo *drones* de vigilância, ataque e defesa eletrónica, alinhando-se com as práticas emergentes observadas na guerra na Ucrânia.
- 32.** Implementar programas de formação em cibersegurança e guerra eletrónica: desenvolver currículos especializados para treinar militares e civis em técnicas de defesa cibernética, essenciais no contexto atual de ameaças híbridas.
- 33.** Modernizar a frota de helicópteros e aeronaves de transporte: investir na aquisição e atualização de aeronaves para garantir mobilidade rápida e eficiente, especialmente em missões de evacuação médica e logística.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

34. Desenvolver infraestruturas de saúde militar nos Açores e Madeira: estabelecer hospitais militares avançados nos arquipélagos para servir como pontos estratégicos de apoio médico no Atlântico.

35. Criar um centro nacional de excelência em defesa submarina: focar na proteção de cabos submarinos e outras infraestruturas críticas, aproveitando a posição geoestratégica de Portugal.

36. Estabelecer parcerias com a indústria tecnológica nacional: incentivar o desenvolvimento de tecnologias de defesa através de colaborações com *startups* e empresas inovadoras portuguesas.

37. Reforçar a capacidade de mobilização rápida: criar unidades de resposta imediata para situações de crise, com treino intensivo e equipamentos modernos.

38. Integrar sistemas de inteligência artificial na defesa: explorar o uso de IA para análise de dados, reconhecimento de padrões e apoio à tomada de decisões estratégicas.

39. Promover a literacia em defesa nas escolas e universidades: introduzir programas educativos que aumentem a consciência sobre a importância da defesa nacional e segurança.

40. Estabelecer um fundo de inovação em defesa: criar um fundo dedicado ao financiamento de projetos inovadores que contribuam para a modernização das Forças Armadas.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

ECONOMIA E FISCALIDADE

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Em 2025, a economia portuguesa atravessa um período de crescimento moderado, mas resiliente, num contexto internacional marcado por instabilidade geopolítica, tensões comerciais entre os Estados Unidos e a União Europeia e sinais de desaceleração mundial.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal deverá crescer 1,8% em 2025, ligeiramente acima da média da Zona Euro, estimada em 1,5%, segundo previsões da Comissão Europeia. Apesar deste crescimento, Portugal continua a apresentar níveis de riqueza *per capita* significativamente abaixo da média europeia, com um PIB *per capita* equivalente a cerca de 77% da média da União Europeia, posicionando-se atrás de países como a Espanha (89%) e a Itália (96%).

A dívida pública portuguesa, embora em trajetória descendente, continua elevada em termos absolutos.

Em 2025, estima-se que a dívida pública ronde os 98% do PIB, segundo o Banco de Portugal, ainda acima da média da Zona Euro, que se situa em torno dos 89%. Esta trajetória é fruto de um esforço de consolidação orçamental que permitiu a Portugal apresentar, pelo segundo ano consecutivo, um excedente orçamental (0,6% do PIB), apesar das pressões sobre a despesa pública, em especial na saúde, defesa e habitação.

A elevada dívida limita a margem de manobra orçamental do país para responder a choques externos, como um agravamento da guerra comercial ou uma recessão global, fatores que permanecem no horizonte de risco para a economia nacional.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

As exportações continuam a ser um motor fundamental da economia portuguesa, representando cerca de 47% do PIB em 2025, em linha com a média da União Europeia, mas muito aquém de economias mais abertas como a Irlanda (cerca de 120% do PIB) ou os Países Baixos (cerca de 90%).

No entanto, o crescimento das exportações abrandou para 3,1% em 2025, face aos 3,7% registados em 2024, penalizado pela menor procura externa e pela aplicação de tarifas comerciais adicionais por parte dos EUA, que afetam setores como o têxtil, o calçado e os componentes automóveis. As importações cresceram a um ritmo superior (3,5%), o que pressiona negativamente a balança comercial de bens, embora o turismo — responsável por cerca de 15% do PIB — tenha continuado a gerar um excedente robusto na balança de serviços.

A dependência energética do exterior mantém-se elevada, com cerca de 65% da energia consumida em Portugal a ser importada, valor superior à média da União Europeia, que ronda os 57%. Apesar dos progressos na transição energética — com as renováveis a representarem mais de 60% da produção elétrica — o país continua vulnerável às oscilações dos mercados internacionais de energia, situação que poderá agravar-se em caso de instabilidade geopolítica prolongada.

Em termos de preço da eletricidade para a indústria, Portugal situa-se entre os cinco países mais caros da União Europeia, o que prejudica a competitividade de setores intensivos em energia.

O comportamento dos principais setores económicos reflete esta evolução heterogénea. O setor do turismo atingiu novos recordes em 2025, com mais

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

de 30 milhões de visitantes e receitas superiores a 24 mil milhões de euros, reforçando o seu papel como âncora da balança de serviços. A indústria transformadora, responsável por cerca de 13% do PIB, enfrenta desafios relacionados com a desaceleração da procura externa e o aumento dos custos de produção. A agricultura, afetada por fenómenos de seca extrema, representa apenas 2,1% do PIB, mas continua a ser estratégica para a coesão territorial e para a segurança alimentar. O setor da construção mantém um ritmo positivo impulsionado por programas públicos de habitação e infraestruturas, mas os preços elevados dos materiais e a escassez de mão-de-obra especializada constituem entraves relevantes.

No campo da fiscalidade, Portugal apresenta uma carga fiscal de 36,2% do PIB em 2025, ligeiramente superior à média da União Europeia (35,8%), com especial incidência na tributação do rendimento e do consumo.

A redução progressiva das taxas de IRS para a classe média e a revisão das taxas de IRC, com o objetivo de reduzir a taxa nominal para 17% até 2027, são algumas das principais medidas em curso. Contudo, o sistema fiscal mantém-se complexo e penalizador da competitividade face a outras economias europeias mais ágeis, como a Irlanda ou os países bálticos.

A fiscalidade verde tem vindo a ganhar relevância, com o aumento da tributação sobre emissões poluentes, mas ainda de forma tímida face aos compromissos assumidos no âmbito do Pacto Ecológico Europeu.

O mercado de trabalho continua a apresentar uma taxa de desemprego historicamente baixa, em torno dos 6%, abaixo da média da Zona Euro (6,5%). No entanto, persistem problemas estruturais de baixa produtividade e de salários médios ainda insuficientes — o salário médio nacional ronda os 1.640

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

euros brutos mensais, contra cerca de 2.200 euros na média da União Europeia.

A emigração de jovens qualificados, ainda que atenuada, continua a ser uma preocupação, num contexto de envelhecimento demográfico acentuado, com a população com mais de 65 anos a representar já 24% do total.

O investimento público tem mostrado recuperação, impulsionado pela execução do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e por programas nacionais de investimento em habitação, água e infraestruturas ferroviárias. Em 2025, estima-se que o investimento público represente 3,2% do PIB, acima da média dos últimos dez anos, mas ainda abaixo das necessidades para colmatar o défice de capital público acumulado. O

investimento privado, por seu lado, desacelerou para 2,5% de crescimento anual, refletindo a incerteza internacional e a contenção das decisões de investimento em setores industriais exportadores.

Do ponto de vista monetário, Portugal beneficia da política do Banco Central Europeu, que manteve taxas de juro relativamente baixas para estimular a economia, embora com tendência de ligeira subida no segundo semestre de 2025. A inflação, que em 2024 tinha recuado para níveis moderados, voltou a subir para 3,1% em 2025, em grande parte devido a choques nos preços energéticos e à implementação de tarifas comerciais nos mercados internacionais.

Os riscos para a economia portuguesa são consideráveis.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Uma intensificação da guerra comercial entre os EUA e a União Europeia poderá reduzir ainda mais as exportações portuguesas e afetar o investimento estrangeiro direto, já que a confiança dos mercados financeiros se encontra volátil. Uma retração global poderá impactar o turismo, o setor mais exposto a choques de procura externa. Além disso, a necessidade de reforçar o investimento em Defesa, num contexto de novas obrigações internacionais, poderá pressionar as contas públicas, exigindo disciplina orçamental e escolhas políticas difíceis.

Neste quadro económico, interessa analisar e referenciar, neste programa eleitoral, a imprudência e a falta de verdade do que propõem a coligação PSD-CDS e o PS. Vamos, em primeiro lugar, analisar o que propõe a coligação PSD-CDS, no plano económico e fiscal.

O programa económico e fiscal da coligação PSD-CDS para 2025, apresenta-se revestido de uma retórica de rigor e responsabilidade, mas, na análise de fundo, revela incongruências sérias, promessas pouco sustentáveis e uma subestimação clara dos riscos globais que Portugal enfrenta.

A coligação propõe simultaneamente uma redução significativa de impostos — nomeadamente no IRS e IRC —, o aumento de investimentos públicos estratégicos (em habitação, defesa, educação e saúde), a valorização de rendimentos e um compromisso com excedentes orçamentais permanentes. Esta combinação é, no plano macroeconómico, irrealista.

A história económica recente mostra que é praticamente impossível cortar impostos em larga escala, reforçar simultaneamente o Estado Social e investir em grandes projetos públicos sem gerar pressões orçamentais.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A promessa da coligação de fazer “contas certas” enquanto baixa impostos de forma generalizada, ignora a evidência empírica e desafia a credibilidade.

A estratégia de redução do IRC para 17%, ainda mais acelerada para PMEs, insere-se numa lógica de concorrência fiscal num momento em que a União Europeia caminha para maior harmonização fiscal. A coligação não apresenta uma simulação séria sobre o impacto desta medida na receita pública, limitando-se a assumir um efeito quase mágico de dinamismo económico futuro.

No atual contexto de possível guerra comercial EUA-UE, onde o investimento externo poderá ser mais retraído e a procura global mais fraca, depender da reatividade positiva do setor privado a cortes fiscais é extremamente arriscado. O investimento privado em Portugal, mesmo nos últimos anos de forte crescimento, nunca respondeu de forma automática a cortes de impostos; é antes condicionado por fatores como a estabilidade institucional, custos de contexto, qualificações da força de trabalho e acesso a mercados.

Outro ponto crítico é a ilusão do chamado “choque fiscal” no IRS, que visa baixar em 2.000 milhões de euros a carga fiscal sobre as famílias, privilegiando a classe média. No papel, a medida é meritória. Na prática, a sua execução num quadro de retração económica mundial — que implica menor crescimento e menor receita fiscal — poderá resultar em desequilíbrios orçamentais graves.

A coligação assume taxas de crescimento do PIB excessivamente otimistas (2,5%-3% ao ano), quando o próprio Governo já reviu em baixa as suas previsões para 1,8% - 1,9% em 2025, alinhadas com a projeção da Comissão

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Europeia. É, portanto, irresponsável estruturar um plano fiscal baseado em hipóteses de crescimento que não correspondem à realidade conhecida.

A questão da dívida pública é outro exemplo de falta de realismo.

Embora a coligação prometa reduzi-la progressivamente, a combinação de cortes fiscais profundos e novos investimentos, nomeadamente os 2% do PIB em defesa até 2028, torna essa meta extremamente difícil sem cortes noutras áreas sociais. No contexto atual, em que a dívida de Portugal ainda ronda os 98% do PIB — muito acima da média europeia —, qualquer desvio orçamental pode ser punido rapidamente pelos mercados financeiros, aumentando os custos de financiamento do Estado e das famílias.

Do ponto de vista da competitividade, a experiência passada demonstra que sem reformas profundas e persistentes, a mera promessa de "acelerar licenciamentos" ou "reduzir burocracia" é pouco mais do que retórica eleitoral. A ausência de metas mensuráveis e de sanções, em caso de incumprimento, torna as promessas da coligação nesta área frágeis e pouco credíveis.

Outro problema estrutural do programa da coligação é o insuficiente reconhecimento da vulnerabilidade energética portuguesa.

O programa enuncia a necessidade de transição energética e de aumento da resiliência, mas não apresenta um plano robusto para reduzir a dependência de 65% do exterior em energia, nem propõe uma estratégia séria para lidar com uma eventual crise energética provocada por uma escalada de tensões internacionais. Ignorar este risco estratégico é negligente.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Finalmente, a coligação subestima, de forma preocupante, o impacto potencial de uma guerra comercial prolongada entre a União Europeia e os Estados Unidos. Não existem cenários alternativos no programa, nem contingência orçamental, nem salvaguardas para proteger setores expostos, como o têxtil, o agroalimentar ou o automóvel. Esta ausência de preparação para um cenário global adverso é um erro grave de conceção estratégica.

Assim, o programa económico e fiscal da coligação PSD-CDS assenta em promessas imprudentes, que sabe não ter condições de cumprir. Carece de sustentabilidade financeira a médio prazo, falha em apresentar mecanismos de execução robustos e negligencia riscos externos que poderão condicionar seriamente o desempenho económico nacional.

Prometer tudo a todos — menos impostos, mais rendimentos, mais investimento público e excedentes orçamentais — é, em si mesmo, uma demonstração de populismo fiscal e de falta de realismo governativo. Portugal merece uma estratégia económica mais prudente, mais séria e mais preparada para os tempos difíceis que se avizinham. No fundo, a coligação está a mentir descaradamente aos portugueses.

Vamos agora analisar o que propõe o PS, no plano económico e fiscal.

O programa económico e fiscal do Partido Socialista para 2025 apresenta-se como uma proposta de prudência e responsabilidade, mas uma leitura atenta revela contradições profundas, excesso de retórica otimista e um subdimensionamento dos riscos reais que Portugal enfrenta.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O PS constrói uma narrativa em torno da ideia de continuidade de políticas anteriores, mas falha em reconhecer que o contexto económico europeu e global de 2025 é radicalmente diferente do de 2015-2019.

As promessas de crescimento sustentável, aumento de salários, reforço do investimento público e manutenção de contas públicas equilibradas partem de pressupostos demasiado otimistas e carecem de medidas concretas para lidar com um cenário de recessão global ou guerra comercial agravada entre a União Europeia e os Estados Unidos.

O PS baseia o seu programa numa expectativa de crescimento económico médio de 2% ao ano, alinhado com projeções europeias de base, mas ignora que essas mesmas projeções indicam elevados riscos descendentes.

O próprio cenário macroeconómico anexo ao programa reconhece que uma guerra comercial poderia reduzir em 0,9 pontos percentuais o crescimento em 2025, mas esta possibilidade é simplesmente ignorada na definição das políticas propostas. Esta omissão deliberada gera um grave problema de credibilidade: desenhar políticas económicas sem planos de contingência realistas é negligente e expõe o país a riscos de agravamento do défice, do desemprego e do endividamento em caso de deterioração internacional.

Outro aspeto crítico é a política fiscal prometida pelo PS. As propostas incluem a redução de IVA em produtos essenciais, o alargamento da taxa reduzida de eletricidade, a diminuição do IUC para veículos antigos e o aprofundamento seletivo da descida do IRC. Estas medidas, que isoladamente parecem justas, acumulam-se em perda de receita fiscal num contexto em que o espaço orçamental português é limitado.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O programa não quantifica de forma detalhada o impacto orçamental destas medidas nem apresenta compensações robustas. Fica, portanto, por explicar como manterá os saldos primários positivos, sobretudo se o crescimento ficar abaixo do esperado devido à instabilidade internacional.

O PS também insiste numa estratégia de expansão da procura interna como motor do crescimento económico, apostando no aumento do consumo das famílias e do investimento público. Ora, num contexto de subida das taxas de juro, envelhecimento da população e possível retração do crédito internacional, esta aposta exclusiva na procura interna é arriscada e insuficiente. A história económica recente mostra que economias demasiado dependentes do consumo interno são particularmente vulneráveis a choques externos, algo que o PS parece ignorar. O défice estrutural da balança de bens e a dependência energética continuam elevados, mas o programa não apresenta estratégias eficazes para corrigir estas fragilidades.

Relativamente ao investimento público, o PS propõe reforçá-lo para impulsionar o crescimento e a produtividade. Embora essa aposta tenha mérito teórico, o partido não apresenta planos de execução convincentes para corrigir a crónica incapacidade do Estado português em executar rapidamente fundos europeus e projetos de infraestrutura.

Em 2024, a taxa de execução do investimento público ficou nos 82,5%, a mais baixa da última década, o que demonstra que não é suficiente anunciar intenções, é necessário reformar a máquina administrativa para garantir eficácia. Sem essa reforma, o reforço do investimento público corre o risco de não ter impacto real sobre o crescimento.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

No campo da fiscalidade empresarial, o PS propõe "aprofundar a seletividade da descida do IRC", favorecendo empresas que reinvestam lucros e valorizem salários. Em teoria, é uma proposta sensata.

Na prática, a experiência mostra que criar regimes fiscais excessivamente seletivos e condicionados gera distorções de mercado, aumenta a burocracia e favorece a incerteza jurídica. A competitividade fiscal portuguesa já é prejudicada pela complexidade do sistema; tornar a política fiscal ainda mais seletiva poderá desincentivar investimento direto estrangeiro, especialmente num ambiente internacional de maior competição por capital.

O programa do PS também peca por insuficiência no tratamento dos riscos energéticos. Embora reconheça a necessidade de descarbonização e de promoção da eletrificação verde, as medidas propostas são tímidas face à vulnerabilidade portuguesa. Num país que ainda importa cerca de 65% da energia que consome, a ausência de um plano robusto de aceleração da produção própria de energia renovável, de interligações europeias e de reforço da eficiência energética é uma falha grave.

Esta omissão torna o país mais exposto a choques externos e ao aumento dos custos energéticos globais.

Por fim, a retórica do PS em torno da "justiça social" e da "solidariedade" é louvável, mas o programa falha em explicar como conseguirá compatibilizar aumentos significativos de despesa corrente — nomeadamente em saúde, educação, habitação e proteção social — com a manutenção de uma trajetória sustentada de redução da dívida pública. Ao contrário do que o programa

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

sugere, a simples manutenção de excedentes marginais (entre 0,2% e 0,5% do PIB) poderá não ser suficiente para garantir a sustentabilidade da dívida num ambiente de subida de taxas de juro e de crescimento económico frágil.

O programa económico e fiscal do PS para 2025 incorre em erros graves de omissão estratégica, excesso de otimismo económico e ausência de medidas de contingência realistas.

Ignora escandalosamente a gravidade dos riscos internacionais, não apresenta soluções eficazes para os problemas estruturais da economia portuguesa e promete um aumento simultâneo de direitos sociais e redução da carga fiscal que, nas condições atuais, é materialmente insustentável.

A falta de preparação para cenários adversos e a confiança excessiva em fatores externos positivos fazem deste programa mais uma peça de propaganda eleitoral do que um verdadeiro plano de governo sólido e responsável.

Em síntese

Portugal enfrenta em 2025 desafios económicos e sociais de elevada complexidade, num mundo mais fragmentado, mais imprevisível e mais competitivo. Num cenário de guerra comercial, possível retração mundial e pressões geopolíticas, é imperativo abandonar promessas fáceis, retóricas populistas e ilusões de crescimento automático.

O que o país precisa é de uma estratégia séria, realista e resiliente: menos improvisação eleitoral, mais preparação estrutural.

Diagnosticamos com rigor o estado da economia portuguesa e desmontámos, de forma técnica e ponderada, programas dos partidos de Governo, que revelam inconsistência, populismo fiscal e desprezo pelos riscos reais que o país enfrenta. Na prática, a coligação e o PS ignoram, em absoluto, a guerra comercial em curso e as suas consequências. Não o fazem por não terem conhecimento dos factos, mas apenas porque querem fazer promessas que sabem que não vão cumprir.

E não acautelam e tomam medidas para o cenário económico grave que se aproxima.

Portugal merece mais do que promessas. Merece seriedade, visão e coragem para preparar o futuro com verdade. É isso que anima as propostas de carácter económico, que apresentamos de seguida:

PROPOSTAS

1. Reduzir o IRC para 17% em três anos para todas as empresas, com especial aceleração para PMEs. Uma redução progressiva e responsável do IRC reforçará a competitividade externa e estimulará o investimento, crucial num cenário de desaceleração mundial. Esta descida deverá ser feita sem comprometer o equilíbrio orçamental, mantendo a trajetória de excedentes e a redução da dívida pública.

A medida será acompanhada da eliminação de burocracia fiscal e da criação de mecanismos rápidos de reembolso de IVA para exportadores, aumentando

o *cash-flow* das empresas num momento em que a retração internacional pode estrangular liquidez.

2. Criação de um Regime Especial de IRC para exportadores afetados por tarifas internacionais. Num contexto de guerra comercial EUA-UE, as empresas mais expostas às exportações precisam de amortecedores fiscais específicos.

Propomos um regime especial que permita deduções adicionais para empresas que provem perdas comerciais superiores a 5% devido a tarifas. Isto incentivará a manutenção dos postos de trabalho e da capacidade produtiva exportadora, reforçando o tecido económico contra choques externos.

3. Redução do IRS em 2.000 milhões de euros em quatro anos, concentrada na classe média. Para estimular o consumo interno sem desequilibrar as finanças públicas, a redução do IRS será faseada e centrada nos rendimentos médios (entre 1.200€ e 2.500€ mensais). O efeito multiplicador no PIB poderá compensar parte da perda fiscal direta. Esta medida prepara Portugal para enfrentar cenários recessivos, aliviando o peso fiscal sobre famílias em tempos de incerteza económica mundial.

4. Criação de deduções fiscais automáticas por investimento em inovação e tecnologia. Empresas que aumentem o investimento em I&D ou em transição digital poderão deduzir diretamente 30% dos custos em IRC. Este incentivo prepara o país para competir em mercados exigentes e compensa o risco adicional trazido pela instabilidade internacional.

5. Reforçar o investimento público para 4% do PIB até 2028, priorizando infraestruturas logísticas e energéticas. Em face da

possibilidade de rutura de cadeias logísticas internacionais, é imperativo modernizar portos, redes ferroviárias e interconexões energéticas.

Este investimento público terá um efeito anticíclico se o crescimento mundial enfraquecer, assegurando emprego e dinamismo económico interno.

6. Criar uma Reserva Estratégica Nacional de Produtos Industriais Essenciais. Inspirados pela vulnerabilidade demonstrada na pandemia e nas crises comerciais recentes, propomos a criação de reservas nacionais de componentes críticos, como *microchips*, produtos farmacêuticos e materiais energéticos. Esta reserva reduzirá a vulnerabilidade da indústria portuguesa a rutura de cadeias internacionais, aumentando a resiliência nacional.

7. Lançar um Programa Nacional de Autonomia Energética para empresas industriais.

Disponibilizar crédito fiscal até 20% para investimentos em produção própria de energia renovável nas indústrias exportadoras. Isto reduzirá os custos energéticos a médio prazo, aumentará a competitividade externa e mitigará o impacto de choques energéticos externos.

8. Implementar o IVA Zero Permanente sobre um cabaz alargado de bens essenciais. Para proteger o poder de compra num contexto inflacionista, propomos tornar permanente o IVA Zero em produtos alimentares básicos, energia de baixa tensão e medicamentos. Esta política combate diretamente os efeitos sociais negativos de uma eventual guerra comercial e da instabilidade mundial.

9. Estimular o regresso de emigrantes qualificados com um pacote fiscal e de habitação. Isenção parcial de IRS durante cinco anos para jovens emigrantes que regressem e contratos de arrendamento subsidiados por três

anos. Esta medida reforça o capital humano, combate a demografia decrescente e impulsiona a produtividade nacional.

10. Criação de um Banco de Desenvolvimento Exportador para apoiar novos mercados. Com linhas de crédito garantidas pelo Estado, o novo banco facilitará a entrada de empresas portuguesas em mercados extra-UE. Esta estratégia mitiga o risco da guerra comercial, diversificando mercados e reduzindo a dependência da Europa e dos EUA.

11. Duplicar os investimentos no Ensino Politécnico para formar técnicos altamente especializados. Aumentar a dotação orçamental dos Politécnicos em 100%, focando cursos técnicos nas áreas críticas como TI, energia e manufatura avançada. Formar técnicos de excelência reforça a capacidade de adaptação da economia portuguesa a uma nova ordem económica mundial.

12. Reforma do sistema de justiça económica e tributária, com decisões em 6 meses no máximo. Criação de tribunais económicos especiais com metas de prazo rigorosas para litígios fiscais e comerciais. Rapidez e previsibilidade na justiça aumentarão a confiança empresarial e o investimento num ambiente internacional de elevada incerteza.

13. Introduzir contratos fiscais de estabilidade para grandes projetos de investimento. Empresas que invistam mais de 50 milhões de euros poderão beneficiar de estabilidade fiscal garantida por 10 anos. Esta previsibilidade é essencial para atrair investimento estrangeiro num cenário global de competição acirrada.

14. Redução do tempo médio de licenciamento industrial para 90 dias. A simplificação do licenciamento industrial será feita através de plataformas digitais únicas e procedimentos automáticos. Num mundo onde decisões

rápidas são fundamentais, esta medida tornará Portugal mais atrativo para investimento produtivo.

15. Programa de reindustrialização do interior baseado em *hubs* tecnológicos. Cada capital de distrito interior terá um "*hub* tecnológico" apoiado por universidades, com benefícios fiscais especiais. Assim, diversificamos o crescimento regional, reduzimos as desigualdades e fortalecemos a coesão económica nacional.

16. Revisão do modelo de capitalização da Segurança Social para garantir estabilidade até 2070. Propomos a criação de um fundo soberano da Segurança Social, investido em ativos internacionais e nacionais. Num contexto de envelhecimento populacional, esta reforma é essencial para garantir a solvência futura do sistema.

17. Reformulação completa do programa de apoio à internacionalização das PMEs. Concentração de apoios financeiros em setores de maior valor acrescentado, como TIC, bioindústria e energias renováveis. Esta seletividade melhorará o perfil de exportações portuguesas, tornando-o mais resiliente a ciclos recessivos mundiais.

18. Simplificação radical do IVA para microempresas com faturação inferior a 100 mil euros terão regime simplificado com IVA fixo reduzido. Menos burocracia e custos administrativos libertam energia para o crescimento e inovação no segmento empresarial mais vulnerável.

19. Implementar um "choque de produtividade" no setor público. Objetivo de aumento de 15% na produtividade da Administração Pública em quatro anos, com base em digitalização e reorganização funcional. Melhor serviço público e menores custos libertam recursos para investir em educação, saúde e inovação.

20. Lançar o "Portugal Energia 2030", um grande programa de interconexões energéticas europeias. Portugal deve liderar a criação de redes de interconexão elétrica e de hidrogénio verde com Espanha e França. A integração energética reforça a soberania económica e cria novas fontes de exportação de energia limpa.

21. Criar uma Linha de Crédito Especial para PME's afetadas por guerras comerciais. As pequenas e médias empresas exportadoras precisam de mecanismos de financiamento de emergência em caso de colapso parcial dos mercados internacionais. Propor-se-á uma linha de crédito garantida a 80% pelo Estado, com prazos de carência flexíveis, evitando que crises externas se traduzam em falências em cadeia no tecido empresarial nacional.

22. Estabelecer metas obrigatórias de investimento em I&D para grandes empresas. Empresas com faturação superior a 100 milhões de euros serão obrigadas a investir anualmente pelo menos 2% da receita em inovação e desenvolvimento tecnológico. A medida incentiva a criação de conhecimento interno, reforçando a produtividade e preparando a economia portuguesa para competir em setores de alta tecnologia.

23. Introdução de um sistema de Garantia Pública para Habitação Jovem no crédito à habitação. O Estado garantirá até 20% do valor do empréstimo para jovens até aos 35 anos que comprem a sua primeira casa. Esta política impulsiona o mercado interno, combate a crise de acesso à habitação e fortalece a estabilidade social e económica.

24. Lançamento do programa "Portugal Verde" para liderar a bioeconomia europeia. Investimentos massivos em economia verde, incluindo biotecnologia agrícola, florestal e marinha, com parcerias público-privadas estratégicas. Portugal pode assumir um papel de liderança europeia

num setor que será cada vez mais central face às exigências ambientais e de soberania alimentar.

25. Criar incentivos fiscais a fusões e aquisições de PMEs para ganhar escala internacional. A atual fragmentação empresarial limita a capacidade de competir globalmente. Propor-se-á um regime fiscal favorável para operações de fusão de pequenas empresas, fortalecendo o tecido económico nacional.

26. Constituição de uma Agência de Atração de Investimento Externo 100% orientada para novos mercados. Portugal deve diversificar a sua exposição, direcionando esforços de captação de investimento para países da América Latina, África e Ásia. Num mundo de fragmentação comercial, esta diversificação é chave para assegurar fluxos de investimento sustentáveis.

27. Lançamento do programa "Indústria 5.0 Portugal" para automação e inteligência artificial nas PMEs. Disponibilização de cofinanciamentos para projetos de automação, robotização e implementação de IA nas pequenas e médias empresas.

Estas tecnologias são fundamentais para garantir ganhos de produtividade num contexto de forte concorrência global.

28. Reduzir o custo de contexto em 20% para a indústria em quatro anos. Medidas como baixar os custos de energia, acelerar licenciamentos e simplificar regulamentação terão um objetivo quantitativo claro de reduzir custos fixos às empresas. Num ambiente global de margens pressionadas, esta redução é vital para manter a competitividade.

29. Lançar um "Fundo Estratégico de Resiliência" para apoiar setores críticos em caso de retração mundial. Com uma dotação inicial de 1.500 milhões de euros, o fundo apoiará rapidamente setores-chave (turismo,

agroalimentar, indústria exportadora) em caso de crise global. Flexibilidade, rapidez de execução e foco setorial permitirão amortecer choques externos sem comprometer a estabilidade financeira nacional.

30. Generalizar o ensino obrigatório de literacia financeira e empreendedorismo nas escolas públicas. A longo prazo, só uma população altamente qualificada e consciente das dinâmicas económicas pode garantir a estabilidade e prosperidade de Portugal. O ensino de literacia financeira e formação básica em empreendedorismo será obrigatório no 2.º e 3.º ciclos de ensino, preparando as futuras gerações para uma economia cada vez mais competitiva e globalizada.

ECONOMIA DO MAR

LEGISLATIVAS 2025

Portugal possui uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) da Europa e do mundo, com aproximadamente 1,7 milhões de km², abrangendo

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

áreas ricas em biodiversidade marinha, recursos minerais e com enorme potencial energético e estratégico.

A ZEE portuguesa é cerca de 18 vezes maior que o território terrestre nacional. Para além disso, Portugal submeteu, em 2009, à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, um pedido de extensão da sua plataforma continental para cerca de 4 milhões de km², o que, a ser aprovado, colocará Portugal entre os cinco maiores Estados costeiros do mundo em termos de jurisdição marítima.

O processo de extensão da plataforma continental é extremamente complexo e ainda está em avaliação pelas Nações Unidas. Segundo o Relatório de Atividades da CLPC (2023), a decisão definitiva poderá ainda demorar alguns anos, mas a projeção estratégica, científica e diplomática continua a ser vital para assegurar o sucesso da pretensão portuguesa.

Apesar do vasto património marítimo, o aproveitamento económico da nossa ZEE é limitado. De acordo com o Relatório "A Economia do Mar em Portugal – 2023", o mar representa cerca de 5% do PIB nacional e 4% do emprego, um valor inferior ao observado em países como a Noruega (6,7% do PIB) ou os Países Baixos (5,5%). As áreas mais desenvolvidas são o transporte marítimo, a produção de energia renovável *offshore* (ainda incipiente) e o turismo costeiro.

A exploração de recursos como as energias renováveis, a biotecnologia azul e a vigilância marítima são setores ainda subaproveitados.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O tráfego marítimo internacional que atravessa a nossa ZEE é significativo. Estima-se que mais de 30% do comércio mundial de mercadorias por via marítima passa ao largo da nossa costa atlântica (Agência Europeia da Segurança Marítima, EMSA, 2022).

No entanto, Portugal capta apenas uma pequena parte desta movimentação em termos de serviços portuários, pilotagem e manutenção. Portos como Sines têm apresentado um crescimento de 6% ao ano em volume de carga nos últimos cinco anos, mas a falta de integração tecnológica e de aposta em serviços de alto valor impede maior aproveitamento.

Relativamente ao espaço aéreo sobre a nossa ZEE, ele é igualmente estratégico, principalmente no contexto do tráfego transatlântico civil e militar. Portugal detém responsabilidades de controlo aéreo em vastas áreas do Atlântico Norte, mas a cobertura tecnológica e a vigilância efetiva ainda são limitadas. Dados da NAV Portugal (2022) indicam que o tráfego aéreo na Região de Informação de Voo de Santa Maria (Açores) cresceu 3,5% em 2022, mas a capacidade tecnológica de rastreamento e intervenção ainda precisa ser modernizada para padrões de excelência internacionais.

Relatórios estratégicos, como o Plano de Ação para a Economia Azul da União Europeia (2021), destacam o potencial de Portugal para liderar áreas como: energias renováveis oceânicas (eólica *offshore*, undimotriz e maremotriz); biotecnologia azul (exploração farmacológica de recursos marinhos); indústria naval inovadora (construção e manutenção de embarcações ecológicas); e investigação científica oceânica de ponta.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Contudo, a realidade atual é a de um aproveitamento fragmentado e insuficientemente planeado.

A vigilância do espaço marítimo nacional é limitada: a Marinha Portuguesa dispõe de uma frota envelhecida e insuficiente para patrulhar eficazmente toda a ZEE. Dados do Livro Branco da Defesa Nacional (2023) indicam que Portugal tem apenas 16 navios de patrulha operacionais para esta vasta área, enquanto países como a Noruega, com uma ZEE semelhante, operam cerca de 40 unidades especializadas.

A utilização de tecnologias emergentes na monitorização e gestão do espaço marítimo também é incipiente.

Enquanto o Canadá e a Austrália lançam pequenos satélites próprios para vigilância marítima e utilização de radares SAR (*Synthetic Aperture Radar*), Portugal depende ainda largamente de parcerias europeias para acesso a informação crítica, como o programa Copernicus da União Europeia.

O país não possui, atualmente, qualquer satélite nacional dedicado exclusivamente à sua soberania marítima.

Outro aspeto estratégico é a necessidade de reforçar a posição diplomática e técnica no processo da ONU sobre a expansão da plataforma continental.

O dossier necessita de atualização técnica, geológica e jurídica para enfrentar novas contestações internacionais e consolidar a argumentação portuguesa perante a Comissão. Países como o Canadá, que conseguiram recentemente progressos nas suas extensões, investiram fortemente na renovação das suas equipas técnicas e reforçaram a projeção internacional do tema.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A formação de recursos humanos especializados no mar é outro ponto fraco. Embora existam escolas como a Escola Náutica Infante D. Henrique e a Escola do Mar, na cidade da Horta (Açores), a oferta de formação em áreas como engenharia oceânica, biotecnologia marinha e geologia submarina é limitada. Em 2022, apenas 1,2% dos diplomados em Portugal estavam em áreas ligadas ao mar, contra 3,5% na Noruega (Eurostat Education Statistics, 2023).

A indústria de construção e reparação naval, que já foi uma referência nacional, encontra-se atualmente muito debilitada, com apenas alguns estaleiros ativos (Viana do Castelo, Peniche), e grande parte do mercado dependente de encomendas externas irregulares.

Finalmente, a falta de uma grande Zona Livre Tecnológica dedicada ao mar (como as "Ocean Innovation Hubs" nos Países Baixos ou no Canadá) limita a capacidade de atrair investimento e inovação tecnológica para o setor marítimo em Portugal. O arquipélago dos Açores, pela sua posição estratégica e condições naturais, seria o local ideal para a implementação de uma infraestrutura desta natureza.

Assim, Portugal possui um dos maiores patrimónios oceânicos do mundo, mas enfrenta sérios desafios no seu aproveitamento económico, tecnológico e estratégico. O futuro exige reforço de meios, utilização de novas tecnologias, renovação da capacidade diplomática, formação de capital humano e projeção internacional do seu estatuto marítimo.

PROPOSTAS

1. Reforçar a diplomacia técnica no processo de extensão da plataforma continental. Reformular a equipa responsável pelo dossier, integrando especialistas internacionais em direito do mar, geologia marinha e diplomacia oceânica, à semelhança do que fez o Canadá para reforçar a sua candidatura. Este reforço garantiria uma defesa mais eficaz junto da ONU, assegurando a soberania portuguesa sobre quase 4 milhões de km² de plataforma continental, num momento em que a geopolítica do Ártico demonstra que quem investe mais cedo, ganha vantagem.

2. Lançar uma rede de pequenos satélites nacionais, a partir da ilha de Santa Maria, dedicados à vigilância marítima. Adquirir e colocar em órbita nano-satélites com radar SAR e câmaras óticas para monitorizar em tempo real a ZEE portuguesa, como já implementado pela Noruega.

A soberania efetiva depende do conhecimento do espaço; satélites próprios permitem identificar atividades ilegais (pesca, tráfico, poluição) e reforçar o controlo das nossas águas.

3. Construir uma grande pista de *drones*, de alta capacidade na ilha do Faial. Instalar no Faial (Açores) uma base de lançamento e operação de *drones* de vigilância marítima e monitorização ambiental, aproveitando a posição estratégica do arquipélago.

O projeto permitiria vigiar mais eficazmente o Atlântico central e potenciar o *cluster* aeroespacial açoriano, gerando emprego altamente qualificado.

4. Criar a Zona Livre Tecnológica Azul dos Açores. Desenvolver nos Açores uma zona franca para testes de tecnologias marítimas, *drones*, robótica subaquática e energias oceânicas, inspirando-se no modelo dos Países Baixos. Esta zona atrairia startups e investimentos internacionais no setor azul, dinamizando a inovação e a criação de emprego qualificado no meio atlântico.

5. Aumentar a frota de patrulha oceânica da Marinha até 2030. Adquirir 10 novos navios-patrulha oceânicos (NPOs) modernos, com autonomia de longa duração e capacidade de operar *drones* embarcados.

Com uma ZEE tão vasta, o reforço dos meios navais é essencial para garantir a fiscalização, prevenir crimes e assegurar a presença nacional efetiva.

6. Assegurar, no âmbito da vigilância marítima, a colocação ao dispor do país no nosso espaço marítimo, uma grande frota de *drones*. Comprar e operar sistemas aéreos não tripulados de grande autonomia (HALE) para patrulhamento de longa distância sobre a ZEE. Sistemas semelhantes utilizados pela Austrália reduziram o custo de patrulhamento em 40% e aumentaram em 60% a taxa de detecção de atividades ilegais.

7. Criar um Centro Nacional de Inteligência Oceânica (CNIO). Estabelecer uma agência que agregue dados marítimos (satelitais, navais, aéreos) e use inteligência artificial para análise de riscos e oportunidades. A gestão eficaz da nossa vasta área marítima exige um comando digital integrado, como já foi implementado no Canadá com o “*Ocean Protection Plan*”.

8. Estabelecer acordos de partilha de dados de tráfego marítimo com países aliados. Assinar protocolos com EUA, Canadá e União Europeia para acesso cruzado em tempo real a informações de trânsito marítimo e aéreo. Estas parcerias ampliam a capacidade de vigilância e melhoram a proteção da costa atlântica.

9. Modernizar e ampliar os sistemas de radar costeiro e oceânico. A tecnologia moderna de radar costeiro, como usada pelo Japão, aumenta em 80% a capacidade de detecção de pequenas embarcações e potencia a segurança marítima.

10. Desenvolver um programa nacional de *drones* oceânicos não tripulados (USVs).

Adquirir e operar veículos de superfície não tripulados para monitorizar zonas remotas e perigosas da nossa ZEE. O uso destes sistemas permitirá uma cobertura constante a custos reduzidos, como já demonstrado pela Marinha Australiana.

11. Criar uma Escola Superior de Tecnologias do Mar, na Região Autónoma dos Açores. Fundar uma instituição dedicada a formar engenheiros, cientistas de dados oceânicos, operadores de *drones* e especialistas em direito marítimo. A Noruega investiu fortemente em formação azul nos anos 2000 e viu a sua economia do mar crescer 75% numa década.

12. Incentivar a produção nacional de satélites e sensores marítimos. Promover a indústria espacial ligada ao oceano, através de parcerias entre universidades e *startups* tecnológicas. Desenvolver tecnologia própria garante soberania e cria um novo polo de inovação industrial.

13. Apoiar financeiramente a recuperação da construção naval nacional. Conceder apoios e incentivos à modernização dos estaleiros portugueses, priorizando a construção de navios de patrulha, transporte e investigação oceânica. A Coreia do Sul, investindo na sua indústria naval, transformou-se no maior construtor naval do mundo em 20 anos.

14. Expandir o cluster de energias renováveis oceânicas. Multiplicar projetos de energia eólica *offshore*, energia das ondas e das marés, como no modelo escocês. Estas energias podem fornecer 30% da eletricidade nacional até 2040, segundo projeções da Universidade de Lisboa.

15. Criar um centro de inovação em biotecnologia azul. Apoiar investigação em produtos farmacêuticos, cosméticos e alimentares derivados do mar, onde o Canadá já investe mais de 300 milhões de dólares anuais. O oceano português é uma fonte de biodiversidade única que pode gerar novos setores económicos.

16. Desenvolver zonas industriais costeiras especializadas em logística marítima.

Criar *hubs* logísticos integrados junto aos grandes portos, melhorando a competitividade de Sines, Leixões, Praia da Vitória e Setúbal. Os Países Baixos e a Bélgica multiplicaram o seu PIB marítimo ao apostar neste modelo de especialização costeira.

17. Criar um Programa Nacional de Robótica Submarina. Investir no desenvolvimento e operação de veículos subaquáticos autónomos para investigação e segurança. A exploração científica e a vigilância de infraestruturas submarinas serão cada vez mais vitais no futuro.

18. Introduzir novas carreiras técnicas no setor público ligadas à economia do mar. Criar perfis de "analista oceânico", "gestor de ZEE", "engenheiro de robótica marinha" na Administração Pública. A qualificação técnica é essencial para uma gestão moderna e eficiente da soberania marítima.

19. Implementar zonas de testes para robótica marinha nos Açores e na Madeira.

Aproveitar a diversidade oceanográfica dos arquipélagos para criar áreas de ensaio para veículos subaquáticos e *drones*. O posicionamento atlântico é ideal para testes de resistência, comunicações e navegação.

20. Fomentar o turismo sustentável associado ao mar profundo.

Desenvolver propostas de expedições científicas, observação de cetáceos e turismo de mergulho em áreas protegidas. A Islândia aumentou em 10% o seu PIB turístico graças ao aproveitamento sustentável do seu mar.

21. Criar incentivos fiscais para empresas da economia azul. Isentar ou reduzir taxas a empresas inovadoras que invistam no desenvolvimento do oceano português. Esta política foi aplicada com sucesso no Reino Unido, resultando no crescimento de *hubs* como o "*Marine Tech Cluster*" de Plymouth.

22. Integrar a economia do mar nas estratégias regionais de desenvolvimento. Garantir que todas as regiões costeiras integram projetos de aproveitamento do mar nos seus planos económicos. Isto favorece a coesão territorial e a criação de emprego local ligado ao setor azul.

23. Criar o Observatório Nacional da Plataforma Continental. Uma estrutura independente de monitorização científica e jurídica da expansão da nossa soberania marítima. A Noruega criou um observatório similar para monitorizar o Ártico e reforçar o seu domínio sobre os recursos marinhos.

24. Instalar câmaras de vigilância aérea nos Açores e na Madeira. Cobrir áreas estratégicas atlânticas com sensores aéreos de alta resolução para segurança, tráfico e proteção ambiental. O reforço de vigilância aérea é essencial para a proteção da ZEE ultraperiférica.

25. Promover acordos de cooperação científica no Atlântico Sul. Reforçar alianças com Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Brasil para projetos de investigação e segurança marítima conjunta. A diplomacia azul aumenta a influência portuguesa no contexto atlântico lusófono.

26. Estimular a utilização de *blockchain* para rastreamento de cadeias logísticas marítimas. Aplicar *blockchain* na gestão de cargas e segurança portuária, como já fazem Singapura e Roterdão. Isto aumenta a segurança, a eficiência e a transparência nas operações portuárias.

27. Estabelecer normas de proteção ambiental para futuras explorações no mar profundo. Criar legislação preventiva para salvaguardar ecossistemas frágeis ainda antes do início de qualquer exploração económica. Portugal pode e deve liderar internacionalmente como país responsável na nova fronteira oceânica.

28. Investir na modernização da frota de investigação oceanográfica. Adquirir novos navios oceanográficos e equipamentos de ponta para investigação e monitorização. A França triplicou a sua capacidade de investigação oceânica e colheu enormes benefícios científicos e diplomáticos.

29. Implementar um programa de literacia oceânica nacional. Introduzir nos currículos escolares conteúdos sobre economia do mar, soberania oceânica e inovação azul. Formar desde cedo uma geração que perceba o valor estratégico e económico do mar português é fundamental para o futuro.

30. Reforçar a capacidade tecnológica de rastreio e intervenção da NAV Portugal para padrões de excelência internacional. Lançar um programa de modernização tecnológica da NAV Portugal, focado na aquisição de sistemas de radar de última geração, integração de sensores de vigilância via satélite (como o sistema europeu Galileo), e a implementação de soluções baseadas em Inteligência Artificial para previsão e gestão de tráfego aéreo. Esta modernização deverá incluir a instalação de novos radares secundários Mode S, capazes de transmitir dados mais precisos em tempo real, bem como a adoção do conceito de "*Remote Tower Operations*" para permitir o controlo

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

aéreo de vários aeródromos a partir de centros remotos, como já é feito na Suécia e na Noruega.

Segundo a *Eurocontrol Performance Review Report 2023*, países que investiram sistematicamente em automação inteligente e integração de redes satélites, conseguiram reduzir em 25% o número de incidentes aéreos reportados e aumentar em 30% a eficiência de gestão do espaço aéreo. Para Portugal, reforçar a capacidade tecnológica da NAV significa assegurar a soberania sobre uma das maiores regiões de informação de voo (FIR) da Europa — a de Santa Maria — e preparar o país para capturar maior valor económico no crescimento do tráfego transatlântico, cuja previsão de aumento é de 4,2% ao ano até 2035 (*IATA Global Forecast 2023*).

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

AGRICULTURA

LEGISLATIVAS 2025

Diagnóstico atual da agricultura portuguesa (2024)

- **Desempenho económico positivo**, mas dependente de subsídios. Em 2024, o rendimento do setor agrícola aumentou 15,9%, impulsionado principalmente por subsídios diretos ao rendimento dos produtores.
- **Dependência de importações e baixa autossuficiência alimentar.** Portugal é autossuficiente apenas durante três meses do ano, dependendo do exterior nos restantes nove meses.
- **Escassez crónica de mão de obra.** Cerca de 41% da força de trabalho agrícola é composta por estrangeiros, refletindo uma falta crónica de trabalhadores nacionais.
- **Setor altamente envelhecido.** As políticas implementadas não têm demonstrado capacidade de criação de oportunidades para os mais jovens prosperarem no setor agrícola.
- **Necessidade de investimento em regadio e gestão da água.** Estima-se que sejam necessários mais de 2 mil milhões de euros até 2030 para modernizar o regadio e garantir a resiliência hídrica e alimentar do país.
- **Crescimento nas exportações agroalimentares.** As exportações da indústria alimentar e das bebidas atingiram um recorde de 8.190 milhões de euros em 2024, com destaque para os mercados da União Europeia.

PROPOSTAS

Propostas estratégicas para a agricultura portuguesa:

1. Valorizar as produções tradicionais e introduzir novas culturas:

- Incentivar a produção de culturas tradicionais como a vinha, o olival e os cereais;
- Promover a diversificação com culturas emergentes adaptadas às condições climáticas, como o girassol;
- Apoiar a agricultura biológica e integrada, reduzindo o uso de químicos;
- Desenvolver programas de investigação para melhorar a produtividade e resistência das culturas;
- Promover a investigação em variedades de culturas mais resistentes;
- Criar incentivos para a produção de produtos de valor acrescentado a partir de matérias-primas agrícolas nacionais.
-

2. Aumentar a sustentabilidade ambiental e conservação dos recursos naturais:

- Proteger as áreas da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN), preservando a capacidade de uso do solo e do subsolo, mediante a adoção de medidas que previnam a sua contaminação e degradação e que promovam a sua recuperação, bem como que combatam e, se possível, invertam os processos de desertificação, promovendo a qualidade de vida e o desenvolvimento rural;
- Implementar práticas agrícolas que promovam a biodiversidade e a saúde do solo, invertendo processos de erosão e degradação que condicionam a fertilidade do solo e aumentam os custos com a reposição dos nutrientes perdidos;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Criar programas de formação sobre práticas agrícolas sustentáveis, capacitando a mão de obra sobre as melhores práticas agrícolas e promovendo uma agricultura resiliente;
- Fomentar a utilização de energias renováveis nas explorações agrícolas, promovendo medidas de transição energética, com vista à mitigação e adaptação às alterações climáticas e a redução dos custos com energia.
-

3. Gestão eficiente da água agrícola:

- Desenvolver e implementar sistemas de gestão da água eficientes, baseados em tecnologia, como sensores e telegestão, incluindo tecnologias de rega de precisão;
- Investir na modernização das infraestruturas de regadio e distribuição de água, promovendo a reabilitação de infraestruturas;
- Concretizar novas obras de captação e armazenamento de água agrícola, através da adoção de soluções que considerem as necessidades específicas de cada região, possibilitando a reserva de água nos meses em que é mais abundante, garantindo o seu fornecimento e utilização nos períodos de maior stress hídrico;
- Apoiar os pequenos agricultores, através da criação do “Programa de Apoio à Insegurança Hídrica na Agricultura”, que cofinancie os investimentos com a instalação, nos seus terrenos, de sistemas de extração de água, de pequenos reservatórios de águas pluviais ou superficiais e de sistemas de rega gota-a-gota;
- No âmbito do “Programa de Apoio à Insegurança Hídrica na Agricultura”, apoiar projetos de dessalinização e reutilização de águas residuais para uso agrícola;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Investir na modernização das redes de distribuição de água, com vista a otimizar o uso e reduzir as perdas ao longo do sistema;
- Melhorar as reservas superficiais existentes das albufeiras e barragens;
- Investir na construção de novas barragens, por forma a aumentar as reservas de água disponíveis para irrigação;
- Implementar políticas de captação e armazenamento de águas pluviais e superficiais, criando “programas de ordenamento da água agrícola”, que contemplem as especificidades concretas de cada território;
- Estabelecer tarifas de água que incentivem o seu uso eficiente;
- Desenvolver campanhas de sensibilização sobre a importância da utilização racional da água.

4. Promover a resiliência face a pragas, doenças e desastres naturais:

- Criar um fundo de emergência para apoiar agricultores afetados por eventos climáticos extremos;
- Investir em sistemas de monitorização e alerta precoce para pragas e doenças;
- Desenvolver seguros agrícolas acessíveis e abrangentes;
- Estabelecer protocolos de resposta rápida a crises agrícolas.

5. Ordenamento e rejuvenescimento agrícola:

- Rejuvenescer o tecido produtivo, promovendo a plena implementação do ‘Banco de Terras’ e do ‘Fundo de Mobilização de Terras’, de modo a facilitar o início da atividade agrícola, silvopastoril e florestal, nomeadamente por jovens agricultores;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Estabelecer limites à aquisição de terras agrícolas por entidades estrangeiras;
- Implementar políticas que incentivem a manutenção da propriedade agrícola em mãos nacionais, designadamente, através da alteração da legislação que regula direitos de preferência;
- Implementar medidas de reordenamento da propriedade rústica que potenciem o emparcelamento, com o consequente aumento da área dos prédios e das explorações agrícolas, potenciando ganhos de escala;
- Desenvolver programas de apoio à sucessão geracional nas explorações agrícolas, promovendo o rejuvenescimento do setor agrícola;
- Promover a pequena agricultura e a agricultura familiar e cooperativa, garantindo a soberania e autossuficiência alimentar face ao exterior.

6. Modernização tecnológica e infraestruturas:

- Apoiar a digitalização das explorações agrícolas, incluindo o uso de plataformas como a *Wisecrop*;
- Promover a eletrificação das explorações agrícolas, designadamente através da utilização de fontes de energia renováveis;
- Investir na modernização das infraestruturas de regadio e distribuição de água;
- Desenvolver centros de inovação agrícola regionais;
- Facilitar o acesso a financiamento para a aquisição de equipamentos modernos.

7. Comercialização e acesso a novos mercados:

- Diversificar os mercados de exportação, reduzindo a dependência de países como os Estados Unidos;
- Estabelecer acordos comerciais com novos parceiros internacionais;
- Promover a certificação de produtos agrícolas portugueses;
- Apoiar a participação de produtores em feiras e eventos internacionais;
- Desenvolver plataformas digitais para a comercialização de produtos agrícolas.

8. Diversificar o aproveitamento de Fundos Europeus e melhores práticas internacionais:

- Maximizar a utilização dos fundos disponíveis através do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC).

9. Trabalho agrícola e atração de mão de obra:

- Criar um estatuto profissional atrativo para trabalhadores agrícolas, com direitos sociais, formação contínua e incentivos fiscais;
- Estabelecer programas de imigração rural estruturada, garantindo condições dignas de trabalho e habitação para migrantes que escolham a agricultura portuguesa.

10. Identidade cultural e valorização da agricultura:

- Lançar campanhas nacionais de valorização da agricultura, promovendo o orgulho no setor primário como base da identidade e soberania nacional;
- Integrar conteúdos de educação agrícola e ambiental no currículo escolar, para formar novas gerações conscientes do papel vital da terra.

11. Criar valor acrescentado aos produtos agrícolas portugueses:

- Criação de marcas coletivas regionais (ex: “Sabores do Alentejo”) para produtos transformados — azeites aromatizados, compotas, vinhos naturais, etc.;
- Incentivos à transformação agroalimentar local, com pequenas fábricas/cooperativas em zonas rurais para fazer queijos, conservas, óleos essenciais, etc.;
- Certificação de produtos com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP) — valorização do *terroir* e do saber tradicional;
- Promoção de rotas turísticas e gastronómicas ligadas à agricultura: agroturismo, enoturismo, visitas a quintas e lagares;
- Criação de centros de design e inovação agrícola que ajudem agricultores e cooperativas a desenvolver embalagens ecológicas e atrativas, *storytelling*, *branding*.

12. Enfrentar o impacto da guerra comercial com os EUA:

- Diversificação de mercados para países como Canadá, Japão, Coreia do Sul, países árabes e africanos com laços históricos e culturais com Portugal;
- Apoio a certificações internacionais exigidas por mercados alternativos (*Halal*, *Kosher*, normas fitossanitárias asiáticas);
- Reforço da diplomacia económica agrícola, com missões comerciais apoiadas por câmaras de comércio e embaixadas;
- Promoção de plataformas online B2B e B2C para exportação direta — mercados digitais como Alibaba, Amazon, ou sites próprios dos produtores;
- Criação de um “Fundo de Compensação para Exportadores” que sofrerem quebras súbitas devido a sanções, tarifas ou restrições internacionais;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Negociação ativa através da UE para isenções setoriais (por exemplo, manter baixos os direitos sobre azeite, vinho ou conservas);
- Apoio à criação de armazéns e entrepostos logísticos em países terceiros, para escoamento indireto (ex: produtos portugueses que entrem via México ou Canadá para o mercado norte-americano);
- Incentivos à produção de versões *premium* ou *gourmet* que justifiquem preços mais altos mesmo com tarifas aplicadas;
- Acordos bilaterais fora do âmbito EUA que garantam estabilidade tarifária com países em crescimento;
- Desenvolver de cadeias logísticas mais curtas e eficientes, reduzindo os custos de transporte para compensar tarifas elevadas.

13. Aumento do rendimento dos agricultores portugueses:

- Revisão da cadeia de valor agroalimentar para assegurar preços justos à produção — combate à concentração e abuso de poder na distribuição;
- Criação de uma entidade autónoma e independente, com competências de intervenção de mercado, a “Entidade Reguladora do Setor Agro-Alimentar”, com o objetivo de equilibrar as margens de lucro entre produtores, transformação e comercialização. Perpetuar preços tão baixos pagos à produção mediante decisão unilateral da indústria e da comercialização, não pode continuar a ser a solução para um setor estratégico como é o da produção de bens alimentares em Portugal, urgindo adotar medidas que permitam criar uma relação justa e sustentável entre toda a fileira agro-alimentar;
- Plataformas cooperativas de venda direta ao consumidor, como “cabazes locais”, mercados digitais e “*delivery*” de alimentos frescos;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Apoios ao cooperativismo agrícola de nova geração, com gestão profissional, *marketing* e internacionalização;
- Benefícios fiscais para agricultores com práticas sustentáveis, como isenção parcial de IRC ou contribuições sociais;
- Criação de um sistema de "pagamento por serviços ambientais", compensando agricultores que preservem biodiversidade, carbono e água;
- Incentivo à multifuncionalidade nas explorações agrícolas — produção + turismo rural + educação ambiental = várias fontes de rendimento.
- Formação em literacia financeira, gestão e planeamento agrícola, ajudando os agricultores a tomar decisões mais rentáveis;
- Seguro de rendimento agrícola público-privado, que estabilize os rendimentos em anos de menor produção ou quebra de preços.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

FLORESTA

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Portugal é um dos países europeus com maior percentagem de área florestal no seu território. Segundo o Relatório do Inventário Florestal Nacional (IFN6, 2015), cerca de 36% da superfície nacional (aproximadamente 3,2 milhões de hectares) é ocupada por floresta. Esta percentagem coloca Portugal acima da média europeia (33%, Eurostat 2023).

No entanto, o potencial do país está longe de ser plenamente explorado, enfrentando desafios severos como a fragmentação da propriedade, a proliferação de espécies altamente inflamáveis, os incêndios florestais recorrentes e a gestão inadequada dos recursos.

Comparativamente, países como a Finlândia (73% de área florestal) ou a Suécia (68%), possuem maior percentagem, mas têm sistemas de gestão florestal mais eficientes, com impacto económico relevante no PIB e elevadas taxas de sustentabilidade (FAO Global Forest Resources Assessment 2020). Em contraste, Portugal perde anualmente milhares de hectares devido a incêndios e más práticas de gestão.

Entre 2017 e 2021, o país registou uma média anual de 100.000 hectares ardidos, com picos dramáticos como o de 2017, em que 500.000 hectares foram consumidos pelas chamas (ICNF Relatório de Incêndios Rurais 2022). Apesar dos esforços de reflorestação e de natural regeneração, a recuperação de área ardida é lenta: entre 2018 e 2022, apenas 18% das áreas ardidas foram objeto de programas estruturados de recuperação ecológica (Relatório Estado da Floresta 2023).

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A composição florestal portuguesa é dominada por três grandes espécies: o eucalipto (26% da área florestal), o sobreiro (23%) e o pinheiro-bravo (22%). O eucalipto, embora economicamente relevante para a indústria papelreira (responsável por 4% do PIB industrial em 2022, segundo a CELPA), é uma espécie exótica e extremamente vulnerável ao fogo. Em contraste, o sobreiro e o pinheiro-bravo, espécies autóctones, oferecem maior resiliência ecológica, mas têm sido secundarizados pela plantação intensiva de eucalipto.

Em termos de distribuição territorial, o eucalipto predomina na faixa atlântica do Centro e Norte; o sobreiro no Alentejo e Ribatejo; e o pinheiro-bravo no Centro interior e Oeste (IFN6).

Contudo, muitos destes povoamentos não respeitam o melhor tipo de solo nem as necessidades hídricas locais. Por exemplo, estudos da Universidade de Coimbra (2021) demonstraram que plantações de eucalipto em zonas de solos pobres e clima seco agravam a desertificação e reduzem a biodiversidade.

Relativamente à tendência da floresta portuguesa, dados do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) indicam uma ligeira diminuição da área florestal líquida entre 1995 e 2015 (-3%), embora se observe alguma estabilização nos últimos anos. A fragmentação fundiária e a ausência de um cadastro florestal completo dificultam o ordenamento e a gestão eficaz da floresta, exacerbando o risco de incêndios catastróficos.

O investimento do Estado na floresta tem sido insuficiente e inconstante.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Em 2022, o investimento público em política florestal foi de apenas 0,12% do PIB, um valor inferior ao de países como Espanha (0,20%) ou Itália (0,18%) (Eurostat 2023). Este subfinanciamento reflete-se na escassez de meios para vigilância, ordenamento, reflorestação e prevenção de incêndios.

Em muitos programas, como o "Programa de Transformação da Paisagem" (PTP), a execução orçamental ficou abaixo dos 40% (Relatório PTP, 2023).

No plano económico, a floresta representa cerca de 3% do PIB português, empregando diretamente 100.000 pessoas (APFC 2022).

Contudo, o aproveitamento é desproporcionado: a fileira do papel e da celulose absorve a maior parte do valor, enquanto áreas como a cortiça, a resina natural e o turismo de natureza são subaproveitadas. Em comparação, a Suécia gera 10% do seu PIB na fileira florestal de forma diversificada (papel, energia, construção, farmacêutica).

A utilização de tecnologia na gestão florestal em Portugal ainda é incipiente. Embora existam programas-piloto com *drones* e sensores de deteção precoce de incêndios, estes projetos cobrem menos de 5% do território florestal nacional.

A vigilância remota por satélite e a utilização de inteligência artificial para análise de risco, comuns em países como o Canadá e a Austrália, ainda não são sistemáticas em Portugal.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Os incêndios florestais continuam a ser o maior desafio: o país regista uma das maiores áreas ardidas da Europa por hectare, segundo o EFFIS (European Forest Fire Information System, 2022).

A baixa densidade de acessos, a escassez de pontos de água estrategicamente distribuídos e a ausência de faixas de contenção eficazes agravam a propagação dos fogos, torna-os difíceis de controlar. O modelo de intervenção ainda é reativo e não preventivo.

Assim, o diagnóstico da floresta portuguesa revela um elevado potencial subaproveitado, uma vulnerabilidade estrutural a incêndios, uma composição florestal desequilibrada e um investimento público insuficiente. A introdução massiva de novas tecnologias, estratégias de ordenamento territorial rigoroso e um planeamento baseado em dados e resiliência ecológica são urgentemente necessários.

PROPOSTAS

1. Criar o Sistema Nacional de Gestão Inteligente da Floresta (SNGIF).

Desenvolver uma plataforma nacional que integre dados de satélite, *drones*, sensores térmicos e IA para mapeamento em tempo real do risco florestal, inspirada no "*FireWatch*" australiano.

O sistema permitiria uma vigilância contínua, permitindo respostas mais rápidas e antecipadas, reduzindo em até 40% a área ardida anual, segundo dados da Firewatch Australia (2022).

2. Reforçar o cadastro florestal obrigatório até 2027. Completar a identificação de todos os terrenos florestais, cruzando registos de

propriedade com o SNGIF, seguindo o exemplo da Galiza, que concluiu o seu cadastro em 5 anos.

O cadastro permitirá melhor ordenamento e responsabilização dos proprietários, reduzindo a fragmentação fundiária que dificulta a prevenção e gestão de incêndios.

3. Estabelecer zonas estratégicas de contenção com gestão ativa. Criar corredores de baixa carga combustível (ex.: pastagens e folhosas) em zonas de maior risco de incêndio, prática aplicada com sucesso em Itália e na Catalunha. Estudos mostram que estas faixas reduzem em 60% a propagação de grandes incêndios, ao funcionarem como barreiras naturais eficazes.

4. Instalar 10.000 novos pontos de água florestal até 2030. Distribuir estrategicamente reservatórios e charcas de abastecimento para bombeiros e aeronaves, como tem vindo a ser feito no Canadá. A existência de pontos de água acessíveis em zonas críticas reduziu em 35% o tempo de resposta inicial a incêndios em territórios semelhantes.

5. Utilizar *drones* para vigilância florestal permanente. Operacionalizar uma frota nacional de *drones* com sensores óticos e térmicos, cobrindo 80% das áreas florestais críticas durante a época alta. O projeto "*DroneUp*" em Espanha mostrou que a vigilância aérea reduz em 25% a ocorrência de grandes incêndios devido à deteção precoce de ignições.

6. Criar Brigadas Florestais de Proximidade (BFP). Constituir equipas locais de vigilância e primeira intervenção, formadas por residentes em zonas rurais, como no programa "*Forest Corps*" da Suécia. A proximidade permite deteção imediata e contenção rápida, além de reforçar a ligação entre comunidades e a gestão florestal sustentável.

7. Estimular o aumento da plantação de espécies autóctones. Substituir 20% do eucaliptal existente por sobreiros e carvalhos até 2035, em consonância com as necessidades ecológicas locais. Estudos da Universidade de Lisboa demonstram que as florestas autóctones resistem 45% mais ao fogo e conservam melhor os solos e a biodiversidade.

8. Introduzir um sistema de certificação florestal obrigatória. Todas as explorações superiores a 5 hectares deverão obter certificação de gestão sustentável, à semelhança da exigência finlandesa. A certificação garante práticas de baixo risco de incêndio e melhor aproveitamento económico, aumentando o valor da madeira em mercados internacionais.

9. Investir 0,3% do PIB anual em gestão florestal até 2030. Triplicar o atual investimento do Estado para atingir os padrões médios europeus, assegurando meios eficazes de ordenamento e prevenção. Investimentos na ordem de 0,3% do PIB reduziram em 50% a área ardida anual em regiões espanholas de clima similar (Andaluzia, 2016-2022).

10. Aplicar tecnologias de Inteligência Artificial para previsão de risco de incêndios.

Utilizar modelos preditivos de *Machine Learning* treinados com dados climáticos, satélites e históricos de ignições, como o "*Firecast*" usado no Brasil. A previsão de risco com 72 horas de antecedência permitiu, no Brasil, aumentar em 80% a taxa de contenção precoce de focos.

11. Incentivar a gestão conjunta de propriedades florestais. Criar incentivos fiscais e técnicos para a constituição de Unidades de Gestão Florestal (UGF), inspiradas nos agrupamentos florestais franceses. A gestão

agrupada multiplica a eficácia das medidas de prevenção e facilita o acesso a fundos comunitários para investimento.

13. Criar o Programa "Reflorestar Portugal 2050". Plantar 300 milhões de árvores autóctones até 2050, priorizando zonas ardidas e áreas de elevado risco de desertificação. Modelos similares em Israel reverteram processos de desertificação e aumentaram a fixação de carbono em 25% no território reflorestado.

13. Estabelecer metas obrigatórias de criação de mosaicos agrícolas-florestais. Promover áreas de transição entre floresta e agricultura para reduzir a continuidade combustível, como no projeto europeu "MOSAICO". Tais mosaicos reduziram em 70% o avanço de grandes incêndios nas zonas piloto.

14. Integrar a floresta no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Tratar a floresta como infraestrutura crítica e não apenas como ativo ecológico, atribuindo-lhe estatuto legal de proteção reforçada. O Chile implementou esta estratégia em 2019 e reduziu a área ardida em 30% em três anos.

15. Expandir a Rede de Áreas Protegidas de Interesse Florestal. Criar 100 novas áreas protegidas de floresta autóctone até 2035, com proteção especial contra plantação de espécies exóticas. A Alemanha criou "refúgios de biodiversidade" florestais, aumentando a resiliência ecológica regional em 40%.

16. Incentivar fiscalmente a manutenção ativa de terrenos limpos. Conceder reduções de IMI a proprietários que cumpram planos de gestão e

limpeza definidos. Medida semelhante aplicada em Itália reduziu as áreas de ignição espontânea em 15% no primeiro ano.

17. Criar centros tecnológicos de investigação florestal e incêndios.

Investir em polos de investigação aplicada sobre biotecnologia florestal e combate a incêndios com IA, como o "*Fire Centre*" de Colômbia Britânica. A inovação tecnológica permitirá desenvolver novos métodos de prevenção, reflorestação e valorização económica dos recursos florestais.

18. Regular o mercado do carbono para a floresta portuguesa.

Criar um sistema nacional que remunere os proprietários pela fixação de carbono através da manutenção de floresta autóctone. A Costa Rica aumentou em 50% a área de floresta nativa após implementação do sistema de créditos de carbono.

19. Modernizar a frota de combate a incêndios com *drones* pesados e aeronaves anfíbias.

Incorporar tecnologias de última geração para resposta rápida e precisa, tal como a Espanha que integrou *drones* pesados para transporte de água. Estes recursos aumentam a eficácia de combate em zonas inacessíveis.

20. Criar programas de educação ambiental obrigatórios nas escolas.

Introduzir conteúdos programáticos de gestão florestal e prevenção de incêndios nos currículos escolares, seguindo o exemplo sueco.

A sensibilização precoce reduz a incidência de comportamentos de risco, como negligências ou fogos postos.

21. Implementar torres de vigilância automatizadas com IA.

Instalar torres equipadas com câmaras de alta resolução e deteção automática de fumaça e calor. O Japão utiliza estas torres em florestas críticas, reduzindo em 20% o tempo médio de deteção de incêndios.

22. Priorizar a plantação de árvores de crescimento rápido e baixo risco para zonas ardidas. Utilizar espécies adaptadas como o medronheiro, em detrimento do eucalipto em zonas de pós-incêndio. Experiências em Itália demonstraram que estas espécies reduzem o risco de recorrência de incêndios.

23. Criar um Fundo Nacional de Emergência para Recuperação Florestal. Disponibilizar verbas imediatas para ações de emergência pós-incêndio, evitando processos burocráticos lentos. O Canadá implementou esta prática, reduzindo os impactos ecológicos em áreas ardidas.

24. Reformular a legislação florestal para simplificar processos de gestão. Reduzir entraves administrativos para ações de limpeza, arborização e gestão ativa das propriedades. A Estónia simplificou a legislação em 2017, aumentando em 35% a gestão ativa do território florestal.

25. Introduzir a obrigatoriedade de seguros de responsabilidade civil para proprietários florestais. Impor a contratação de seguros que cubram danos causados a terceiros por incêndios provenientes de má gestão.

A Alemanha adotou esta medida em 2020, responsabilizando de forma mais eficaz a propriedade privada.

26. Incentivar a silvicultura multifuncional. Promover a produção conjunta de madeira, cortiça, biomassa, turismo e conservação, como na "Silvicultura Multifuncional" da Suíça. Isto aumenta em 40% o rendimento médio por hectare, tornando a floresta economicamente mais sustentável.

27. Aplicar tecnologias de *blockchain* na rastreabilidade da madeira.

Implementar sistemas que assegurem a origem sustentável dos produtos florestais, como foi feito na Finlândia. A transparência no mercado madeireiro aumenta a confiança dos consumidores e abre mercados externos.

28. Reforçar os meios humanos dos corpos de bombeiros e sapadores florestais. Aumentar o número de operacionais e assegurar formação contínua em técnicas de combate avançadas. A Catalunha reforçou o efetivo em 20% e reduziu em 35% o número de incêndios descontrolados.

29. Regular as plantações de eucalipto em regime de substituição e não expansão.

Proibir novas áreas de eucalipto fora das zonas atuais e incentivar a substituição por espécies autóctones. O "*Eucalyptus Control Act*" da África do Sul reverteu o avanço do eucalipto, restaurando zonas nativas.

30. Estabelecer um Observatório Florestal Permanente. Criar um organismo independente para monitorizar em tempo real a evolução da floresta e os impactos das políticas públicas. O Observatório Florestal Europeu demonstrou que a monitorização contínua aumenta em 30% a eficácia das medidas de gestão.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

PESCAS

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O setor das pescas em Portugal é de grande importância económica, social e cultural, especialmente para as comunidades costeiras e insulares. Em 2023, a frota portuguesa capturou 171.235 toneladas de pescado, representando um aumento de 3,3% em relação ao ano anterior.

No entanto, este crescimento não esconde os desafios estruturais que o setor enfrenta.

A frota pesqueira portuguesa é composta por cerca de 8.000 embarcações, das quais mais de 90% pertencem ao setor da pequena pesca.

Esta predominância de embarcações de pequena escala reflete-se na diversidade de artes de pesca utilizadas e na variedade de espécies capturadas, mas também implica desafios específicos, como a dificuldade de modernização e a vulnerabilidade económica.

O número de pescadores registados tem vindo a diminuir ao longo das últimas décadas. Em 2023, estavam registados 14.125 pescadores, menos 34 do que em 2022 (-0,2%). Este decréscimo é consistente com a tendência observada desde 2003, quando estavam matriculados 20.457 pescadores.

Esta redução é atribuída ao envelhecimento da população ativa e à falta de renovação geracional, tornando a atividade pouco atrativa para as gerações mais novas.

A sustentabilidade dos recursos pesqueiros é uma preocupação crescente.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Por exemplo, a abundância de ovos de sardinha em 2023 diminuiu substancialmente, com uma redução global de 60% em comparação com 2022. Esta situação evidencia a necessidade de gestão eficaz das pescarias para evitar a sobre-exploração dos *stocks*.

A infraestrutura portuária apresenta deficiências significativas, com falta de equipamentos adequados, como gruas e sistemas de frio, o que compromete a qualidade do pescado e a eficiência das operações.

Além disso, os circuitos de comercialização são muitas vezes ineficientes, resultando em baixos preços na primeira venda em lota e dificultando o acesso a mercados de maior valor acrescentado.

A fiscalização no mar é limitada, dificultando o controlo do esforço de pesca e a prevenção de atividades ilegais. A utilização de tecnologias avançadas, como *drones* e satélites, ainda é incipiente, representando uma oportunidade para melhorar a monitorização e a gestão das pescarias.

A colaboração entre o setor das pescas e as instituições académicas é essencial para fundamentar o esforço de pesca, justificar zonas de proteção e reservas marinhas, e sugerir alterações que modernizem o setor.

Projetos como o CLIMFISH estudam a vulnerabilidade do setor às alterações climáticas, mas é necessário aprofundar estas parcerias.

Assim conclui-se que o setor das pescas em Portugal enfrenta desafios significativos relacionados com a sustentabilidade dos recursos, a modernização da frota e das infraestruturas, a eficiência dos circuitos de comercialização, a fiscalização e a formação profissional.

A implementação de políticas públicas eficazes e a adoção de tecnologias inovadoras são fundamentais para garantir a viabilidade e a competitividade do setor a longo prazo.

PROPOSTAS

Propostas para Modernizar o Setor das Pescas em Portugal:

- 1. Modernizar a frota pesqueira:** Implementar programas de apoio à renovação da frota, incentivando a substituição de embarcações obsoletas por outras mais eficientes e ambientalmente sustentáveis, com sistemas de propulsão modernos e equipamentos de segurança avançados.
- 2. Melhorar a infraestrutura portuária:** Investir na modernização dos portos de pesca, dotando-os de equipamentos essenciais como gruas, sistemas de frio e áreas de manutenção, para aumentar a eficiência das operações e preservar a qualidade do pescado.
- 3. Aprimorar os circuitos de comercialização:** Desenvolver plataformas digitais que conectem diretamente os pescadores aos consumidores e mercados, reduzindo intermediários e aumentando a rentabilidade para os produtores.
- 4. Controlar o esforço de pesca:** Estabelecer limites de captura baseados em dados científicos atualizados, promovendo a pesca sustentável e evitando a sobre-exploração dos recursos marinhos.

5. Aumentar a fiscalização marítima: Reforçar os meios humanos e tecnológicos dedicados à fiscalização das atividades pesqueiras, utilizando embarcações de patrulha, *drones* e sistemas de monitorização por satélite.

6. Promover a formação profissional: Criar programas de formação contínua para pescadores, abordando temas como técnicas de pesca sustentável, segurança no mar e gestão empresarial.

7. Incentivar a pesquisa científica: Estabelecer parcerias entre o setor das pescas e instituições académicas para desenvolver estudos sobre os ecossistemas marinhos, as espécies alvo e os impactos das atividades pesqueiras.

8. Implementar tecnologias de monitorização: Adotar sistemas de rastreamento em tempo real das embarcações, permitindo uma gestão mais eficaz das pescarias e a prevenção de atividades ilegais.

9. Criar zonas de proteção marinha: Estabelecer áreas marinhas protegidas com base em evidências científicas, visando a conservação dos *habitats* e a recuperação dos *stocks* pesqueiros.

10. Desenvolver a aquicultura sustentável: Apoiar projetos de aquicultura que utilizem práticas ambientalmente responsáveis, diversificando a produção e reduzindo a pressão sobre os recursos selvagens.

11. Valorizar produtos de valor acrescentado: Incentivar a transformação do pescado em produtos de maior valor, como conservas *gourmet* e pratos prontos, aumentando a competitividade no mercado.

12. Explorar novos mercados externos: Promover o pescado português em mercados internacionais, destacando a qualidade e a sustentabilidade dos produtos nacionais.

13. Avaliar as artes de pesca utilizadas: Realizar estudos sobre a eficácia e o impacto ambiental das diferentes artes de pesca, promovendo a adoção das mais sustentáveis.

14. Recuperar habitats pesqueiros degradados: Implementar projetos de restauração de ecossistemas marinhos, como recifes artificiais e reflorestação de áreas costeiras.

15. Restringir a pesca por embarcações estrangeiras: Reforçar o controlo sobre as atividades de pesca de embarcações de outros países na zona económica exclusiva portuguesa, garantindo o cumprimento das regulamentações.

16. Negociar novas zonas de pesca: Participar ativamente em negociações internacionais para expandir as áreas de pesca acessíveis à frota portuguesa.

17. Estimular o consumo de peixe em Portugal: Lançar campanhas de sensibilização sobre os benefícios do consumo de peixe, promovendo hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis.

18. Apoiar os pescadores durante períodos de defeso e inatividade forçada: Criar um fundo de compensação específico para os pescadores que não podem exercer atividade devido a defesos biológicos ou más condições meteorológicas prolongadas. Este apoio deve ser calculado com base no rendimento médio do pescador nos últimos anos e ser acessível de forma simples e célere.

19. Reforçar os seguros para embarcações e tripulações: Implementar um programa nacional de seguros com subsídios públicos para embarcações e pescadores, cobrindo acidentes, perdas e avarias, incentivando também a adesão a seguros de saúde e previdência social.

20. Usar *drones* para fiscalizar a costa: Estabelecer um programa-piloto de vigilância costeira com *drones*, em articulação com a Marinha e a GNR, para detetar pesca ilegal, proteger reservas marinhas e garantir cumprimento das quotas.

21. Integrar inteligência artificial na gestão das pescas: Investir em sistemas de IA que possam analisar dados de captura, condições meteorológicas e padrões migratórios para prever *stocks* e apoiar decisões de gestão e planeamento de marés.

22. Criar centros logísticos de frio nas comunidades piscatórias: Financiar a instalação de pequenos centros de frio em portos de pesca locais, facilitando o armazenamento do pescado e preservando a sua qualidade antes da comercialização.

23. Desenvolver formação técnica para jovens pescadores: Reforçar os cursos profissionais de formação marítima e incentivar os jovens com bolsas de estudo, estágios remunerados e integração rápida no setor após a conclusão da formação.

24. Apoiar a certificação de pescado sustentável: Promover e financiar a certificação de pescarias com selos como o MSC (Marine Stewardship Council), permitindo acesso a mercados exigentes e valorizando o pescado português.

25. Apoiar cooperativas de pescadores: Criar incentivos para a criação e modernização de cooperativas de pescadores que ajudem a negociar melhores preços, partilhar equipamentos e representar o setor junto das entidades públicas.

26. Digitalizar o setor da pesca: Desenvolver plataformas digitais de registo de capturas, vendas, estado do mar e licenças, para aumentar a transparência, simplificar burocracias e melhorar a rastreabilidade do pescado.

27. Promover redes de comercialização curta: Incentivar circuitos de venda direta do pescador ao consumidor, como mercados locais, feiras e cabazes de peixe fresco, aumentando a margem dos pescadores e aproximando-os dos consumidores.

28. Criar incubadoras para negócios ligados à pesca: Apoiar projetos inovadores que agreguem valor ao setor, como transformação de pescado, desenvolvimento de *apps* para navegação e comercialização, ou produtos de biotecnologia marinha.

29. Estabelecer um Observatório Nacional das Pescas: Criar um organismo independente com acesso a dados em tempo real sobre capturas, estado dos *stocks*, fiscalização e condições do setor, garantindo transparência e apoio à decisão política.

30. Avaliar o impacto das alterações climáticas no setor: Financiamento de estudos periódicos sobre como o aquecimento dos oceanos e a acidificação estão a afetar os *stocks* e os ecossistemas marinhos, adaptando as políticas de pesca com base nesses dados.

31. Apoiar transição energética da frota: Promover a conversão de embarcações para motores híbridos ou elétricos em segmentos costeiros, reduzindo a pegada de carbono e o custo com combustíveis.

32. Reduzir o desperdício de pescado: Lançar campanhas e criar incentivos para o aproveitamento total das capturas, incluindo subprodutos como cabeças, espinhas ou peixes de baixo valor comercial.

33. Fomentar a economia circular nas comunidades piscatórias: Incentivar projetos que reutilizem resíduos da pesca, como redes, para criar produtos como calçado, mobiliário ou arte, envolvendo comunidades locais e artistas.

34. Reforçar a presença de Portugal em fóruns internacionais de pesca: Participar ativamente na definição de políticas europeias e globais sobre pesca sustentável, quotas e proteção de ecossistemas, defendendo os interesses nacionais.

35. Apoiar a inovação nos equipamentos de pesca: Financiar projetos que testem novas artes ou tecnologias que reduzam capturas acessórias, evitem danos no fundo marinho e aumentem a eficiência da pesca.

36. Criar programas de literacia do oceano nas escolas: Incluir conteúdos sobre a importância da pesca sustentável e da biodiversidade marinha no currículo escolar, promovendo o respeito pelo mar desde cedo.

37. Melhorar o sistema de previsão do estado do mar: Investir em modelos de previsão mais fiáveis e acessíveis aos pescadores em tempo real, reduzindo os riscos e otimizando as saídas para o mar.

38. Modernizar as lotas e torná-las mais atrativas: Reabilitar as lotas com equipamentos digitais, espaços higiénicos e zonas de exposição para turismo ou eventos, tornando-as polos de valorização do pescado.

39. Criar corredores ecológicos entre zonas marinhas protegidas: Estabelecer rotas seguras entre reservas e zonas de defeso, que permitam a regeneração de *habitats* e o aumento da biodiversidade marinha.

40. Criar programas de pesca de resíduos marinhos com embarcações de pesca: Implementar projetos nacionais que incentivem os pescadores a recolher lixo marinho (como redes fantasma, plásticos e resíduos diversos) durante as suas jornadas de pesca e especialmente nos períodos de defeso. Este esforço deve ser compensado financeiramente e reconhecido como uma atividade ambientalmente relevante. A integração dos portos de pesca em sistemas de recolha e separação de resíduos é essencial, e deve haver incentivos à instalação de contentores específicos e serviços logísticos. Iniciativas como o projeto *KIMO Fishing for Litter* no Reino Unido e na Escandinávia têm demonstrado excelentes resultados com milhares de toneladas de lixo retiradas do mar por pescadores.

41. Certificação ambiental para embarcações envolvidas na limpeza dos oceanos: Criar um selo ou certificação nacional de “pesca limpa” ou “pesca

amiga do oceano” para embarcações que se envolvam regularmente em ações de recolha de resíduos marinhos.

Este selo poderá funcionar como uma mais-valia comercial para o pescado dessas embarcações, associado a campanhas de *marketing* e sensibilização do consumidor. Poderá ainda servir de critério de prioridade para acesso a apoios públicos e programas de modernização da frota, reforçando o papel do setor como guardião dos oceanos.

42. Desenvolver programas de pesca-turismo e turismo marítimo

sustentável: Criar um quadro legal e de incentivos para que pescadores possam, de forma legal e segura, levar turistas a bordo das suas embarcações para experiências de pesca tradicional ou observação da atividade pesqueira. Esta atividade deve ser regulada para garantir a segurança, a preservação ambiental e a autenticidade da experiência, podendo representar uma nova fonte de rendimento para as comunidades piscatórias, especialmente nos meses de menor atividade.

Em países como Itália ou França, estas práticas já são reconhecidas como formas eficazes de valorizar o património imaterial da pesca e promover o contacto direto com a cultura marítima local.

43. Utilizar tecnologia de satélite e *drones* para localização eficiente de

cardumes: Implementar um sistema nacional que disponibilize aos pescadores dados em tempo real sobre a presença e movimentação de cardumes, através de imagens de satélite, sensores oceânicos e *drones* marítimos. Esta tecnologia pode identificar padrões de agregação de peixe com base em fatores como temperatura da água, salinidade, clorofila e correntes marinhas, permitindo planejar as saídas de pesca com maior precisão. Ao evitar deslocações longas e infrutíferas, esta solução reduz significativamente o consumo de combustível, os custos operacionais e a pegada carbónica da atividade. Países como o Japão e os EUA já usam este tipo

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

de sistemas com sucesso, aumentando a rentabilidade da pesca artesanal e industrial ao mesmo tempo que protegem o ambiente.

AMBIENTE

LEGISLATIVAS 2025

O PPM foi o primeiro partido ecologista português e continua a ser o mais consistente e preparado nesta matéria. Fundado, entre outros, por Gonçalo Ribeiro Telles, pioneiro da defesa do ambiente em Portugal, o PPM traz consigo a herança visionária de um arquiteto paisagista que, ainda durante o Estado Novo, já se manifestava pela necessidade de políticas de ordenamento do território.

Gonçalo Pereira Ribeiro Telles inspirou diversas gerações de ambientalistas, ao propor um equilíbrio harmonioso entre a natureza e o desenvolvimento das atividades humanas, abrindo caminho para um modelo de gestão do território mais sustentável.

Durante a sua vida e passagem por cargos políticos, Gonçalo Ribeiro Telles, e o PPM através da sua ação como seu representante político no Governo, foi responsável pelo lançamento das bases de uma política de ambiente e de ordenamento do território em Portugal, promovendo diversas iniciativas e legislação estruturantes.

Entre os seus contributos, destacam-se a conceção da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN), instrumentos fundamentais para a preservação dos recursos naturais e da capacidade produtiva do solo, bem como a criação de hortas urbanas em Lisboa – que, além de evitarem a impermeabilização dos solos, proporcionavam inclusão social e convívio à população local.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Sob a sua orientação, nasceram também vários serviços públicos na área do ambiente e do sistema nacional de áreas protegidas, antecipando questões e desafios que ainda hoje marcam o debate público. Foi ainda determinante na aprovação de diplomas legais que viriam a moldar a política de ambiente e de paisagem em Portugal.

O PPM prossegue a sua ação como partido ecologista na sua essência, profundamente empenhado em encontrar um ponto de equilíbrio entre a utilização sustentável dos recursos naturais, a qualidade de vida das populações e a salvaguarda do nosso património ecológico. Acreditamos que as soluções para os problemas do presente exigem um compromisso sólido com a ciência, a inovação e a responsabilidade ética — valores que norteiam o nosso programa.

O Pacto Ecológico Europeu, adotado pela Comissão Europeia em dezembro de 2019, estabelece um roteiro com metas ambiciosas para que a União Europeia (UE) seja o primeiro continente a atingir a neutralidade carbónica até 2050. Este pacto abrange todos os setores — energia, transportes, agricultura, indústria, construção, resíduos e fiscalidade — para garantir que a transição para uma economia verde seja abrangente e transversal.

Conscientes dos desafios e comprometidos com uma visão de país que conjuga prosperidade económica, justiça social e responsabilidade ambiental, o PPM apresenta este Programa Eleitoral, que se articula com as metas do Pacto Ecológico Europeu, sempre considerando as nossas especificidades nacionais. Propomos, assim, um rumo para Portugal que assuma a dianteira

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

na transição ecológica, aproveitando as oportunidades de financiamento, inovação e criação de empregos “verdes”, preservando simultaneamente os recursos naturais e a qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

Portugal enfrenta, atualmente, um grande conjunto de ameaças ambientais, como a urbanização desordenada, que exerce pressão sobre as áreas agrícolas e ecológicas; as alterações climáticas, que resultam no aumento de eventos extremos, como secas e incêndios; a perda de biodiversidade; a erosão costeira; a degradação de habitats naturais; a poluição hídrica e atmosférica, com impacto na saúde pública e nos ecossistemas; e a pressão sobre recursos marinhos: sobrepesca e poluição dos oceanos.

Atingimos meta de 60% de eletricidade renovável, mas o setor dos transportes e construção continuam altamente emissores. Desperdiçamos 40% da água captada e temos défices graves no saneamento e eficiência hídrica agrícola. O uso de solo florestal e rural não é suficientemente ordenado nem resiliente.

Paisagem é Identidade.

Proteger os valores autóctones é proteger as populações.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Os direitos ambientais são o direito a um ambiente saudável, equilibrado e limpo, e o dever de o defender. O direito ambiental é o ramo jurídico que regula as relações entre as pessoas, as empresas e o meio ambiente.

Princípios do direito ambiental

- 1. Princípio da precaução,**
- 2. Princípio do poluidor-pagador,**
- 3. Princípio do desenvolvimento sustentável,**
- 4. Princípio da prevenção,**
- 5. Princípio da participação pública**

Portugal está bem nutrido em regras, diplomas e leis que em princípio garantiriam os direitos ambientais. Mas, as avaliações, com base em teorias económicas que além de não contemplarem o valor inalienável da Vida em si, não contabilizam os serviços de natureza.

E, consecutivamente, têm sido violadas essas regras em nome de um dito progresso, que muitas vezes, apesar de intitulado de interesse nacional, nem sequer aval popular tem.

A sobrevivência humana, a produção de alimentos, regulação do ciclo hidrológico, a melhoria da qualidade do ar e da água são os serviços de natureza que hoje já podem ser identificados e quantificados antes de atentar contra um sistema natural.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Os alertas estão na ordem do dia e os sinais, da crise social e económica resultante do uso irresponsável e do abuso dos bens que nos são fornecidos pela natureza, são visíveis diariamente.

A violência perpetrada contra a nossa terra oprimida e devastada verifica-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Sinais de que apesar de reconhecidos na lei de bases do clima, muitos, por inércia do movimento desenfreado do saque aos recursos lhes fecham os olhos...

O problema não é de hoje, nem foi identificado agora. Desde 1972 na Conferência de Estocolmo, que existe consenso mundial da existência deste problema criado pelos Homens.

Já em 1971, o Beato Papa Paulo VI, dirigindo-se à FAO afirmava a «necessidade urgente duma mudança radical no comportamento da humanidade», porque «os progressos científicos mais extraordinários, as invenções técnicas mais assombrosas, o desenvolvimento económico mais prodigioso, se não estiverem unidos a um progresso social e moral, voltam-se necessariamente contra o homem».

E, aqui chegado, depois de 50 anos de existência, o PPM vem resgatar o seu legado na gestão territorial, que salvaguardou e conservou partes valiosas dos nossos recursos e serviços de natureza que têm vindo a ser delapidados aos poucos e poucos aqui e ali, mas, graves e consideráveis

atropelos ao que, por exemplo, à Reserva Agrícola diz respeito nas bolsas de solos de excelente qualidade que foram invadidos pelos subúrbios crescentes das cidades.

A visão a longo prazo, agora aturdida com mais uma lança no gene da Lei, com a alteração da lei dos solos, permitiu e permitiria que a qualquer momento cada região, cada cidade pudesse ser autossustentável. Num momento em que Bruxelas alerta para que cada cidadão faça o seu *kit* de sobrevivência, as REN e RAN são os *kits* de sobrevivência das populações locais, e mais do que nunca, deviam ser protegidas e postas ao serviço das populações com ações públicas de participação cívica de manutenção e produção de alimento saudável biológico.

“Quando eu nasci, as frases que hão-de salvar a humanidade já estavam todas escritas, só faltava uma coisa - salvar a humanidade”. José de Almada Negreiros (1893-1970).

Os conceitos e estratégias delineados na criação do PPM, eram já um programa que contemplava a problemática, que, ignorada, nos trouxe ao calamitoso estado do território, ao mau ambiente que se vive tanto nas cidades, como no campo.

PROPOSTAS

Propomos o seguinte, para proteger o nosso meio ambiente:

1. Reforço das Reservas Naturais. Revisão e atualização dos critérios de delimitação da RAN e REN. Revogação imediata das alterações introduzidas pela lei dos solos. É urgente pôr fim ao ataque sucessivo aos instrumentos de proteção e gestão territorial que foram desenhados com base na sabedoria e dedicação de tantos homens e mulheres que se dedicaram exaustivamente e com real sentido de missão ao estudo, à pesquisa científica e social para que o futuro dos seus netos e netos destes, tivessem possibilidade de continuar a desenvolver sustentavelmente este pedaço de Terra à beira-mar plantado.

A política do “A lei não permite, muda-se a Lei” é espelho revelador da usurpação do Estado que ocupa esta Nação, e de quem o tem dominado para negociar os seus interesses.

A ideia dos Parque Naturais não se resumia à conservação pela conservação, mas também ao desenvolvimento equilibrado de zonas rurais empobrecidas. Veja-se a imagem aérea do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, e espante-se de como foi possível permitir aquela ocupação da costa, e o resultado social dessa ocupação – a escravatura!

Também as Reservas têm sido alvo da irresponsabilidade dos poderes autárquicos e governamentais. Será necessário fazer um balanço da função da APA enquanto entidade responsável pela implementação das políticas de ambiente em Portugal, que tinha como objetivo contribuir para um elevado

nível de proteção e valorização do ambiente através da prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

Este organismo, que veio partilhar poder com o ICNF, mas que no fundo tem servido para fazer passar inúmeros projetos que à partida são chumbados por não cumprirem ou mesmo violarem princípios e regras estabelecidas, e são depois dourados com argumentos e condicionantes (por vezes centenas) e avançam contra tudo e contra todos no território, deixando populações e opinião pública frustrada e injustiçada.

2. Combate à urbanização desordenada. Promoção de planos diretores municipais sustentáveis e criação de incentivos à reabilitação urbana e à densificação controlada. Qualidade ambiental das zonas urbanas.

Construção de parques urbanos. Requalificação verde de zonas urbanas densas com 20 m² de espaço verde por habitante. Fim dos herbicidas. E da destruição da flora em época de polinização. Antes de existirem herbicidas e roçadoras, os jardins das cidades eram cuidados e o ambiente que neles se fruía era saudável e aprazível.

Hoje ou são tóxicos ou ruidosos. Saberemos fazer melhor?

3. Adaptação às alterações climáticas. Desenvolvimento de infraestruturas verdes para mitigação de riscos. Apoio à agricultura resiliente e à gestão sustentável da água.

4. Proteção da biodiversidade. Criação de corredores ecológicos para espécies ameaçadas e implementação de programas de conservação e recuperação de *habitats* naturais.

5. Gestão sustentável dos recursos marinhos. Aumento das áreas marinhas protegidas, regulamentação da pesca e combate à poluição marinha.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A proteção dos oceanos está na ordem do dia e o PPM congratula-se com a recente adoção formal da moratória à mineração em mar profundo.

Da criação de mais uma área protegida marinha e que mais venham a ser criadas para cumprir a meta dos 30%. Portugal tem a maior biodiversidade marinha da Europa.

6. Apoio a empresas que adotem práticas sustentáveis. Promoção de empregos verdes e formação profissional na área ambiental.

7. Transição energética. Investimento em energias renováveis e promoção da eficiência energética em edifícios e transportes. Criação de comunidades de energia. Combate à pobreza energética. Reindustrialização Verde.

É necessária a atenção com a economia verde, centrais fotovoltaicas, biomassa, a escala e os impactos nas populações. A transição energética não deve ser feita comprometendo a biodiversidade. Conforme proclamado nos nossos princípios fundadores que preconizam uma política de fomento da energia local e da energia obtida nos próprios sistemas de produção, considerando que as pessoas existem em comunidades naturais que a elas pertencem, e que o reforço do poder local resultará invariavelmente no reforço da eficácia, oportunidade e eficiência do Estado.

Vamos apoiar a criação de comunidades de energia pois estas fomentam a democracia energética e uma economia e sociedade assentes na cooperação em vez da competição, e respeitando os limites dos recursos naturais.

Vamos reforçar a meta de 95% de eletricidade renovável até 2030 (solar, eólica *onshore* e *offshore*, hídrica e novas tecnologias) e aprovar uma

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Estratégia Nacional para o Armazenamento de Energia, incluindo sistemas de bombagem, baterias, hidrogénio verde e outros vetores limpos.

No âmbito do combate à Pobreza Energética, vamos reformular a Tarifa Social de Energia de forma mais equitativa e intensificar apoios à eficiência em edifícios habitacionais para famílias vulneráveis, incrementar os subsídios à aquisição de botijas de gás engarrafado e fomentar microprodução local como forma de reduzir custos energéticos.

Portugal necessita de promover uma Reindustrialização. É necessário incrementar a utilização de combustíveis sustentáveis para a aviação (SAF) e biometano, estabelecendo metas distintas: por um lado assegurar que, até 2030, pelo menos 6 % do combustível de aviação fornecido nos aeroportos nacionais seja SAF, em linha com o Regulamento (UE) 2023/2405) e, por outro, substituir até 10 % do consumo nacional de gás natural por biometano no mesmo horizonte, conforme o Plano de Ação para o Biometano 2024-2040.

8. Agricultura sustentável. Fomento da agricultura biológica e agroecológica. Duplicação da área de agricultura biológica certificada. Apoio à inovação e à investigação em práticas agrícolas sustentáveis. Criação de Bio-regiões.

As questões do ambiente não se dissociam de nenhum dos outros temas, pois toda a atividade humana reflete-se ou está refletida no ambiente, assim também a agricultura nos salvará ou destruirá se tomarmos as opções de regeneração ou de intensificação desta atividade a todo o custo. Este custo é o que pagamos na saúde dos solos, da água, do ar e até do fogo, e claro está da nossa saúde.

Existem, felizmente, vários exemplos que demonstram a eficiência dos modelos regenerativos e sintrópicos na produção alimentar ou gestão florestal, e existem ainda mais que demonstram o caminho da necrose a que levam os modelos intensivos de exploração com vista ao lucro fácil desterrado das produções paraquedistas da moda comercial.

É urgente inverter estas quantidades e promover o crescendo dos primeiros e a erradicação dos segundos.

A criação das Bio-Regiões é o caminho para a sustentabilidade do território. A promoção ativa de sistemas alimentares territoriais baseados na agricultura familiar e em modos de produção sustentáveis que promovam a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais e as dietas saudáveis.

Desta forma além de se garantir a autossuficiência alimentar, garante-se também a fixação das populações, a conservação dos valores culturais e ambientais que são eles também, fatores de valor acrescentado para a atividades turísticas e económicas de cada região.

9. Mobilidade sustentável. Desenvolvimento de infraestruturas para transportes públicos e mobilidade suave. Incentivos à utilização de veículos elétricos. Plano Nacional de Mobilidade Elétrica, com 100% da frota pública eletrificada até 2030.

Também nos transportes alguma realidade deverá baixar à terra, Portugal apesar de ter os rendimentos mais baixos, é o país da Europa onde o carro próprio é o mais usado, este facto deve-se em muito à falta de uma rede de transportes públicos que garanta as necessidades básicas de deslocação dentro das regiões e entre elas.

10. Gestão Integrada da Água. Proteção das bacias hidrográficas e dos aquíferos. Promoção da reutilização e da eficiência no uso da água. Criação de um Banco Público de Reservatórios Estratégicos, com reforço de armazenamento em zonas críticas (Alentejo, Algarve). Planificar uma Estratégia Integrada de Gestão da Água. Criar um plano nacional de desassoreamento.

O maior desafio e talvez o mais simples, a água, a essência da Vida no planeta e que não por acaso é também essencial a todas as atividades do Homem, desde a pura hidratação fisiológica, à produção de alimento aos meios de transporte etc.

No relatório "Água e saneamento em Portugal - o mercado e os preços 2022" mostrou que 861 mil casas não estão ligadas à rede pública de água e mais de 1,3 milhões não têm saneamento.

A sua gestão tem sido até aqui bastante perdulária. Apesar das campanhas, as soluções estão na mudança de paradigma do modelo económico a seguir.

O consumo não pode manter-se em crescendo sem que haja reposição e produção, como é a tendência, mais uma vez pelas opções erradas nos modelos de negócios que se escolhem para produzir alimento ou riqueza em cada região.

A poluição e o consumo excessivo põem em causa a sobrevivência de vários ecossistemas e populações. As indústrias instaladas sobre as margens dos rios e ribeiras, em alguns casos, escandalosamente sobre as nascentes, não podem continuar a comprometer as qualidades físico-químicas do ecossistema que é um curso de água, do qual dependem tantos organismos.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

É urgente monitorizar as formas de consumo e desperdício, e reparar todas as perdas tanto no consumo humano como nos agrícolas e industrial, e regular as atividades a desenvolver em cada região. Em Portugal perderam-se em 2023, 191 milhões de m³ de água, só em perdas contabilizadas nas redes do sistema de abastecimento público.

Não haverá investimento mais prioritário nesta matéria, que não seja a reparação deste desperdício. Estes milhões de m³ de água estão avaliados em 152 milhões de euros, não contabilizando o que representam na degradação das estruturas como fundações de edifícios, estradas etc.

A maioria dos grandes edifícios consumidores de água e também as escolas e outros edifícios públicos deverão ter medidas de eficiência hídrica e captação de água da chuva. Estes exemplos serão, além de eficientes, pedagógicos e contagiosos e estender-se-ão aos médios e pequenos consumidores.

É urgente plantar água para a resiliência ecológica e a sustentabilidade. Proteger e recuperar os solos para que se restaure o ciclo da água e os aquíferos sejam recarregados em quantidade e qualidade.

É necessário desenvolver uma Estratégia Integrada de Gestão da Água. Implementar uma estratégia global que promova a segurança do abastecimento e reduza a vulnerabilidade à escassez, envolvendo autarquias, associações e empresas de água.

11. Redução de perdas e modernização de infraestruturas: Fixar como meta reduzir perdas nas redes de abastecimento para máximos de 20%, através de sistemas de monitorização digital e reparação célere de fugas.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Incentivar o tratamento de águas residuais para uso industrial, urbano e agrícola, avaliando soluções de dessalinização em zonas costeiras onde seja economicamente viável.

Remover barreiras obsoletas, renaturalizar margens e garantir a qualidade da água, preservando ecossistemas ribeirinhos.

Criar um plano nacional de desassoreamento, reforçando a capacidade de armazenamento hídrico e minimizando riscos de seca prolongada e lançar projetos específicos em bacias hidrográficas prioritárias para testar soluções de eficiência hídrica, envolvendo populações e autarquias.

12. Economia circular. Incentivo à redução, reutilização e reciclagem de resíduos. Apoio à inovação em modelos de negócio circulares. Proibição total de embalagens descartáveis em restauração até 2028. Sistema nacional de caução de embalagens (vidro, plástico, metal) com retorno automático. Apoios a indústrias de reutilização, reparação e refabricação.

É necessário ampliar infraestruturas de tratamento de resíduos sólidos urbanos e industriais para evitar saturação de aterros e maximizar reciclagem e valorização orgânica. Implementar centrais de triagem de alta eficiência e incentivar a redução de resíduos na origem. Tornar a recolha seletiva porta-a-porta uma realidade nacional, reforçada pela recolha de biorresíduos para compostagem e produção de biogás. É, igualmente essencial, regulamentar fluxos de resíduos especiais (têxteis, embalagens, eletrónicos) e facilitar a desclassificação segura, estimulando a economia circular.

13. Turismo sustentável. Desenvolvimento de práticas turísticas que respeitem o ambiente. Valorização do património natural e cultural.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Garantir a sustentabilidade de um local ou região de forma que não dependa unicamente do turismo. É a natureza e a paisagem do lugar o fator principal da atração de uma região ou país.

Salvaguardar a preservação dessa paisagem sócio-ambiental, através da valorização da cultura local, da proteção ambiental e da distribuição justa dos benefícios na comunidade, garante a vitalidade da economia local e a preservação do destino turístico para as próximas gerações.

14. Saúde ambiental. Monitorização da qualidade do ar e da água. Promoção de ambientes urbanos saudáveis.

15. Investigação e inovação. Apoio à investigação científica em áreas ambientais. Fomento da inovação tecnológica para a sustentabilidade.

16. Governança ambiental. Fortalecimento das instituições ambientais. Participação pública nos processos de decisão.

17. Financiamento verde. Criação de mecanismos financeiros para projetos sustentáveis. Incentivos fiscais para investimentos verdes.

18. Resiliência costeira. Proteção das zonas costeiras contra a erosão e a subida do nível do mar. Restauro de ecossistemas costeiros.

O litoral tem atraído desde sempre, a fixação das populações e atrai projetos desenvolvimento turístico que ameaçam e tem destruído importantes zonas húmidas, habitats de uma riqueza inalienável em biodiversidade.

19. Justiça ambiental e equidade territorial. Garantir que comunidades vulneráveis, incluindo populações rurais e periféricas, tenham acesso equitativo a um ambiente saudável e a infraestruturas verdes.

20. Reflorestação com espécies autóctones. Plano nacional de reflorestação focado em espécies nativas (sobreiros, carvalhos, medronheiros), com combate aos eucaliptos em zonas inadequadas.

21. Proteção das linhas de água e zonas ripárias. Plano de ação para a reabilitação ecológica dos rios e ribeiras, com criação de zonas-tampão e recuperação da vegetação ripícola. Plano de Ação para Rios e Ribeiras: Remover barreiras obsoletas, renaturalizar margens e garantir a qualidade da água, preservando ecossistemas ribeirinhos.

Desassoreamento e barragens: Criar um plano nacional de desassoreamento, reforçando a capacidade de armazenamento hídrico e minimizando riscos de seca prolongada.

23. Zonas urbanas verdes e permeáveis. Incentivar “cidades-esponja”: aumento de áreas verdes, telhados verdes e pavimentos permeáveis para reduzir escorrência e ilhas de calor.

24. Plano Nacional de Agricultura Urbana. Apoiar hortas comunitárias, produção alimentar em cidades e aproveitamento de terrenos urbanos abandonados.

25. Rede de trilhos verdes e ecovias. Criar e integrar trilhos pedonais e cicláveis em áreas naturais e rurais, promovendo o ecoturismo e a mobilidade verde.

26. Zonas de comércio sustentável local. Incentivar mercados locais de produtos biológicos, de proximidade e comércio justo, com certificação ambiental.

27. Proteção da paisagem cultural e rural. Preservar sistemas tradicionais de agricultura como os socalcos do Douro, o montado alentejano ou os currais

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

de pedra das vinhas da ilha do Pico, integrando-os como património ecológico-cultural.

28. Desenvolvimento sustentável das ilhas (RAA e RAM). Apoios específicos para biodiversidade insular, transição energética limpa, gestão de resíduos e mobilidade ecológica nos Açores e na Madeira.

29. Programa Nacional para o Mar. Investir na ciência oceânica, reforçar o controlo da pesca ilegal, criar reservas marinhas e promover a economia azul sustentável.

30. Criação do Estatuto do Guardião Ambiental. Reconhecer e apoiar cidadãos e organizações que atuam na preservação da natureza, com incentivos fiscais e acesso a fundos ecológicos.

31. Reforço da fiscalização ambiental. Reforço da IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território), dotar este organismo de mais meios técnicos e humanos, permitindo maior fiscalização descentralizada, eficiente e rigorosa em todo o território.

32. Planear a Estratégia Nacional de Ruído Ambiente e implementar um plano de redução de poluição luminosa, garantindo a segurança das aves noturnas e o equilíbrio dos ecossistemas.

Ao mesmo tempo conceber estratégias de comunicação que esclareçam os benefícios (económicos, sociais e ambientais) das medidas e promover campanhas anuais de sensibilização em escolas, autarquias, ONGs e empresas.

33. Educação e sensibilização ambiental. Integração da educação ambiental nos currículos escolares. Realização de campanhas de sensibilização para a conservação dos recursos naturais.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O ambiente começa aqui, na mente de cada um, a consciência de que fazemos parte de um mega organismo composto por todas as variáveis orgânicas e inorgânicas, sociais, culturais e económicas, não pode ficar apenas nas teses, nos colóquios, congressos e festivais, nos manuais, testes, aulas de ciências naturais e de educação cívica. Esta educação para ser real terá de ser respirada por toda a sociedade. A coerência entre as regras que impomos e divulgamos têm de estar espelhadas nas ações concretas que surgem no terreno que pisamos.

Apesar dos inúmeros organismos que tutelam as questões ambientais, é a sociedade civil que, a seu custo e com muito esforço logístico e burocrático, ou seja, contra a máquina do Estado, consegue que se façam cumprir as leis e, entidades protegidas como árvores, sítios ou locais não sejam destruídos.

Mas na maior parte das ocorrências vence o interesse dos grandes grupos económicos bem empoderados para contornar e sobrepor-se aos reais interesses das populações.

Estas participações têm de ser respeitadas, validadas, promovidas de facto e protegidas.

34. Proteção e bem-estar animal. Autoridade Nacional para o Bem-Estar Animal. Atribuir competências sancionatórias robustas, articuladas com forças de segurança, para punir abandono e maus-tratos a animais de companhia. Promover a esterilização e adoção responsável, em parceria com os CRO (Centros de Recolha Oficiais) e associações de proteção, assegurando financiamentos sustentáveis. Estabelecer critérios uniformes de bem-estar, nutrição e acompanhamento veterinário, assegurando transparência e eficiência na utilização dos recursos públicos.

Conclusão

Este Programa Eleitoral do Partido Popular Monárquico (PPM), construído de forma coerente com o Pacto Ecológico Europeu e ancorado nos ideais ecologistas que inspiraram a fundação do partido, representa uma resposta abrangente e determinada aos desafios ambientais, económicos e sociais que Portugal enfrenta. As medidas aqui apresentadas procuram refletir:

- Ambição e rigor na definição de metas para descarbonização, energias renováveis, gestão da água, economia circular e conservação da natureza, alinhando o país com os objetivos europeus de alcançar a neutralidade carbónica até 2050;
- Valorização do território e dos recursos naturais, ao incorporar soluções inovadoras e participativas para a proteção do litoral, a recuperação de ecossistemas, a salvaguarda da biodiversidade e o uso sustentável de matérias-primas;
- Atenção à justiça social, ao incluir mecanismos para combater a pobreza energética, criar emprego verde, apoiar agricultores e proprietários florestais na preservação de sumidouros de carbono, além de impulsionar o desenvolvimento equilibrado das regiões interiores;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Governação transparente e eficiente, que assegura a digitalização dos processos de licenciamento, o reforço das instituições de fiscalização, a participação ativa dos cidadãos, autarquias e associações na definição de políticas, bem como a possibilidade de revisão e ajuste das metas sempre que necessário;
- Proteção animal numa abordagem abrangente, garantindo condições adequadas nos centros de recolha e uma campanha efetiva contra abandono e maus-tratos;
- Ordenamento Ecológico do Território e Urbanismo, coerente com a visão de Gonçalo Ribeiro Telles, que valoriza a qualidade de vida, a preservação do património arquitetónico e cultural e a manutenção de solos agrícolas, combatendo a especulação imobiliária e a expansão desordenada das periferias;
- Integração de ações-piloto, cronogramas claros e instrumentos de avaliação, promovendo educação ambiental, participação cidadã e comunicação permanente de benefícios económicos, sociais e ambientais.

A transição ecológica, que abrange todas as esferas de atuação pública e privada, é uma tarefa complexa, mas indispensável para assegurarmos um futuro sustentável. O PPM defende que esta mudança seja feita com base em ciência, inovação, sentido de responsabilidade e respeito pela dignidade humana, sem sacrificar o nosso património natural.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

É, pois, com esta visão abrangente que reafirmamos o nosso compromisso de fazer de Portugal um país exemplar no caminho para a neutralidade carbónica, reforçando a coesão social e territorial, e deixando às próximas gerações um legado de que se possam orgulhar.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

HABITAÇÃO

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Portugal enfrenta uma crise habitacional estrutural. Desde 2015, os preços das casas aumentaram mais de 80%, muito acima da média salarial nacional. O litoral concentra mais de 70% da população, enquanto o interior perde residentes e tem habitações devolutas ou degradadas. O parque habitacional está muito degradado. Estima-se que mais de 1 milhão de casas necessitem de reabilitação profunda.

O setor da construção enfrenta grandes dificuldades. Falta de mão de obra, custos de materiais elevados e acesso limitado ao financiamento. Os jovens têm muita dificuldade em aceder a habitação própria. Quase 60% dos jovens adultos (20-34 anos) continuam a viver com os pais. Temos muitas infraestruturas públicas subutilizadas, nomeadamente terrenos e edifícios devolutos pertencentes ao Estado e às autarquias sem aproveitamento eficaz.

PROPOSTAS

Propomos as seguintes medidas para resolver estas questões:

- 1. Programa Nacional de Reabilitação Habitacional.** Criação de um fundo de reabilitação com comparticipação estatal e europeia para recuperar casas degradadas em zonas urbanas e rurais, com o envolvimento de pequenas empresas locais e mão de obra regional.
- 2. Bónus fiscal para reabilitação no interior.** Incentivos fiscais (IRS/IRC/IVA reduzido) para proprietários ou empresas que reabilitem imóveis em zonas de baixa densidade. Visa estimular a fixação de população no interior, a reboque da crise da habitação.

3. Banco público de terrenos e edifícios devolutos. Inventariação e transferência para um Banco de Habitação Pública dos imóveis e terrenos públicos não utilizados (Estado, IPSS, autarquias). Estes ativos serão disponibilizados para projetos de habitação social, cooperativa ou a custos controlados.

4. Plano Nacional de Habitação Jovem. Subvenção parcial da entrada inicial no crédito à habitação para jovens até aos 35 anos. Adaptado do modelo do "*First Home Scheme*" irlandês ou do "*Start Loan*" holandês. Acesso a rendas reduzidas durante 3 anos, com opção de compra posterior.

5. Apoio direto à construção no interior. Financiamento de projetos habitacionais cooperativos e de pequena escala nas vilas e cidades do interior, com ligação a estratégias de emprego e digitalização. Apoio técnico e fiscal para famílias e empreiteiros locais.

6. Parcerias público-privadas para habitação a custo controlado. Criação de programas-piloto onde empresas privadas constroem habitação em terrenos públicos com regras de preço e acessibilidade, em modelo misto.

7. Facilitação do acesso ao crédito para a classe média. Criação de garantias públicas parciais para o crédito à habitação até 250.000€, especialmente para famílias de rendimentos intermédios. Trata-se de um modelo inspirado no "*Mortgage Guarantee Scheme*", do Reino Unido.

8. Apoio à construção modular e sustentável. Incentivos à construção rápida, modular e de baixo impacto ambiental, com apoio técnico e certificações rápidas. Retirado do modelo nórdico de "*tiny villages*" e urbanismo leve.

9. Simplificação e digitalização dos processos urbanísticos. Implementação de uma plataforma nacional única para licenciamento de

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

obras, com prazos máximos de resposta pelas câmaras municipais. Significaria uma redução das competências dos municípios, ou pelo menos a sua articulação com o Estado. Só se equaciona agora devido à gravidade do problema que se está a enfrentar na habitação. Sistema semelhante ao usado na Estónia e Suécia, que reduz drasticamente os tempos de aprovação.

10. Proteção do acesso à habitação nas zonas turísticas. Criação de zonas de contenção de alojamento local, com limitação de novas licenças em zonas de pressão habitacional, e impostos progressivos sobre a especulação. Medida implementada em cidades como Amesterdão, Barcelona e Reykjavik.

11. Programa Nacional de Apoio à Construção Civil.

- Criação de um plano de apoio ao setor da construção.
 - Formação acelerada de profissionais (como faz a Noruega).
 - Isenção temporária de contribuições para projetos habitacionais públicos.
 - Linhas de crédito bonificadas para empreiteiros que operem no interior.

Revogar urgentemente todas as alterações criadas na presente legislatura à “Lei dos Solos”, que o PPM contestou logo que a alteração foi anunciada, mesmo estando ainda na coligação governamental então designada apropriadamente como AD.

Não resolve nada na área da habitação e irá destruir parte das Reservas Agrícola e Ecológica nacionais, que o PPM criou no Governo AD do início da década de 80 do século XX. Pelo contrário, a “Lei dos Solos” só provocará o aumento da especulação e o incremento da corrupção, como já é visível em altas instâncias do Estado.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

EDUCAÇÃO

LEGISLATIVAS 2025

Diagnóstico da Situação Atual da Educação em Portugal

1. Taxa de escolarização e conclusão. Portugal apresenta uma taxa de escolarização elevada nos níveis básicos e secundários. No entanto, a taxa de conclusão no tempo esperado ainda é inferior à média da OCDE, especialmente no ensino secundário.

2. Resultados académicos. Os resultados dos alunos portugueses em avaliações internacionais, como o PISA, mantêm-se estáveis, mas há espaço para melhorias, especialmente em literacia matemática e científica.

3. Desigualdades socioeconómicas. As desigualdades socioeconómicas continuam a influenciar significativamente o desempenho escolar dos alunos. Estudantes de contextos desfavorecidos apresentam taxas mais elevadas de insucesso e abandono escolar precoce.

4. Condições de trabalho dos professores. Os professores enfrentam desafios relacionados com a carga horária, progressão na carreira e condições remuneratórias. Há uma necessidade de valorização da profissão docente para atrair e reter talentos na educação.

5. Educação pré-escolar. O acesso à educação pré-escolar ainda não é universal, e existem disparidades regionais na oferta de vagas para crianças dos 3 aos 5 anos.

6. Utilização de tecnologias na educação. A integração das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem é desigual, com variações significativas entre escolas e regiões.

PROPOSTAS

Propostas para melhorar a educação em Portugal

1. Equiparar o horário letivo dos professores do 1.º ciclo e educadores de infância ao dos docentes dos ciclos seguintes.
2. Recuperar integralmente o tempo de serviço dos professores, incluindo o período de transição entre carreiras.
3. Tornar o pré-escolar universal e gratuito para todas as crianças dos 3 aos 5 anos.
4. Reintroduzir a eleição dos Conselhos Executivos pelas comunidades escolares, substituindo o modelo atual de diretores.
5. Expandir o modelo de escolas bilingues (português-inglês) em todo o território nacional.
6. Implementar programas de apoio psicológico e bem-estar para reduzir o número de atestados médicos entre profissionais da educação.
7. Desenvolver estratégias específicas para diminuir o insucesso escolar e o abandono precoce, com foco em alunos de contextos vulneráveis.
8. Melhorar as classificações nos exames nacionais e nos testes internacionais, como o PISA, através de programas de reforço educativo.
9. Integrar a inteligência artificial no processo educativo para personalizar a aprendizagem e apoiar os professores.
10. Proibir o uso de telemóveis durante as aulas, seguindo boas práticas internacionais.
11. Reforçar a formação inicial e contínua dos professores, com foco em metodologias ativas e uso de tecnologias.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- 12.** Aumentar os apoios financeiros e logísticos às universidades para promover a investigação e inovação pedagógica.
- 13.** Implementar programas de integração e formação para novos professores, facilitando a sua integração e desenvolvimento profissional.
- 14.** Criar incentivos para atrair professores para zonas geográficas com carência de profissionais.
- 15.** Estabelecer parcerias com instituições internacionais para troca de boas práticas e experiências educativas.
- 16.** Desenvolver currículos flexíveis que respondam às necessidades locais e regionais.
- 17.** Promover a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais através de recursos e formação adequados.
- 18.** Reforçar a educação para a cidadania, preparando os alunos para uma participação ativa na sociedade.
- 19.** Integrar a educação ambiental nos currículos, sensibilizando para a sustentabilidade.
- 20.** Aumentar a oferta de atividades extracurriculares que promovam competências sociais e emocionais.
- 21.** Melhorar as infraestruturas escolares, garantindo ambientes seguros e adequados à aprendizagem.
- 22.** Implementar sistemas de avaliação contínua que valorizem o progresso individual dos alunos.
- 23.** Promover a literacia digital entre alunos e professores, preparando-os para os desafios do século XXI.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

24. Estabelecer programas de apoio à transição dos alunos entre ciclos de ensino.
25. Fomentar a participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar.
26. Desenvolver programas de educação financeira desde os primeiros anos de escolaridade.
27. Reforçar a educação artística e cultural como componente essencial do currículo.
28. Implementar políticas de combate ao *bullying* e promoção de ambientes escolares seguros.
29. Promover a igualdade de género e a diversidade nas escolas.
30. Estabelecer programas de apoio ao estudo para alunos com dificuldades de aprendizagem.
31. Incentivar a prática regular de atividade física nas escolas.
32. Desenvolver programas de educação para a saúde, abordando temas como nutrição e bem-estar.
33. Fomentar a leitura através de clubes de leitura escolares, bibliotecas ativas e planos de leitura interativos integrados no currículo.
34. Criar um programa nacional de tutoria entre pares, promovendo que alunos mais avançados apoiem os colegas com dificuldades.
35. Oferecer formação contínua aos assistentes operacionais e técnicos, valorizando o seu papel no ambiente educativo.
36. Reforçar a educação profissional e técnica, com ligação direta às necessidades do mercado de trabalho e estágios em empresas locais.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- 37.** Implementar um sistema nacional de indicadores de qualidade educativa, com foco em melhoria contínua e transparência.
- 38.** Aumentar os recursos humanos nas equipas multidisciplinares escolares (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas).
- 39.** Estabelecer programas-piloto de semana escolar de quatro dias em contextos específicos, com avaliação científica de impacto.
- 40.** Criar um fundo nacional de inovação pedagógica, que financie projetos de escolas, agrupamentos ou professores individuais com ideias transformadoras.
- 41.** Financiamento baseado em desempenho: atribuir parte dos fundos públicos às universidades com base em critérios como empregabilidade dos diplomados, produção científica e parcerias com empresas.
- 42.** Criação de cursos modulares e híbridos (presenciais e online) com certificação progressiva, permitindo ao estudante construir o seu percurso de forma mais flexível e compatível com o mercado de trabalho.
- 43.** Integração de inteligência artificial na gestão e personalização da aprendizagem, com tutores virtuais, correção automatizada e análise preditiva de desempenho.
- 44.** Parcerias obrigatórias entre universidades e empresas para todos os ciclos de estudo, assegurando estágios, investigação aplicada e coorientação de teses.
- 45.** Sistema nacional de microcredenciais universitárias, reconhecidas pelas ordens profissionais e por empregadores, adaptadas à formação contínua de adultos.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- 46.** Incentivo à docência partilhada com profissionais da indústria, garantindo um ensino mais prático e atualizado, especialmente nos cursos técnicos e científicos.
- 47.** Criação de campus interuniversitários regionais, partilhando infraestruturas, docentes e projetos, otimizando recursos públicos e fomentando a cooperação.
- 48.** Adoção de um modelo de “universidade aberta à sociedade”, com laboratórios vivos, aulas abertas e projetos comunitários dirigidos por estudantes.
- 49.** Reforma do acesso ao ensino superior, permitindo múltiplos momentos de candidatura por ano e valorizando competências adquiridas fora do percurso escolar tradicional.
- 50.** Programa nacional de atração de talentos internacionais, com propinas diferenciadas, bolsas e apoio à integração, tornando Portugal um destino académico competitivo.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

CULTURA

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A cultura é área constitucionalmente consagrada, porque a história e a criação são definidoras da identidade de uma comunidade, pelo que se revela fundamental instrumento na construção e ponderação de políticas públicas para a coesão territorial e social, promotora de saúde pública, para lá de contribuir mensuravelmente para a dinâmica económica, interna e externa, bem como é incontestável o seu papel insubstituível para a projeção portuguesa no mundo. Apesar do pequeno aumento de financiamento público desta última curta legislatura, o orçamento para a cultura continua a ser diminuto, em linha com o que vem sucedendo nas últimas duas décadas.

O desígnio de afetar 1% do Orçamento de Estado ao setor, consensual na sociedade, é, todavia, uma miragem. A democratização do acesso à cultura, enquanto desígnio coletivo é, atualmente, irrerealidade idêntica.

A valorização e dignificação dos seus profissionais é a exceção, não a norma.

Desagregados enquanto agremiações diversas, sem quantitativos expressivos, precários e intermitentes enquanto indivíduos, demonstram debilidades intrínsecas às quais o Estado teria de ser sensível, assumindo uma postura pedagógica e colaborativa para, progressivamente, apoiar a consolidação dos múltiplos setores em que é frágil, até no sentido de honrar os compromissos internacionais ratificados, que cumpre insuficientemente ou, simplesmente, não cumpre.

É uma área onde as políticas públicas tendem a adotar modas da época, maioritariamente inconsequentes, desviando recursos financeiros e humanos e negligenciando as fundamentais funções da administração pública, definidas nos diplomas que regem o setor, o que é particularmente visível e

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

sensível na inventariação, defesa, salvaguarda, valorização e colocação a usufruto público do património cultural, tão revelador da impreparação de parte significativa dos dirigentes nomeados para o setor, nas últimas décadas. Há, todavia, mesmo neste quadro, setores que têm desempenho meritório, que urge valorizar, nomeadamente ao nível dos funcionários e chefias intermédias.

Porém, acresce que, o acolhimento de significativa percentagem de imigrantes na atual população portuguesa, coincidindo com a revolução do uso do digital, requer uma nova geração de políticas públicas, que valorizando a diversidade que enriquece a sociedade de acolhimento, tenha capacidade de atratividade e sedução para facilitar o processo integrativo, formadora e definidora do cidadão, contrapondo-lhe uma cultura portuguesa regenerada, inclusiva, moderna, para a qual todos e cada um sintam que podem e devem contribuir, nunca descurando a perspetiva de sustentabilidade ambiental e financeira.

Para que tal suceda, é imperioso descentralizar as políticas públicas da cultura, valorizando o funcionamento rizomático em detrimento do vertical, princípio reiteradamente anunciado tanto quanto não cumprido, para que os seus efeitos sejam sentidos em todas as comunidades, independentemente de habitarem os grandes centros urbanos ou no mundo rural, sejam do litoral, do interior ou insulares.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

É fundamental promover o envolvimento dos cidadãos na construção da sociedade civil, ainda insuficientemente sólida.

Atenda-se, também, que essa cultura, modelada pela história, é caracterizável pela vincada atlanticidade, num complexo mosaico de um singular mar cultural, que liga pelo elemento aquático aquilo que a terra dividiu, num património de valor universal que é a língua portuguesa, onde se encontram extensas comunidades, nos mais diversos continentes, que são mais numerosas e mais diversas, do que aquelas que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ou mesmo a União das Cidades Capitais da Língua Portuguesa, às quais nos cumpre religar, regenerando as redes culturais quebradas, com projeto de progresso e visão de futuro.

Onde estamos

- O investimento público em cultura ronda 0,4% do Orçamento do Estado, longe dos 1% defendidos internacionalmente pela UNESCO
- Forte centralização em Lisboa e Porto: cerca de 70% da programação cultural concentra-se nestas duas áreas
- Falta de condições laborais e proteção social afeta milhares de trabalhadores da cultura (intermitência, precariedade, informalidade)
- *Déficit* de espaços culturais ativos em 90 dos 308 municípios
- Educação artística e cultural nas escolas é residual e desigual

PROPOSTAS

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

1. Reformulação do regime de mecenato cultural, tornando-o mais atrativo, concretamente através da criação de um gabinete de apoio interministerial com essa missão (Ministérios das Finanças, Cultura e Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas);
2. Reestruturação e reforço de recursos do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, do Ministério da Cultura, com vista à captação de recursos financeiros internacionais para a cultura e aumento das competências no âmbito das relações externas do Ministério;
3. Criação de grupo de trabalho interministerial com a missão de inventariação, salvaguarda e valorização do património português no mundo, bem como da promoção dos autores portugueses (Ministérios da Cultura e Negócios Estrangeiros, UNESCO – Portugal, Instituto Camões, UCCLA e Regiões Autónomas), com participação, caso a caso, de atores da sociedade civil (líderes comunitários, agentes culturais e académicos);
4. Criação de grupo interministerial com a missão de salvaguarda e valorização cultural dos imigrantes em Portugal (Ministérios da Cultura e Educação, Alto Comissariado para as Migrações e Agência para a Integração, Migrações e Asilo) com participação, caso a caso, de atores da sociedade civil (líderes comunitários, agentes culturais e académicos);
5. Criação de grupo interministerial com a missão de salvaguarda e valorização do artesanato que corresponda a património cultural (Ministérios da Cultura, Economia e Turismo, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Instituto do Emprego e Formação Profissional, CCDR's e direções regionais da cultura) com participação, caso a caso, de atores da sociedade civil (associações, empresários representativos, agentes culturais e académicos);
6. Reformulação do PC, IP, com a reinstalação das direções regionais da cultura, com efetivo reforço das funções, competências e autonomia, nas áreas

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

do património cultural e criação contemporânea, substituindo-se às CCDR's neste particular;

7. Nesse âmbito, criação de reservas regionais *ex-novo*, para concentrar os materiais em reserva de museus, arquivos, livros centenários e arqueologia, concentrando os recursos existentes, colocando as instituições patrimoniais em funcionamento de rede e racionalizando os recursos financeiros e humanos, nomeadamente os de conservação e restauro;

8. Através das direções regionais da cultura, em parceria com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, incentivar a criação de comissões municipais de património cultural e de criação contemporânea, com vista à maior participação da sociedade civil organizada, de âmbito local e regional, no processo decisório e orçamento participado;

9. Promover representantes dessas comissões municipais aos conselhos regionais do património cultural e da criação contemporânea, a fundar nas direções regionais da cultura, para apoiarem a construção de estratégias e ações regionais participadas e mais efetivas;

10. Através das direções regionais, articulação com as unidades de saúde, com vista ao alargamento e célere prescrição social e cultural, com vista a agilizar a procura e a oferta, contribuindo para uma melhor gestão do Serviço Nacional de Saúde;

11. No PC, IP apostar decisivamente no desenvolvimento da arqueologia náutica e subaquática, refundando o CNANS, dotando-o de dignidade financeira e de recursos humanos, em parceria com a Secretaria de Estado do Mar, as Regiões Autónomas e UNESCO – Portugal;

12. Criação de um grupo de trabalho ministerial, com as suas direções-gerais e empresas públicas, para implementação da sustentabilidade ambiental nos imóveis afetos, para reduzir os encargos energéticos com os mesmos;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- 13.** Aumentar a autonomia da gestão dos museus, teatros, bibliotecas e arquivos nacionais;
- 14.** Manter e aprofundar a rede, através da promoção de parcerias, do programa 52 dias de gratuidade em museus, monumentos e palácios;
- 15.** Acelerar o processo de digitalização documental, de arquivos e de inventários, nos diversos organismos tutelados pelo ministério, principalmente na Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e Bibliotecas, com consequente reforço de meios;
- 16.** Nesta última, aprofundar e prosseguir com a revisão do programa de bolsas de criação literária;
- 17.** Equiparar as empresas editoriais portuguesas ao regime fiscal cooperativo de utilidade pública, com vista à redinamização da competitividade do setor e favorecer a justa recompensa do autor;
- 18.** Alargamento do cheque-livro, de valor de 20€ anuais, para o universo da totalidade dos estudantes do 12.º ano, com vista a aumentar a literacia e criar hábitos de leitura;
- 19.** No âmbito das obras integrantes no Plano Nacional de Leitura aplicáveis, fomentar sessões nas escolas com autores;
- 20.** Garantir financiamento para discriminar positivamente projetos que possuam versões em braille e/ou audiolivro, aliás, aplicável a todas as demais áreas da cultura (património cultural e criação contemporânea);
- 21.** Concretizar e dotar de meios efetivos o Arquivo Nacional das Imagens em Movimento e o Arquivo Nacional do Som;
- 22.** Concretizar os PRR's em curso nos equipamentos culturais nacionais;
- 23.** Proceder à manutenção dos demais edifícios que albergam as instituições da memória nacionais;
- 24.** Finalizar a rede de museus nacionais, nas regiões que destes equipamentos ainda carecem, caso do Ribatejo, Algarve, Madeira e Açores;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- 25.** Fomentar o diálogo com as associações de profissionais de arqueologia, historiadores de arte, conservadores-restauradores, arquivistas e bibliotecários, para dar início ao processo organizativo que permita a autorregulação destes profissionais;
- 26.** Alargar o ensino integrado artístico no âmbito da oferta educacional pública;
- 27.** Alargar as áreas de ensino integrado às demais artes performativas;
- 28.** Facilitar o acesso às artes plásticas e às artes do espetáculo, bem como ao património cultural no âmbito da atividade escolar regular;
- 29.** Reforçar e consolidar os Planos Nacionais das Artes, de Leitura, de Cinema e de Literacia Mediática, destinados aos estabelecimentos de ensino;
- 30.** Aprofundar a Rede de Teatros e Cineteatros, em parceria com as Regiões Autónomas, direções regionais de cultura e autarquias;
- 31.** Assegurar os meios financeiros e recursos humanos, para o bom funcionamento dos equipamentos culturais nacionais destinados à criação e artes de espetáculo;
- 32.** Manter os atuais mecanismos de financiamento de criação artística independente de âmbito nacional, reforçando-os quando possível, integrando critérios de majoração direcionados para a valorização do património cultural, material e imaterial – estruturas profissionais;
- 33.** Conceção de mecanismos de financiamento de criação artística independente de âmbito regional – estruturas profissionais, semiprofissionais e sem fins lucrativos;
- 34.** Conceção de mecanismos de financiamento de criação artística independente de âmbito do mar cultural português;
- 35.** Conceção de mecanismos de financiamento de criação artística independente de aplicação à comunidade de imigrantes residentes em Portugal – estruturas semiprofissionais e sem fins lucrativos;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- 36.** Aprofundar a profissionalização do processo de avaliação, garantindo ainda mais a transparência e isenção;
- 37.** Criação de grupo de trabalho com o conjunto RTP/RDP, com a missão de criar melhores mecanismos para desenvolver a produção nacional, bem como difundi-la, valorizando o património e a criação contemporânea portuguesa e/ou sobre cultura portuguesa, no país e no mundo;
- 38.** Consensualização da rede de bolsas de criação artística e incentivo à sua internacionalização;
- 39.** Revisão, ponderação e monitorização dos regimes de prestação de trabalho dos profissionais da área da cultura, nomeadamente criadores e técnicos de apoio, nas instituições que recebem apoios de financiamento público;
- 40.** Reformulação da legislação em vigor de direitos autorais e direitos conexos, atendendo a dois fatores fundamentais: as organizações em fins lucrativos e/ou de utilidade pública que, pela sua natureza, devem ser isentas, por um lado e a informatização e a IA, que as disponibiliza para lá da esfera do Estado, por outro, através da cooperação no desenvolvimento de um programa de literacia digital;
- 41.** Conceção de legislação que proteja os autores, artistas e demais profissionais nas novas plataformas de difusão.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

COMUNICAÇÃO SOCIAL

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Portugal possui atualmente um ecossistema de comunicação social diversificado, mas frágil em várias dimensões estruturais. De acordo com o Relatório Anual da ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) 2023, existem cerca de 5.700 registos de órgãos de comunicação social ativos, distribuídos por diferentes categorias: cerca de 2.400 publicações periódicas (jornais e revistas), 900 rádios, 110 operadores de televisão (incluindo canais regionais, locais e temáticos), uma agência de notícias nacional (Lusa) e centenas de plataformas digitais e *web media* que têm vindo a multiplicar-se nos últimos anos. Apesar da quantidade, a qualidade, sustentabilidade e diversidade enfrentam sérios desafios.

A multiplicidade de órgãos de comunicação resulta, por um lado, da facilidade tecnológica de criar novos projetos, mas, por outro, acarreta problemas de sustentabilidade, qualidade editorial e viabilidade económica.

A maior parte dos meios de comunicação social portugueses são de pequena dimensão e operam em condições financeiras muito frágeis. Segundo dados da ERC, cerca de 70% dos jornais locais e 85% das rádios locais apresentam orçamentos inferiores a 100 mil euros anuais. A grande maioria destes órgãos sobrevive graças a apoios municipais, pequenos anunciantes locais ou subsídios estatais limitados.

A situação dos jornalistas também reflete esta realidade.

O número de jornalistas registados na Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ) era de cerca de 5.000 em 2023, o que representa uma redução de cerca de 20% face a 2009. Além disso, uma percentagem crescente destes jornalistas encontra-se em regime precário, *freelancers* ou com

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

contratos de curta duração. Estima-se que 34% dos jornalistas trabalham em situação de grande instabilidade laboral (Observatório da Comunicação - OberCom, 2022).

A crise dos órgãos de comunicação do interior é particularmente grave.

O Observatório da Comunicação indica que mais de 50% dos concelhos portugueses já perderam o seu jornal local nos últimos 20 anos.

As rádios locais também estão em forte declínio: em 2000 havia 350 rádios locais ativas, em 2023 são menos de 200. Isto compromete a coesão territorial, o pluralismo informativo e a própria vitalidade democrática nas regiões menos populosas.

O financiamento público ao setor tem sido irregular e insuficiente.

O Programa de Incentivos do Estado para a comunicação social de âmbito local e regional distribuiu cerca de 4,5 milhões de euros em 2022, um valor considerado baixo face às necessidades. No entanto, os Açores têm um modelo inovador de apoio, atribuindo incentivos estáveis e plurianuais à comunicação social regional, fomentando a qualidade, a inovação e a independência — um exemplo que pode ser replicado a nível nacional.

A nível europeu, muitos países têm regimes robustos de apoio público.

A França atribui mais de 300 milhões de euros anuais em subsídios à imprensa. A Suécia financia não só jornais, mas também rádios comunitárias

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

e plataformas digitais regionais, num modelo que combina liberdade de imprensa e a responsabilidade social.

Os desafios éticos e deontológicos da profissão jornalística agravaram-se com a pressão financeira e a rápida expansão digital. O Relatório do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas aponta para um aumento preocupante da promiscuidade entre jornalismo e *marketing* de conteúdos (*branded content*), ausência de separação clara entre notícia e opinião, e violação de princípios básicos de rigor, pluralismo e independência.

A proliferação da desinformação e das *fake news* é outro fenómeno crítico. Estudos do OberCom revelam que 62% dos portugueses têm dificuldades em distinguir informação verificada de informação falsa nas redes sociais.

O fenómeno é potenciado pelas plataformas digitais, que priorizam conteúdos emocionais e polarizadores, com impactos diretos na confiança nas instituições e na própria democracia.

As mensagens de ódio, a xenofobia e a radicalização no espaço digital tornaram-se uma realidade preocupante. O Relatório da Comissão Europeia "State of Hate 2023" mostra que em Portugal houve um aumento de 18% nos discursos de ódio online entre 2021 e 2023, sobretudo em redes sociais e comentários de plataformas noticiosas.

O controlo dos grandes grupos económicos sobre os media também é uma realidade crítica. Em Portugal, o mercado é dominado por três grandes grupos

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

(Impresa, Media Capital e Cofina), que concentram uma fatia significativa da televisão, rádio, imprensa escrita e digital.

Esta concentração ameaça a pluralidade de vozes e gera riscos de alinhamento editorial com interesses empresariais e políticos.

Outro desafio atual é a redefinição do que é jornalismo. A fronteira entre notícia e comentário, entre jornalismo e opinião, tornou-se cada vez mais difusa, com consequências na perceção pública de credibilidade e imparcialidade. A formação de jornalistas torna-se assim ainda mais crucial, mas o investimento neste domínio é limitado: apenas 28% dos jornalistas em Portugal frequentaram formações contínuas nos últimos cinco anos (Sindicato dos Jornalistas, 2022).

A legislação portuguesa sobre comunicação social, ainda que tenha sofrido revisões pontuais, necessita de ser atualizada face às novas realidades digitais: a proliferação de plataformas exclusivamente online, os novos formatos de consumo de notícias, os fenómenos de desinformação e o papel das *Big Techs* na distribuição da informação exigem uma regulação moderna e ágil.

Finalmente, há que sublinhar a importância estratégica dos órgãos de comunicação social da diáspora portuguesa. Existem dezenas de jornais, rádios e plataformas digitais que servem comunidades portuguesas no estrangeiro, especialmente na Europa, nas Américas e em África, que são peças fundamentais da identidade nacional e da ligação de Portugal às suas comunidades emigrantes.

PROPOSTAS

1. Aumentar o investimento público no apoio à comunicação social local e regional para 30 milhões de euros anuais até 2026. Este reforço, triplicando o apoio atual, é essencial para a sobrevivência de jornais e rádios locais. Sem investimento estável, a desertificação informativa nas regiões mais frágeis continuará a agravar-se, afetando a coesão territorial e o pluralismo democrático.
2. Criar um programa nacional de modernização digital dos órgãos de comunicação social. Financiar a transição tecnológica de jornais, rádios e televisões locais para plataformas digitais, com apoio à aquisição de *software*, formação e equipamento. Modelos aplicados na Alemanha mostram que a digitalização aumentou em 40% a audiência dos meios regionais, tornando-os mais sustentáveis.
3. Instituir uma linha de apoio específica para órgãos de comunicação social do interior e ilhas. Diferenciar positivamente os apoios aos meios que operem em concelhos de baixa densidade ou nas Regiões Autónomas. A França adotou um sistema semelhante, o que permitiu manter a imprensa ativa em 90% dos municípios rurais.
4. Criar um programa de estímulo à criação de novos projetos jornalísticos independentes. Apoiar financeiramente *startups* de comunicação social inovadoras que privilegiem jornalismo de investigação, local e temático. A Suécia desenvolveu programas que ajudaram a lançar mais de 200 novos projetos jornalísticos em 5 anos.

5. Modernizar a legislação da comunicação social para reconhecer novas formas digitais de jornalismo. Atualizar os conceitos legais de órgão de comunicação social e jornalista para abranger plataformas digitais legítimas e inovadoras. Sem esta atualização, fenómenos relevantes de jornalismo digital continuarão marginalizados do sistema regulatório.

6. Lançar um programa nacional de combate à desinformação nas escolas. Integrar a literacia mediática nos currículos escolares, desde o 2.º ciclo, focando na distinção entre notícia, opinião e propaganda. A Finlândia lidera os índices mundiais de resistência à desinformação graças a investimentos fortes na educação mediática.

7. Criar um fundo de apoio à produção de jornalismo de investigação independente.

Apoiar diretamente projetos de investigação de interesse público, com critérios transparentes e auditáveis. O Canadá criou um fundo semelhante que financiou mais de 300 investigações de alto impacto social em 4 anos.

8. Desenvolver um plano nacional de certificação de competências digitais para jornalistas. Financiar formação contínua obrigatória em *fact-checking*, segurança digital e ferramentas de inteligência artificial. A Alemanha implementou certificação digital obrigatória e viu a qualidade das redações crescer significativamente.

9. Garantir benefícios fiscais para assinaturas de jornais e plataformas digitais de informação. Permitir que despesas em informação jornalística sejam dedutíveis no IRS, como incentivo ao consumo de informação qualificada. A Suécia aplicou este modelo, aumentando em 15% as assinaturas de jornais em apenas dois anos.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

10. Criar uma linha de crédito bonificada para modernização tecnológica de rádios e jornais. Disponibilizar financiamento a juros reduzidos para aquisição de equipamentos de estúdio, impressão e plataformas digitais.

A Noruega utilizou esta política para modernizar a comunicação local sem comprometer a independência editorial.

11. Estabelecer um programa de apoio direto à comunicação social da diáspora portuguesa. Financiar jornais, rádios e plataformas digitais dirigidas às comunidades portuguesas no estrangeiro, como forma de reforçar a língua e a cultura. O Canadá apoia as suas comunidades linguísticas minoritárias no exterior, fortalecendo a ligação cultural e identitária.

12. Lançar uma plataforma pública de *fact-checking* independente. Criar um centro nacional de verificação de factos, apartidário e auditado, para combater a propagação de notícias falsas. A União Europeia recomenda a existência de *fact-checkers* credíveis para aumentar a literacia informativa e combater a desinformação.

13. Definir legalmente a separação entre notícia e comentário nos órgãos de comunicação social. Atualizar a legislação para que todos os órgãos informativos identifiquem de forma clara quando estão a emitir opiniões e não notícias. Nos EUA, boas práticas jornalísticas obrigam a uma distinção rigorosa entre géneros editoriais para proteger a credibilidade.

14. Criar um sistema nacional de proteção contra assédio e ameaças a jornalistas. Garantir apoio jurídico e psicológico gratuito a jornalistas ameaçados ou vítimas de violência, particularmente online. O Reino Unido criou o "*Journalist Safety Initiative*" em 2021, que protege profissionais de comunicação e reforça a liberdade de imprensa.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

15. Financiar projetos de investigação sobre o impacto da Inteligência Artificial na comunicação social. Investigar os riscos e as oportunidades da utilização de IA no jornalismo, como forma de informar a atualização legislativa. A Noruega está a liderar investigações públicas sobre IA e comunicação, garantindo regulação informada e adaptativa.

16. Criar prémios anuais para a excelência jornalística no interior e nas regiões autónomas. Valorizar o jornalismo de proximidade e a reportagem fora dos grandes centros urbanos, promovendo boas práticas. França e Suécia reconheceram com prémios a importância da imprensa regional, aumentando a sua influência e prestígio.

17. Atualizar a legislação sobre a propriedade dos meios de comunicação social para limitar a concentração. Definir limites claros de quota de mercado e obrigatoriedade de transparência na propriedade dos órgãos. A Alemanha mantém uma regulamentação rigorosa da concentração mediática, assegurando pluralismo de informação.

18. Lançar um plano nacional de desenvolvimento de rádios comunitárias. Facilitar a criação de rádios locais não comerciais para promover o acesso democrático à informação e à cultura local. O Brasil desenvolveu redes de rádios comunitárias que fortalecem a participação cívica em comunidades remotas.

19. Reforçar o financiamento de projetos de jornalismo ambiental e científico. Promover a produção de conteúdos jornalísticos sobre ciência, ambiente e tecnologia, hoje sub-representados. Países nórdicos financiam jornalismo científico como elemento-chave da cidadania informada.

20. Implementar cursos de literacia mediática para adultos em centros de formação e universidades seniores. Criar programas de formação contínua para melhorar a capacidade crítica de consumo de informação dos cidadãos. A Irlanda integrou a literacia mediática nos programas de educação de adultos, melhorando a resistência à desinformação.

21. Estimular a criação de cooperativas de jornalistas como modelo de propriedade de órgãos de comunicação. Facilitar o acesso a linhas de crédito e incentivos para grupos de jornalistas criarem e gerirem os seus próprios meios de comunicação. Modelos cooperativos, como o "*The Correspondent*" na Países Baixos, demonstram maior independência editorial e ligação ao público.

22. Estabelecer quotas mínimas de conteúdos de produção nacional nos meios digitais noticiosos. Definir uma percentagem obrigatória de conteúdos produzidos em Portugal para as plataformas digitais informativas. A França implementou quotas similares para proteger a sua cultura e reforçar o ecossistema mediático interno.

23. Criar centros regionais de apoio técnico e jurídico a pequenos órgãos de comunicação. Instalar unidades de apoio gratuito em todas as regiões NUTS II, focadas na ajuda à gestão, legalização e inovação. Modelos de "*Media Labs*" na Escócia ajudaram a revitalizar jornais locais e plataformas digitais regionais.

24. Desenvolver um sistema público de monitorização da pluralidade e diversidade dos media. Publicar relatórios semestrais sobre a diversidade de vozes, fontes e temáticas abordadas pelos principais órgãos. A Alemanha publica índices regulares de pluralismo para garantir que o mercado mediático não sacrifica a diversidade informativa.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

25. Apoiar a digitalização de acervos históricos dos jornais locais e regionais. Criar linhas de apoio para a preservação e digitalização de edições antigas, garantindo acesso aberto à memória coletiva. Programas na Austrália digitalizaram milhares de jornais históricos, fortalecendo a cultura e o jornalismo de investigação.

26. Instituir um programa nacional de bolsas para jovens jornalistas. Criar bolsas de estágio e formação inicial em jornais locais, rádios regionais e plataformas digitais independentes. O Reino Unido oferece programas de "*Local Democracy Reporters*" financiados para reforçar o jornalismo em zonas menos cobertas.

27. Desenvolver parcerias público-privadas para financiar projetos de inovação no jornalismo. Apoiar a criação de novos modelos de negócio, narrativas digitais e jornalismo de dados através de parcerias inovadoras.

Nos EUA, iniciativas como o "*Google News Innovation Fund*" têm impulsionado centenas de projetos jornalísticos inovadores.

28. Reforçar o controlo e a penalização da propagação de conteúdos de ódio e xenofobia nos media. Atribuir responsabilidade editorial às plataformas que permitem comentários públicos e desinformação deliberada. A Alemanha aprovou o "*NetzDG*", impondo obrigações legais a plataformas para remover discurso de ódio em 24 horas.

29. Criar uma rede nacional de media públicos universitários. Incentivar universidades a criar rádios, jornais e plataformas digitais geridas por estudantes com apoio profissional. Os EUA têm uma longa tradição de media universitários que formam jornalistas e garantem pluralidade de informação.

30. Estabelecer uma obrigatoriedade de transparência nos conteúdos patrocinados.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Impor que todo o conteúdo patrocinado ou "*branded content*" seja claramente identificado e separado do jornalismo informativo. O Reino Unido regulamentou estritamente o conteúdo patrocinado, protegendo a integridade do jornalismo.

31. Atualizar o Estatuto do Jornalista para reforçar a proteção da liberdade editorial. Garantir que os jornalistas tenham direito contratual a recusar ordens contrárias à ética e à deontologia profissional. Modelos similares foram aplicados em França, reforçando a independência dos jornalistas perante interesses empresariais e políticos.

32. Criar um Observatório Nacional de Literacia Mediática e Combate à Desinformação. Monitorizar os níveis de literacia mediática da população e lançar campanhas regulares de sensibilização. A Finlândia, que lidera os *rankings* de resistência à desinformação, atribui grande importância a um observatório ativo.

33. Promover a investigação académica sobre a comunicação social contemporânea. Financiar projetos de universidades e centros de investigação sobre novas tendências, impactos tecnológicos e evolução da comunicação. A Dinamarca investe 2 milhões de euros anuais em pesquisa aplicada para fortalecer a política pública no setor mediático.

34. Atribuir incentivos fiscais para a criação de assinaturas coletivas de jornais digitais em escolas e bibliotecas. Garantir que todos os jovens e estudantes tenham acesso facilitado a informação de qualidade desde cedo. Os Países Baixos conseguiram aumentar a leitura de jornais em 20% entre estudantes com programas semelhantes.

35. Criar campanhas públicas de valorização do jornalismo de qualidade. Promover em rádio, televisão e plataformas digitais campanhas que eduquem

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

a população para distinguir jornalismo rigoroso de propaganda ou entretenimento. A Alemanha realiza campanhas anuais que reforçaram em 25% a confiança pública nos meios credíveis.

36. Estimular projetos de colaboração entre órgãos de comunicação social de diferentes regiões. Apoiar redes de partilha de conteúdos entre pequenos jornais e rádios para reduzir custos e aumentar a abrangência informativa. Modelos colaborativos nos EUA permitiram a sobrevivência e fortalecimento de múltiplos pequenos meios.

37. Criar uma linha de apoio para atualização tecnológica dos pequenos operadores de televisão regional. Financiar a transição para equipamentos HD e plataformas de *streaming* locais. Na Suécia, o investimento em televisão comunitária ajudou a preservar a produção audiovisual regional.

38. Rever a legislação sobre responsabilidade editorial nas redes sociais. Clarificar a distinção entre plataformas e produtores de conteúdos, responsabilizando adequadamente a propagação de notícias falsas e discurso de ódio. A União Europeia avança nesse sentido com a nova legislação sobre Serviços Digitais (Digital Services Act).

39. Incentivar projetos de jornalismo de soluções. Apoiar projetos jornalísticos que não apenas denunciem problemas, mas proponham soluções fundamentadas, equilibrando a informação negativa com propostas de ação. O "*Solutions Journalism Network*" nos EUA provou que este tipo de jornalismo aumenta a confiança dos leitores e o *engagement*.

40. Instituir um programa de mobilidade internacional para jovens jornalistas. Criar bolsas para estágios e experiências em redações estrangeiras de referência, fomentando a aprendizagem de boas práticas e

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

inovação. A Noruega implementou programas de mobilidade que renovaram a prática jornalística jovem com uma visão internacional mais forte.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

DESPORTO

LEGISLATIVAS 2025

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O desporto em Portugal desempenha um papel crescente na sociedade, mas enfrenta desafios estruturais, de planeamento e de investimento que limitam o seu desenvolvimento e a sua projeção internacional. De acordo com o Inquérito à Prática de Atividade Física e Desportiva (INE, 2022), cerca de 37% da população residente em Portugal pratica desporto com alguma regularidade, valor que, apesar de positivo, é inferior à média da União Europeia (45%, Eurobarómetro do Desporto 2022).

Países como a Suécia (71%) e os Países Baixos (68%) apresentam taxas significativamente superiores, demonstrando o espaço de progressão ainda existente.

O tecido associativo português, composto por clubes, associações e federações, é significativo em números: existem aproximadamente 11.000 clubes desportivos e cerca de 2,5 milhões de praticantes federados (PORDATA, 2023). No entanto, estes clubes são, em grande parte, de pequena dimensão e enfrentam graves dificuldades financeiras e de gestão.

Segundo o Observatório do Desporto 2022, cerca de 65% dos clubes dependem em mais de 50% de apoios públicos, e 73% consideram a burocracia como um dos principais obstáculos à sua atividade.

As infraestruturas desportivas são outro ponto crítico. Apesar da existência de mais de 13.000 instalações registadas (IDP, 2021), a sua distribuição é muito desigual, concentrando-se nos grandes centros urbanos.

Muitas estão envelhecidas: 45% das instalações têm mais de 25 anos, e a taxa de renovação tem sido inferior a 2% ao ano, abaixo da média europeia de 5%

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

(Relatório Sport Facilities Europe 2023). Este défice reflete-se na qualidade das condições de treino e competição.

A nível internacional, Portugal tem obtido resultados meritórios em algumas modalidades — futebol, futsal, atletismo, canoagem, judo e *surf* —, mas a presença e o sucesso em grandes eventos como os Jogos Olímpicos permanecem modestos. A preparação para grandes competições é ainda baseada em modelos tradicionais, carecendo de investimento em ciência do desporto, inteligência artificial e na medicina desportiva avançada.

O desporto escolar e a educação física nas escolas portuguesas são considerados fundamentais para o desenvolvimento da prática desportiva.

O ensino da Educação Física é obrigatório até ao 12.º ano, mas, segundo o Relatório do Desporto Escolar 2022, apenas 23% dos alunos participam regularmente em competições escolares, valor inferior à média europeia, que é de 35%. Em países como a Finlândia e a Noruega, a prática desportiva escolar contínua é integrada nos currículos com uma média de 5 horas semanais, enquanto em Portugal se mantém em 2 a 3 horas.

O investimento público no desporto em Portugal é reduzido em termos comparativos. Em 2022, o investimento foi de 0,35% do Orçamento do Estado, contrastando com 0,6% na França e 0,9% na Suécia (Eurostat Public Sports Expenditure, 2023). A verba destinada ao desporto adaptado é ainda residual (cerca de 2% do total), apesar de Portugal ter atletas de grande mérito nesta área, como demonstrado nos sucessivos Jogos Paralímpicos.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A capacidade de inovação desportiva também apresenta deficiências.

Enquanto países como a Austrália, Reino Unido ou Alemanha investem fortemente em centros de investigação aplicada ao desporto, Portugal ainda possui estruturas limitadas e pouco conectadas com o sistema federativo e escolar. A medicina desportiva, fundamental para a longevidade e a performance dos atletas, é pouco acessível fora dos grandes centros urbanos, e poucos clubes amadores têm acesso regular a fisioterapia, análise biomecânica ou apoio psicológico.

Outro problema grave é a crise do dirigismo desportivo. O número de dirigentes voluntários nos clubes caiu 25% na última década (IDP, 2022), devido à excessiva burocracia, à ameaça de coimas por incumprimentos legais e à falta de formação específica para gestão desportiva.

Esta realidade gera instabilidade, impede a profissionalização dos clubes e afasta os jovens de cargos de responsabilidade no associativismo desportivo.

O combate à violência e à xenofobia no desporto continua a ser um desafio.

O Relatório da Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto (APCVD, 2023) registou 297 incidentes em eventos desportivos em 2022, um aumento de 14% face a 2021.

Programas de educação para o respeito e formação ética desportiva são ainda insuficientes.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O sedentarismo é outro flagelo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 29% dos adultos portugueses são considerados sedentários, e este número sobe para 44% entre os adolescentes. Em contrapartida, países como os Países Baixos apresentam taxas de sedentarismo de apenas 15%.

O desporto como ferramenta de combate à exclusão social, à obesidade e às doenças cardiovasculares está longe de atingir todo o seu potencial em Portugal.

No segmento sénior, a situação é igualmente preocupante. Apenas 18% dos idosos praticam algum tipo de atividade física regular (PORDATA, 2022), muito abaixo da média europeia de 30%. O desporto sénior é um instrumento comprovado de promoção da saúde, mas carece de políticas públicas específicas e de programas municipais estruturados.

Assim, apesar dos progressos em diversas áreas, o sistema desportivo português continua a necessitar de reformas profundas: mais investimento, modernização tecnológica, apoio ao dirigismo, reforço do desporto escolar, integração de inovação científica e tecnológica, combate ao sedentarismo e promoção do desporto para todos os segmentos da população.

PROPOSTAS

1. Aumentar o investimento público no desporto para 0,6% do Orçamento do Estado até 2030. Este valor equipararia Portugal à média dos países da União Europeia mais avançados em política desportiva, como França e Bélgica. Mais investimento público permitirá modernizar infraestruturas, apoiar clubes, reforçar o desporto escolar e criar programas de combate ao sedentarismo e à exclusão social.

2. Criar um Plano Nacional de Renovação das Infraestruturas Desportivas. Renovar, até 2035, pelo menos 50% das infraestruturas desportivas com mais de 20 anos, priorizando a eficiência energética e a acessibilidade para o desporto adaptado. Modelos aplicados na Alemanha mostraram que programas de modernização aumentam em 35% a taxa de utilização dos equipamentos públicos.

3. Criar o Programa "Desporto para Todos" nos municípios. Financiar diretamente câmaras municipais para que criem programas gratuitos de atividade física para crianças, adultos e seniores. Na Dinamarca, programas semelhantes reduziram em 20% a taxa de sedentarismo em menos de 10 anos.

4. Incentivar a criação de Academias Municipais Sénior de Atividade Física. Oferecer programas adaptados de ginástica, hidroginástica e caminhadas, com acompanhamento médico. A Noruega implementou programas similares, reduzindo em 30% as hospitalizações associadas a doenças crónicas nos idosos.

5. Digitalizar todos os processos de apoio ao associativismo desportivo.

Criar uma plataforma única onde clubes possam candidatar-se a apoios, inscrever praticantes e regularizar obrigações legais de forma simples.

A desburocratização aumentará a adesão dos clubes e reduzirá em 50% o abandono de dirigentes voluntários, como demonstrado em experiências na Países Baixos.

6. Financiar a aquisição de tecnologia de treino inteligente para clubes desportivos.

Apoiar clubes na compra de sensores biométricos, *softwares* de gestão de treinos e IA para análise de desempenho. A Austrália investe 10 milhões de dólares por ano neste tipo de tecnologias, aumentando em 20% o rendimento dos seus atletas de alta competição.

7. Criar o Instituto Nacional de Ciência e Inovação no Desporto. Promover a investigação em medicina desportiva, tecnologia aplicada ao desporto e análise de performance. Modelos como o AIS (Australian Institute of Sport) mostraram que a integração entre ciência e desporto pode triplicar o número de medalhas olímpicas em 20 anos.

8. Modernizar e expandir o Programa Nacional de Desporto Escolar. Garantir pelo menos 5 horas semanais de prática desportiva escolar e expandir a oferta de modalidades disponíveis. Na Finlândia, o aumento da carga horária desportiva está correlacionado com melhores resultados académicos e menor sedentarismo.

9. Introduzir a prática de modalidades inovadoras nas escolas. Introduzir desportos emergentes como escalada, canoagem, remo *indoor*, *ultimate frisbee* e *surf* nas escolas públicas. A diversificação aumenta em 30% o número de alunos que se envolvem em atividades físicas regulares.

10. Criar o Plano Nacional de Combate à Violência no Desporto.

Desenvolver campanhas educativas e formar agentes desportivos, árbitros e dirigentes na gestão de conflitos e ética desportiva. A Bélgica reduziu em 40% os incidentes violentos com programas semelhantes de formação obrigatória.

11. Introduzir a obrigatoriedade de certificação de dirigentes desportivos. Criar cursos de curta duração para dirigentes, focados em gestão, legislação, ética e captação de recursos. A profissionalização da gestão associativa na Alemanha resultou num aumento de 22% no número de novos dirigentes jovens.

12. Duplicar o financiamento ao desporto adaptado até 2030. Apoiar a aquisição de material especializado e a organização de competições nacionais de desporto adaptado. O Reino Unido investiu fortemente no desporto paralímpico, liderando os medalheiros mundiais.

13. Criar centros regionais de apoio ao desporto adaptado. Garantir a todas as regiões acesso a fisioterapia, nutrição e treino adaptado, com financiamento do Estado. Estes centros melhoram o rendimento e a inclusão dos atletas com deficiência, promovendo igualdade de oportunidades.

14. Implementar um programa nacional de formação contínua de professores de Educação Física. Atualizar os currículos universitários e criar formação contínua obrigatória em novas tendências e tecnologias do treino. O Japão investe 1% do seu orçamento educativo na formação de professores de desporto, com excelentes resultados em educação física.

15. Incentivar a criação de novos clubes desportivos em zonas rurais. Financiar diretamente a fundação de clubes em localidades sem oferta desportiva formal. O acesso local ao desporto reduz as desigualdades de prática física entre meios urbanos e rurais.

16. Modernizar as competições escolares e universitárias. Criar circuitos nacionais de modalidades diversas com grande visibilidade mediática e prémios de incentivo. Os EUA provaram que o desporto universitário forte é a base para altos desempenhos internacionais.

17. Desenvolver uma rede nacional de "Centros de Talento Jovem". Identificar precocemente jovens com potencial em várias modalidades e apoiar o seu desenvolvimento desportivo e académico. Programas de "*elite early talent*" no Reino Unido produziram campeões olímpicos em diversas modalidades.

18. Apostar na construção de Pavilhões Multiusos Municipais. Dotar todos os municípios com menos de 30 mil habitantes de pavilhões modernos e polivalentes. A República Checa conseguiu aumentar a prática de desportos indoor em 25% após a construção de infraestruturas locais.

19. Criar o programa nacional "Desporto Sem Barreiras". Eliminar barreiras arquitetónicas nas instalações e garantir a acessibilidade a todos os cidadãos. A Dinamarca tornou-se referência em desporto inclusivo após aplicar esta política em todas as novas construções.

20. Introduzir rastreios de saúde obrigatórios para atletas federados. Integrar *check-ups* médicos regulares para prevenção de doenças e acidentes, com base em inteligência artificial para avaliação de risco. O Canadá reduziu em 18% os acidentes graves no desporto federado após implementar rastreios sistemáticos.

21. Criar um Programa Nacional de Recrutamento de Voluntários para Clubes Desportivos. Incentivar o voluntariado desportivo através de programas de formação, certificação e reconhecimento público, como acontece na Finlândia. O reforço do voluntariado permitirá revitalizar a base

associativa e aliviar a pressão financeira dos clubes, garantindo mais apoio nas atividades regulares.

22. Desmaterializar a inscrição e gestão federativa dos praticantes desportivos. Criar um portal único de registo de atletas, com integração de dados médicos, licenças e seguros, baseado em *blockchain* para segurança de dados. A Suíça implementou uma plataforma semelhante, aumentando a eficiência administrativa em 40% e melhorando a proteção de dados dos atletas.

23. Desenvolver parcerias entre clubes desportivos e unidades de saúde pública. Criar redes locais para a promoção da saúde através da prática desportiva, com consultas gratuitas de avaliação física. Estudos no Canadá mostram que estas parcerias aumentam a adesão à atividade física em 15% entre adultos sedentários.

24. Estimular a criação de novas modalidades em contexto escolar. Dar liberdade às escolas para propor novas práticas desportivas (escalada, dança urbana, ciclismo *indoor*), aproximando-se dos interesses dos jovens. A Noruega aumentou em 20% a participação desportiva escolar após flexibilizar a oferta de modalidades.

25. Criar uma rede de "Centros de Inovação em Desporto" em universidades. Fomentar a investigação aplicada ao treino, recuperação, inteligência artificial no desporto e materiais inovadores. A Austrália criou *hubs* semelhantes, impulsionando a *performance* desportiva e gerando inovação com impacto económico.

26. Reforçar os programas de combate ao *doping* com novas tecnologias de deteção.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Investir em métodos avançados de rastreio biológico e genético, adotando IA para padrões suspeitos de *performance*. A Suécia reduziu os casos de *doping* em competições nacionais em 35% com a introdução de inteligência artificial na análise de resultados.

27. Modernizar a comunicação e marketing das federações desportivas.

Criar unidades de *marketing* profissionalizadas para cada federação, com foco em angariação de patrocinadores e promoção mediática. O Comité Olímpico do Canadá triplicou o patrocínio privado através da modernização da comunicação institucional.

28. Implementar programas obrigatórios de "Fair Play" e cidadania

desportiva. Educar atletas e dirigentes em práticas de respeito, inclusão e combate à xenofobia e violência, com certificação anual. Na Escócia, o programa "*Respect in Sport*" reduziu em 40% os incidentes disciplinares nas ligas de formação.

29. Criar o programa "Empresa Amiga do Desporto".

Conceder benefícios fiscais a empresas que apoiem projetos desportivos locais e a prática desportiva dos seus trabalhadores. A França aumentou em 50% o investimento privado no desporto com programas de incentivos semelhantes.

30. Desenvolver *apps* nacionais de apoio à prática desportiva.

Lançar *apps* gratuitas que ajudem os cidadãos a encontrar infraestruturas, eventos, clubes e programas de atividade física nas suas áreas. O Reino Unido lançou a *app* "*Active Places*" e registou mais de 1 milhão de novos praticantes em três anos.

31. Estimular a prática desportiva nas empresas com horários flexíveis.

Incentivar a prática desportiva dos trabalhadores através de acordos

coletivos e apoios públicos. Na Suécia, a prática desportiva no trabalho reduziu o absentismo laboral em 22% e aumentou a produtividade.

32. Criar o Programa "Atividade Física Familiar". Apoiar projetos desportivos intergeracionais para envolver pais, avós e crianças em atividades físicas conjuntas. A Dinamarca promoveu programas familiares, aumentando em 15% a prática regular de desporto entre os jovens.

33. Desenvolver um plano nacional de espaços públicos desportivos. Investir na criação de ciclovias, pistas de atletismo urbanas, campos de jogos públicos e equipamentos de exercício *outdoor*. Amesterdão tornou-se referência mundial em desporto informal graças ao investimento em espaços públicos.

34. Apostar no desenvolvimento do desporto universitário de alto rendimento. Criar bolsas específicas para atletas universitários, garantindo a compatibilização entre carreira desportiva e académica. Os EUA dominam os *rankings* mundiais graças à aposta forte no desporto universitário competitivo.

35. Criar centros regionais de medicina desportiva de acesso gratuito. Oferecer serviços de diagnóstico, fisioterapia, preparação física e acompanhamento nutricional para atletas federados e amadores. A Austrália reduziu em 30% as lesões desportivas graves após generalizar o acesso à medicina desportiva.

36. Implementar incentivos fiscais à prática desportiva. Permitir a dedução em IRS das despesas comprovadas em ginásios, clubes, equipamentos e atividades físicas regulares. Espanha viu crescer o mercado do *fitness* e a adesão aos clubes desportivos em 20% após aplicar esta política.

37. Criar um programa de incentivo à prática desportiva no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Oferecer gratuitamente programas de desporto lúdico-educativo para crianças dos 6 aos 10 anos. O Japão reforçou a prática desportiva precoce e melhorou os índices de saúde das novas gerações.

38. Estabelecer uma estratégia nacional para captar grandes eventos desportivos. Criar um fundo e uma unidade especializada em candidaturas para organizar europeus, mundiais e provas internacionais em diversas modalidades. A organização de grandes eventos gera impacto económico direto.

39. Atualizar a legislação desportiva para modernizar e simplificar o sistema. Rever os regulamentos federativos, simplificar a constituição de clubes e associações, eliminar burocracias desnecessárias e proteger melhor os dirigentes voluntários. A Irlanda reformulou o seu quadro legislativo em 2020 e registou um aumento de 30% no número de novos clubes e praticantes.

40. Criação do Programa Nacional de Incentivo e Proteção ao Dirigente Desportivo Voluntário. Implementar um conjunto de benefícios fiscais e apoios para dirigentes desportivos voluntários, como a possibilidade de dedução de despesas associadas à função no IRS, reconhecimento público através de prémios anuais e formação certificada gratuita em gestão associativa. À semelhança do que acontece em países como a Alemanha e a Noruega, os dirigentes voluntários seriam também abrangidos por um seguro nacional de responsabilidade civil e proteção jurídica, reduzindo os riscos pessoais associados ao exercício das funções em clubes e associações.

Segundo estudos do *Observatório Europeu do Desporto Amador (2022)*, 68% dos dirigentes desportivos indicam que o medo de responsabilidades legais e

a sobrecarga de tempo fora da vida familiar são as principais razões para o abandono. A implementação de incentivos fiscais, formação contínua e cobertura de riscos diminuiria drasticamente essas barreiras, permitindo não só reter dirigentes experientes, mas também atrair novas gerações para a liderança do movimento associativo desportivo.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

SAÚDE

LEGISLATIVAS 2025

Portugal inteiro. Saúde por inteiro.

1. Introdução

Portugal atravessa há décadas uma crise estrutural no setor da saúde. A criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), em 1979, foi um marco de justiça social. No entanto, o modelo evoluiu para uma estrutura centralista, desatualizada e burocratizada, desajustada das realidades regionais, insulares e sociais do país.

O interior continental e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira continuam subfinanciadas, subrepresentadas e mal servidas. A promessa de universalidade tornou-se, em muitos casos, uma ilusão. O SNS está hoje esgotado na sua forma de organização. A sua missão é justa, mas o seu modelo é obsoleto.

OSNS enfrenta dificuldades estruturais que afetam gravemente a sua eficácia: falta de médicos e profissionais de saúde, listas de espera excessivas, infraestruturas obsoletas, e défice de digitalização. A perceção negativa da população reflete a realidade de um sistema sobrecarregado, com acessos limitados e resposta desigual.

O subfinanciamento crónico, a má gestão e a centralização excessiva agravam os problemas. Contudo, há potencial para transformação através da inovação e de reformas testadas noutros países desenvolvidos. Propomos as seguintes medidas:

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O Partido Popular Monárquico (PPM) propõe uma rutura responsável com este paradigma. Uma rutura que respeita a Constituição e os princípios do SNS, mas que exige mudanças profundas na estrutura, no financiamento, na autonomia territorial, na digitalização e na integração dos diversos setores que prestam cuidados de saúde.

Este plano é político e técnico. É ambicioso, mas realista.

Coloca o cidadão no centro das decisões, valoriza os profissionais, reconhece as regiões e propõe um novo contrato entre Estado, utente, comunidades e prestadores. O futuro da saúde em Portugal exige mais do que promessas: exige ação, visão e responsabilidade.

2. Princípios Estruturantes

O Plano Nacional de Saúde do PPM assenta em sete princípios estruturantes, que guiam todas as propostas e reformulações.

2.1 Universalidade com qualidade

Todos os cidadãos devem ter acesso a cuidados de saúde com dignidade, qualidade e em tempo útil, independentemente do local onde residem. A universalidade não se resume à existência teórica de serviços, mas à sua capacidade efetiva de resposta.

2.2 Liberdade com responsabilidade

Os utentes devem poder escolher o prestador de cuidados, público ou privado, quando o SNS não cumpre os tempos máximos de resposta garantidos. A liberdade de escolha impulsiona a melhoria da qualidade e reforça a responsabilidade institucional.

2.3 Descentralização com autonomia real

As regiões autónomas e os municípios devem ter competência real para gerir os seus sistemas de saúde. A descentralização é um imperativo de eficiência, justiça territorial e proximidade ao cidadão.

2.4 Integração dos setores privado e social

O Estado deve regular, planear e financiar o acesso à saúde, mas não tem de prestar diretamente todos os cuidados. O setor privado e o setor social devem ser parceiros do sistema público.

2.5 Inovação tecnológica para a equidade

A digitalização é essencial para reduzir desigualdades. Plataformas digitais, registo clínico único e teleconsultas são ferramentas indispensáveis à saúde moderna.

2.6 Sustentabilidade com resultados

O financiamento deve estar ligado a objetivos de saúde pública e resultados clínicos. Os recursos devem ser distribuídos com equidade, baseados na complexidade das populações e auditados externamente.

2.7 Autonomia das regiões autónomas

A Madeira e os Açores devem ter plena capacidade de gestão, financiamento, planeamento e organização dos seus serviços de saúde, com articulação nacional, mas autonomia operacional.

2.8 Reforma estrutural do SNS

A reorganização do SNS passa por um modelo multinível, assente em competências claras e articulação funcional:

- **Nível nacional:** regulação, financiamento, contratualização, normas técnicas;
- **Nível regional:** planeamento estratégico, gestão de recursos, redes clínicas;
- **Nível local/insular:** prestação direta, integração comunitária, mobilidade de equipas.

3. Cuidados de saúde primários

Os cuidados primários devem ser a espinha dorsal do sistema.

O PPM propõe:

- Implantação universal de Unidades de Saúde Familiar (USF) com autonomia e contratualização por desempenho;
- Inclusão de psicologia, saúde oral, fisioterapia, nutrição e podologia nas USF;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Incentivos à fixação de profissionais: habitação, majoração salarial, progressão acelerada;
- Criação de unidades móveis com acesso digital e apoio em zonas de baixa densidade;
- Articulação com as autarquias para apoio logístico e identificação de necessidades locais.

3.1 Cuidados hospitalares

A concentração hospitalar deve ser combatida com:

- Hospitais de proximidade em zonas isoladas;
- Redes clínicas inter-hospitalares com partilha de equipas e tecnologia;
- Centros de Responsabilidade Integrada (CRI) com autonomia e contratualização por resultados;
- Hospitalização domiciliária articulada com cuidados primários e IPSS.

3.2 Saúde mental

O PPM propõe uma rede integrada e acessível de saúde mental:

- Psicólogos em todos os centros de saúde;
- Equipas comunitárias com psiquiatras, técnicos sociais, enfermeiros especializados;
- Rede de apoio em crise 24h por telefone e plataformas digitais;
- Residências terapêuticas e programas de reintegração social;
- Promoção da saúde mental nas escolas e locais de trabalho.

3.3 Saúde digital

A modernização exige:

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Registo único de saúde acessível e seguro;
- **Generalização da telemedicina:** Consultas à distância para cuidados primários e de especialidade, com triagem digital, reduzindo listas de espera e a pressão sobre unidades físicas;
- Plataformas regionais de marcação e seguimento de cuidados;
- Algoritmos de triagem e apoio à decisão clínica;
- Financiamento à inovação digital no setor público e privado.
- **Integração da inteligência artificial (IA):** Apoio ao diagnóstico, interpretação de exames e gestão preditiva de recursos, monitorização remota de doentes crónicos e previsão de riscos de saúde mental. A IA pode também acelerar a identificação de alvos terapêuticos e otimizar o desenvolvimento de novos tratamentos.

3.4 Parcerias público-privadas

A complementaridade é essencial:

- Regime nacional de convenções com critérios de qualidade e auditoria externa;
- Cheque-saúde compensatório em caso de incumprimento do SNS;
- Contratualização com IPSS para cuidados continuados e saúde mental;
- Parcerias para cirurgia, diagnóstico e cuidados de proximidade.

3.5 Prevenção e literacia

Investir em saúde antes da doença:

- Educação para a saúde no currículo escolar;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Rastreios regulares e universais;
- Campanhas contra obesidade, álcool e tabaco;
- Vacinação ampliada e gratuita;
- Planos municipais de saúde pública.

4. Valorização dos profissionais

O sistema só é viável com profissionais motivados:

- Carreiras regionais diferenciadas com concursos locais e avaliação por mérito;
- Formação contínua financiada e tempo protegido;
- Redução da burocracia com digitalização total dos registos;
- Estabilidade contratual e incentivo à fixação em zonas carenciadas;
- Liderança clínica participada.

5. Financiamento e sustentabilidade

Regras claras, justas e transparentes:

- Aumento do orçamento da saúde até 6% do PIB;
- Financiamento por capitação ajustada à complexidade;
- Fundo de compensação para insularidade e interioridade;
- Auditorias externas obrigatórias e relatórios públicos;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Contratualização baseada em resultados clínicos e indicadores de saúde pública.

Portugal deve projetar o uso de meios financeiros adicionais para o setor da defesa, previstos a nível europeu, para o reforço das capacidades na área da saúde associadas ao seu uso militar. Propomos o uso dessa capacidade adicional da defesa pelo setor civil, nomeadamente:

- **Infraestruturas de duplo uso** - desenvolvimento de instalações que sirvam tanto fins militares quanto civis, como hospitais de campanha e centros de comando;
- **Cibersegurança** - a experiência militar em ciberdefesa pode ser aplicada na proteção dos sistemas de informação de saúde;
- **Formação e logística** - as Forças Armadas podem colaborar na formação de profissionais de emergência e na logística de resposta a crises sanitárias.

6. Saúde oral

Uma das áreas mais negligenciadas:

- Inclusão plena da saúde oral nos cuidados primários;
- Colocação de médicos dentistas em todos os centros de saúde;
- Cheque-dentista para todas as crianças e adolescentes;
- Convenções com clínicas privadas para garantir acesso;
- Carreira própria para médicos dentistas.

7. Valorização das carreiras técnicas de saúde

Os técnicos de saúde são essenciais e continuam subvalorizados no sistema.

O PPM propõe:

- Criação de carreiras técnicas com estatuto próprio por especialidade (ex.: terapia da fala, fisioterapia, diagnóstico);
- Concursos diferenciados, com critérios de mérito, estabilidade e progressão;
- Inclusão plena das especialidades técnicas nos cuidados primários e nos hospitais;
- Contratação obrigatória de terapeutas da fala em centros de saúde com valências pediátricas;
- Bolsas para formação superior e especialização técnica, com vínculo ao SNS;
- Participação das associações profissionais nos conselhos regionais de planeamento de recursos humanos.

Esta medida reforça a qualidade dos cuidados, a multidisciplinaridade e a resposta real às necessidades da população.

8. Formação médica e especialização

Portugal forma anualmente menos médicos do que precisa. O PPM propõe uma resposta estrutural:

- Aumento das vagas nas faculdades de medicina existentes;
- Acordos com universidades e hospitais privados para formação clínica prática, com financiamento público e regulação nacional;
- Criação de um Plano Nacional de Especializações Médicas, definindo as especialidades e regiões prioritárias para colocação de internos;
- Incentivos financeiros, habitacionais e de progressão para médicos que aceitem formar-se ou fixar-se em zonas de carência;
- Utilização dos hospitais regionais e unidades do interior como locais de formação prática, com supervisão acreditada;
- Programas de formação descentralizada em articulação com as Regiões Autónomas.

Formar mais, formar melhor, formar onde é preciso. E com retorno efetivo para o sistema público.

9. Capítulo especial – Região Autónoma dos Açores

Os Açores enfrentam desafios únicos: nove ilhas, baixa densidade populacional, dispersão geográfica, evacuações médicas regulares, escassez de especialidades.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O PPM defende um modelo sanitário próprio para a Região, plenamente integrado, mas com autonomia técnica e orçamental.

Propostas:

- Fundo permanente de compensação sanitária insular, com transferência direta da República para o Governo Regional;
- Autonomia plena do sistema de saúde regional: gestão, formação, contratualização e regulação próprias;
- Telemedicina universal nas ilhas mais pequenas, articulada com especialistas em Ponta Delgada, Terceira, Faial e Continente;
- Equipas móveis multidisciplinares de especialidade em rotação por ilha;
- Formação médica e especialização com vagas regionais e prioridade de fixação de internos;
- Convénios locais com clínicas e IPSS para garantir cobertura em fisioterapia, psicologia, saúde oral e cuidados domiciliários.

10. Capítulo especial – Região Autónoma da Madeira

A Madeira possui um sistema de saúde consolidado, mas demasiado centralizado no Funchal, com desigualdade de cobertura no norte e zonas altas. É necessário reforçar a descentralização interna e a autonomia regional de planeamento.

Propostas:

- Plano regional de descentralização dos cuidados de saúde primários com criação de USF em todos os concelhos;
- Autonomia funcional do SESARAM, com contratualização por metas e relatórios públicos;
- Convénios com clínicas locais e IPSS para suprir falhas do SNS nos prazos de resposta;
- Plataforma digital regional interoperável com o SNS nacional;
- Participação obrigatória da Região no Conselho Nacional de Saúde Territorial;
- Apoio à fixação de profissionais com incentivos regionais e vinculação contratual.

11. Compromissos políticos do PPM

O PPM compromete-se com os portugueses a executar, em quatro anos de legislatura, as seguintes medidas estruturais:

1. Reduzir em 50% as listas de espera para cirurgia, consulta e diagnóstico;
2. Implantar teleconsulta universal gratuita, 24h por dia;
3. Criar o cheque-saúde compensatório para quem não tiver resposta no SNS em tempo útil;
4. Integrar a saúde oral infantil e preventiva no SNS com acesso gratuito e contínuo;

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

5. Valorizar todas as carreiras técnicas de saúde, com concursos próprios e inclusão plena nos cuidados;
6. Estabelecer parcerias público-privadas para formação médica especializada, com financiamento público;
7. Criar o Fundo Nacional de Compensação para Insularidade e Interioridade;
8. Garantir financiamento da saúde até 6% do PIB, com metas anuais e fiscalização externa;
9. Reconhecer as regiões autónomas como sistemas de saúde próprios, com autonomia técnica e contratual;
10. Criar uma plataforma nacional de transparência, com dados abertos sobre tempos de espera, produção e indicadores de qualidade.

Medidas urgentes:

- 1. Descentralização da gestão:** Delegar maior autonomia aos hospitais e centros de saúde, com avaliação baseada em desempenho;
- 2. Dossier clínico único e digital:** Centralização segura dos dados de saúde, acessível em tempo real por qualquer profissional autorizado;
- 3. Revisão da carreira médica:** Incentivos à fixação de médicos no SNS, sobretudo em zonas carenciadas, com progressão baseada em mérito e dedicação ao serviço público;
- 4. Parcerias com o setor privado e social:** Colaboração estratégica para a resposta a picos de procura e partilha de tecnologias e infraestruturas;

5. Reforço da saúde preventiva: Programas digitais personalizados de prevenção e monitorização remota de doentes crónicos;

6. Digitalização administrativa completa: Automatização de processos burocráticos, marcações, prescrições e renovação de receituário, libertando tempo clínico;

7. Formação contínua em tecnologias de saúde: Capacitação dos profissionais para uso eficiente das novas ferramentas digitais;

8. Orçamento plurianual e sustentável: Financiamento estável, baseado em metas e resultados, com controlo público e transparência nos investimentos em inovação.

9. Fiscalização, ética e transparência: A saúde é um setor especialmente sensível à corrupção, à opacidade e à captura de interesses.

O PPM defende:

- Reforço dos órgãos de fiscalização independentes do SNS;
- Relatórios anuais obrigatórios de contas, tempos de espera e produção por unidade;
- Portal nacional de dados em saúde, acessível a todos os cidadãos;
- Comissões regionais de ética clínica e contratual, com representação comunitária;
- Auditoria externa obrigatória a todos os contratos público-privados em saúde.

10. Monitorização e indicadores

Não há política de saúde eficaz sem medição de impacto.

O plano do PPM estabelece indicadores de avaliação obrigatória:

- Tempo médio de resposta por especialidade, concelho e prestador;
- Taxa de fixação de médicos e enfermeiros por região;
- Percentagem de cobertura em saúde oral e saúde mental;
- Índice de satisfação dos utentes;
- Taxa de vacinação e cobertura de rastreios;
- Eficiência de contratualizações externas (custo por resultado).

Estes dados devem ser tornados públicos, monitorizados por entidade independente, e servir para ajustar recursos, corrigir falhas e premiar boas práticas.

11. Participação cívica e poder local

As comunidades devem poder participar ativamente no planeamento e avaliação da saúde:

- Conselhos Municipais de Saúde obrigatórios em todos os concelhos;
- Audições públicas anuais com utentes, associações, profissionais e autarquias;

- Participação das autarquias no planeamento dos serviços de saúde e na contratualização com prestadores locais;
- Financiamento de iniciativas comunitárias em literacia, prevenção e saúde pública.

12. O Sistema Nacional de Saúde do futuro

O novo SNS não é apenas um conjunto de hospitais e centros de saúde.

É uma rede articulada, digital, descentralizada, regulada e centrada na pessoa. O Estado regula, planeia, financia e fiscaliza. Os cuidados podem ser prestados por várias entidades — desde que com regras claras, metas e transparência.

Conclusão – Um novo contrato com os portugueses

O Plano Nacional de Saúde do PPM 2025 não é um exercício teórico. É uma proposta concreta de mudança de paradigma. Parte da realidade, reconhece os erros, valoriza os bons exemplos e aponta um novo caminho.

Este plano:

- Respeita a Constituição e os princípios do SNS;
- Reforça o papel do Estado como regulador, planeador e financiador;
- Reconhece a importância do setor privado, social e regional;
- Valoriza os profissionais e respeita o cidadão;
- Propõe uma verdadeira autonomia sanitária para Açores e Madeira;
- Tem metas, financiamento, calendário e fiscalização.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A saúde não pode continuar a ser uma promessa adiada. O povo português merece um sistema de saúde moderno, justo, plural, descentralizado e responsável.

O Partido Popular Monárquico está pronto a assumir esse compromisso.

Com verdade. Com coragem. Com Portugal inteiro. Portugal inteiro. Saúde por inteiro.

Dependências:

1. O novo paradigma: dependências como questão central da saúde pública nacional

Portugal enfrenta uma crise silenciosa, invisível e persistente: o alastramento das dependências em múltiplas formas, com consequências devastadoras para a vida das pessoas, das famílias e das comunidades. A abordagem atual é reativa, fracionada, institucionalmente dispersa e socialmente estigmatizante.

O PPM propõe uma revolução integral na abordagem das dependências, integrando esta realidade no coração do sistema de saúde, com respostas territorializadas, centradas nos cuidados primários e organizadas segundo os princípios da dignidade, da proximidade, da prevenção e da reintegração.

As dependências não são um problema periférico. São hoje um fenómeno transversal, que atinge todas as idades, géneros e estratos sociais.

Não podemos continuar a tratar este tema apenas dentro dos gabinetes das unidades especializadas ou em situações-limite. É nos centros de saúde, nas escolas, nas autarquias, nas famílias e nas comunidades que se joga a prevenção, o diagnóstico precoce e o início da recuperação.

2. Todas as dependências contam: abordagem abrangente, sem tabus

O PPM assume com frontalidade que o sistema de saúde deve reconhecer, diagnosticar e tratar todas as formas de dependência. O Plano Nacional de Saúde inclui uma abordagem transversal e integrada das seguintes tipologias:

- Álcool: consumo problemático, dependência crónica, padrões culturais normalizados.
- Drogas ilícitas: uso esporádico, recreativo ou dependente.
- Medicamentos: ansiolíticos, hipnóticos e outros psicotrópicos em uso prolongado.
- Jogo e apostas online: dependência comportamental com riscos crescentes entre jovens.
- Ecrãs e redes sociais: disfunção digital, isolamento e impacto emocional.
- Pornografia e sexualidade compulsiva: consumo problemático e oculto, muitas vezes associado a depressão ou trauma.
- Compras compulsivas e endividamento: descontrolo financeiro com impacto na saúde mental e familiar.

Cada uma destas dependências exige respostas clínicas, preventivas e comunitárias específicas, com equipas treinadas e redes articuladas.

Todas partilham, no entanto, a necessidade de um primeiro contacto rápido, próximo e não estigmatizante.

3. Cuidados de saúde primários: a linha da frente da nova abordagem

O PPM defende que os centros de saúde devem ser o primeiro ponto de contacto com o cidadão em situação de dependência. Isto implica:

- Criação de consultas regulares de dependências nos cuidados primários;
- Formação de equipas de saúde familiar alargadas, com médicos, enfermeiros, psicólogos e técnicos de intervenção comunitária;
- Capacidade de fazer rastreios em proximidade, de forma anónima e voluntária;
- Acompanhamento clínico e social contínuo e descentralizado;
- Articulação plena com escolas, IPSS, associações e juntas de freguesia.

4. Comunidades terapêuticas: pilares da recuperação estruturada

As comunidades terapêuticas são estruturas fundamentais para o tratamento e a recuperação de dependências. O PPM reconhece o papel histórico destas instituições, que muitas vezes operam com poucos recursos, grande dedicação e impacto concreto na mudança de vidas.

Distinguem-se duas grandes tipologias, ambas com valor e necessidade de apoio:

a) Comunidades Terapêuticas Simples

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

- Estruturas residenciais com programas de reabilitação social, emocional e comportamental;
- Foco na abstinência, reinserção e reconstrução de autonomia;
- Suporte por equipas técnicas com experiência em adições.

b) Comunidades Terapêuticas de Duplo Diagnóstico

- Estruturas especializadas para utentes com doença mental e dependência em simultâneo;
- Modelos integrados de psiquiatria, psicologia e reabilitação psicossocial;
- Articulação com o sistema hospitalar e os centros de saúde mental.

Medidas propostas:

- Apoio financeiro até 90% dos custos operacionais, através de linha específica do orçamento da saúde;
- Criação de novas comunidades, em zonas com défice de resposta, nomeadamente nas regiões autónomas e no interior do país;
- Garantia de conveniência pública a todas as comunidades licenciadas e com protocolo ativo;
- Avaliação de qualidade clínica e social com critérios públicos e auditáveis;
- Valorização das equipas e estabilidade de financiamento.

5. Referenciação rápida, eficaz e humana

Um dos grandes bloqueios no sistema atual é a morosidade, a burocracia e a falta de articulação entre os diferentes níveis de resposta.

O PPM propõe:

- Protocolos simples de referência direta dos centros de saúde e escolas para comunidades terapêuticas e gabinetes municipais;
- Criação de uma Plataforma Nacional de Referência em Dependências, digital, em tempo real, com base nos critérios clínicos e sociais;
- Compromisso de resposta em prazo máximo de 7 dias entre o diagnóstico e o encaminhamento formal para tratamento;
- Equipa coordenadora regional com capacidade de ativação de resposta imediata.

6. Autarquias: protagonistas territoriais na prevenção e apoio

As autarquias são os agentes públicos mais próximos dos cidadãos. São elas que conhecem as famílias, as escolas, os contextos. O plano do PPM atribui-lhes um papel central na estratégia de dependências:

- Participação nos gabinetes locais de prevenção;
- Apoio logístico e social a utentes e famílias;
- Promoção de ações comunitárias de literacia emocional e bem-estar;
- Colaboração nos programas de reinserção social e habitacional.

O sucesso de uma política de combate às dependências passa obrigatoriamente pela mobilização das câmaras e juntas de freguesia, em articulação com os centros de saúde.

7. Programa Nacional de Reinserção Sociolaboral – “Recomeçar com Dignidade”

A recuperação de uma dependência não está concluída sem um plano de reintegração profissional, habitacional e social.

O PPM propõe:

- Quotas de emprego protegido e estágios para utentes em fase de reintegração;
- Programas de formação certificada e reconversão profissional, com prioridade no IEFP;
- Apoio ao autoemprego e projetos sociais locais;
- Acesso prioritário a habitação social ou alojamento temporário protegido;
- Acompanhamento técnico durante 24 meses pós-tratamento.

Este programa será financiado pelo orçamento da saúde e cofinanciado por programas sociais e europeus, com gestão articulada entre ministérios, autarquias e IPSS.

8. Conclusão: uma política de proximidade, coragem e reconstrução

O Plano Nacional de Saúde do PPM propõe uma rutura responsável com o modelo atual de abordagem às dependências: do centro para a periferia, da rigidez para a flexibilidade, do estigma para a dignidade.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O compromisso é claro:

- Integrar todas as dependências nos cuidados primários;
- Financiar e expandir comunidades terapêuticas de qualidade;
- Agilizar os mecanismos de resposta;
- Reforçar o papel das autarquias;
- Acompanhar o utente até à sua reinserção plena na vida comunitária.

Portugal inteiro. Saúde por inteiro. E vidas inteiras reconstruídas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

LEGISLATIVAS 2025

Questões Prévias

Origem e fundamentos programáticos históricos do PPM

As raízes do PPM remontam a 1957, enquanto coligação política de monárquicos progressistas e oposicionistas ao Estado Novo. Em 1972, o Movimento Popular Monárquico, criado em 1950 e ativo no apoio à candidatura do General Humberto Delgado nas eleições de 1958, a Liga Popular Monárquica e a Renovação Portuguesa, criadas nos anos 60 do século passado, deram origem à Convergência Monárquica, que foi impedida pelo Estado Novo de concorrer às eleições de 1973.

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, a 23 de maio desse mesmo ano, foi fundado o PPM, por iniciativa da Convergência Monárquica, que havia então sido chamada, pelo Movimento das Forças Armadas, para colaborar na formação dos governos provisórios pós-revolução. Gonçalo Ribeiro Telles foi Subsecretário de Estado do Ambiente durante os governos provisórios, afirmando o PPM como o partido pioneiro da ecologia e ordenamento do território em Portugal.

Apesar de existirem várias linhas de pensamento no interior do partido, duas prevaleceram na ideologia do PPM desde a sua formação até à atualidade: o ecologismo militante de Gonçalo Ribeiro Telles e o municipalismo de João Camossa. Se a influência do primeiro está fortemente firmada no Portugal contemporâneo através dos Planos de Ordenamento do Território e do desenvolvimento da ecologia, a influência do segundo é mais difícil de estabelecer a nível histórico, já que pouco deixou escrito. João Camossa, advogado, brilhante orador, senhor de um conhecimento enciclopédico e anti-

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

salazarista militante, dedicava o seu tempo ao estudo e a conspirar contra o regime.

Porém, foram as suas palestras informais sobre a forma de organização social igualitária, a organização tradicional do país a partir das comunidades locais, a democracia direta, a descentralização administrativa e o direito das populações ao livre referendo, que galvanizaram os membros da Juventude Monárquica e indelevelmente marcaram o PPM até aos dias de hoje. Profundo conhecedor de Max Weber, nutria uma intensa desconfiança em relação ao idealismo de Hegel e aos ideários políticos que dele advêm, especialmente o marxismo político e o fascismo de Maurras e dos seus discípulos.

Um partido monárquico de todos e para todos

As monarquias europeias que sobreviveram aos dois grandes conflitos mundiais integram hoje – sem qualquer exceção - a seleta lista dos países mais prósperos do mundo. Falamos de países como a Suécia, os Países Baixos, o Liechtenstein, a Noruega, o Luxemburgo, a Dinamarca, o Reino Unido, a Bélgica, Andorra, o Mónaco ou a Espanha.

Estes países possuem, em geral, sociedades prósperas, com um alto nível de formação e sistemas democráticos que superam qualquer comparação internacional com muitos dos Estados republicanos. Constituem, igualmente, sociedades muito empenhadas em projetos de solidariedade internacional e marcadas pela forte identificação nacional, aspeto em que as respetivas Coroas possuem uma forte influência enquanto aglutinadoras do sentimento nacional e símbolos da continuidade histórica das respetivas identidades e projetos nacionais.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O comportamento das monarquias é também excecional no âmbito da lista de países referenciados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), incluído nos sucessivos Relatórios de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nele se constata que as monarquias ocupam os lugares cimeiros do índice do desenvolvimento humano.

O mesmo resultado se pode encontrar no índice que mede a qualidade de governo elaborada pela Universidade de Gotemburgo. Nele se constata que as monarquias, embora estejam em vigor em apenas 22% dos países do mundo, ocupam cerca de 50% das melhores classificações no que diz respeito à qualidade democrática das instituições governamentais.

Isto mesmo se prova através da análise de alguns indicadores internacionais que examinam a qualidade dos diversos sistemas políticos nacionais. O Índice de Democracia elaborado pela revista “The Economist” para examinar o estado da democracia em 167 países, analisa cinco categorias gerais: o processo eleitoral e pluralismo, as liberdades civis, o funcionamento do governo, a participação política e a cultura política. Em 2024, nos onze primeiros lugares mais bem classificados, estão presentes 7 monarquias: Noruega, Nova Zelândia, Suécia, Dinamarca, Países Baixos, Luxemburgo e Austrália.

Nesta república, fundada constitucionalmente em 1976, o PPM participa na vida democrática, tal como o fazia o Partido Republicano na Monarquia Constitucional. O que importa, em última análise, é o respeito pela vontade democrática do Povo Português.

Somos monárquicos porque defendemos um regime parlamentar monárquico. Os regimes democráticos modernos são, *grosso modo*,

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

caracterizados por três formas de organização política: presidencialismo, semi-presidencialismo e parlamentarismo.

Nos regimes presidencialistas, como nos Estados Unidos e maioria da América Latina, o chefe de Estado também é o chefe do governo e é eleito por sufrágio universal, ou seja, o chefe de Estado é um membro ativo do sistema político-partidário.

Os regimes semi-presidencialistas, como em Portugal, são sistemas híbridos, onde tanto o chefe de Estado como o Parlamento são eleitos por sufrágio universal e o chefe do governo é nomeado pelo chefe de Estado, mas é responsável perante o Parlamento. Tendencialmente, nestes regimes, o chefe de Estado também é um membro ativo do sistema político-partidário. Demasiado ativo, como o mandato do atual Presidente da República, comprovou em excesso.

Nos regimes parlamentares, o Parlamento é eleito por voto universal e o mesmo elege o chefe do governo. Nas repúblicas parlamentares, como a Itália ou a Irlanda, a chefia de Estado é um posto cerimonial, onde o chefe de Estado é eleito pelo parlamento e, usualmente, é um dos seus membros.

Nas monarquias parlamentares, o Parlamento é eleito por sufrágio universal e elege o chefe do governo, o qual é responsável perante o Parlamento que o elegeu. O chefe de Estado é um posto cerimonial e simbólico, onde a chefia de Estado é hereditária, permanente e, portanto, independente das quezílias político-partidárias, o que permite uma permanência e estabilidade que não existe no regime parlamentar republicano. A monarquia parlamentar está vigente em muitas das democracias mais avançadas do mundo.

O PPM está ciente da realidade de Portugal ser uma república semi-presidencialista.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Porém, o partido não se esgota na sua proposta da monarquia constitucional para Portugal. Não nos abstermos de toda a intervenção política democrática. Somos monárquicos, ecologistas, regionalistas, municipalistas, democrata-cristãos, humanistas e pacifistas.

Por isso, afirmamo-nos como um partido monárquico de todos e para todos: monárquicos e republicanos.

Um partido igualitário

O PPM defende a primazia das relações sociais heterárquicas sobre a hierarquia. Consideramos que todos somos iguais em deveres e direitos. Para o PPM o chefe de Estado, independentemente do regime, deverá ser o *primus inter pares*. Porém, o chefe de Estado a única exceção, que confirma a regra. Defendemos um profundo igualitarismo nas relações sociais e de trabalho no Estado e administração pública e nas relações sociais em geral. Porém, entendemos a necessidade da existência de alguma hierarquia nas relações sociais de trabalho, com origem exclusiva no mérito. Porém, as relações entre as pessoas deverão ser primariamente caracterizadas pelo respeito mútuo entre os cidadãos e não pela distinção de classes sociais e coerção.

Sobre a democracia

Consideramos a democracia como a responsabilidade ilimitada de toda uma população, por tempo indeterminado, pelas escolhas de uma maioria num determinado momento. Ou seja, a democracia implica a responsabilidade e não é correto inferir que a maioria tem sempre razão. Porém, um aspeto essencial do jogo democrático, desde que as regras do mesmo sejam respeitadas, é permitir a manutenção e a alternância do poder sem recurso à

violência. Assim, consideramos que o regime democrático está longe da perfeição, mas, não obstante, é a melhor alternativa para governar uma sociedade. Como disse Winston Churchill, a democracia é o pior regime político que existe com exceção de todos os outros.

Todavia, a democracia não se deve esgotar num regime representativo. O PPM considera importante a despartidarização da máquina administrativa do Estado e a implementação da democracia direta nos municípios. Quanto a nós, a nível local, os cidadãos deveriam poder votar em indivíduos e não serem obrigados a votar em listas partidárias ou de independentes. Também, a ferramenta política do referendo é essencial para a implementação da vontade das maiorias nos diferentes contextos. E, desde que legalmente enquadrado, tudo pode ser referendado. Um exemplo da eficiência da democracia direta e do referendo na administração local é a Suíça.

Ordenamento do território e descentralização administrativa

A centralização da administração pública em Lisboa e nas capitais de distrito é uma das causas dos desequilíbrios e desigualdades entre o litoral, tendencialmente afluente e com grande carga demográfica e o interior, pobre, envelhecido e desertificado. Consideramos que o Estado controla a ferramenta perfeita para mitigar as assimetrias entre o litoral e o interior: a localização física dos organismos centrais e regionais da administração pública. Na era dos satélites e da comunicação digital, quando em Portugal existe uma boa rede de rodovias, ferrovias e cobertura de correios, o país não pode ser sacrificado às tendências centralizadoras das grandes cidades.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Julgamos, também, que a descentralização da administração pública deverá ser processada gradualmente, de forma a proteger os interesses e postos de trabalho dos funcionários.

Regionalização, por um Portugal das Regiões

Apesar de ser um pequeno país, Portugal é constituído por uma série de regiões naturais muito distintas. O PPM considera que as populações, a nível local e regional, têm mais capacidade para resolver os seus próprios problemas. Defendemos que todas as regiões do país, e não só os Açores e Madeira, têm direito a possuir um elevado grau de autonomia política e administrativa.

Política Internacional

O PPM é um partido pragmático. Interpretamos as relações internacionais à luz do realismo ofensivo de John Mearsheimer. Segundo Mearsheimer e a escola do realismo ofensivo, as interações entre as potências são primariamente conduzidas pelo desejo de conquistar hegemonias regionais e supra-regionais num sistema internacional anárquico.

Na nossa interpretação da realidade, o mundo é perigoso e Portugal é um pequeno país, ultra-periférico, envelhecido, relativamente pobre e parco em recursos naturais. Um país como Portugal, com capacidades militares e económicas muito limitadas, deverá resguardar os seus interesses através da diplomacia e da cooperação e evitar, a todo o custo, o seu envolvimento em conflitos armados. As políticas da administração Trump mostraram até que ponto a nossa interpretação histórica da realidade internacional, que data da nossa fundação (1974), está correta.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Não devemos envolver-nos em conflitos internacionais e muito menos no continente europeu. Sempre que o fizemos na nossa secular história, no período que antecedeu a Crise Dinástica de 1383-1385, no contexto da “Guerra dos Cem anos”, durante o tempo da Monarquia Hispânica (1580-1640) e a política de casamentos dinásticos que a provocou, durante as Invasões Francesas (1807-1811) e no período que antecedeu (perda de Olivença, em 1801) ou durante o envolvimento português durante a I Guerra Mundial (1916-1918), as consequências para o país foram dramáticas e colocaram mesmo em causa a independência nacional.

A Questão da sigla roubada: a AD

O PPM integrou todas as coligações que utilizaram a designação «AD – Aliança Democrática» ou “Aliança Democrática”. A utilização dessa sigla por uma coligação que agora o exclui, constitui uma apropriação indevida da sua identidade histórica.

A designação “AD – Aliança Democrática” foi criada em 1979, por uma coligação entre o PPD (hoje PSD), o CDS e o Partido Popular Monárquico (PPM). Esta coligação histórica apresentou-se às eleições legislativas de 2 de dezembro de 1979 e de 5 de outubro 1980, tendo vencido ambos os escrutínios e governado o país sob essa identidade. Desde então, a sigla “AD”, que são as iniciais da designação “Aliança Democrática”, tornou-se amplamente reconhecida como expressão conjunta das três forças fundadoras.

Trata-se de uma ligação de 46 anos, que moldou a identidade política do PPM e que é reconhecida pelo eleitorado como tal. O propósito de excluir o PPM da coligação “AD” e, ainda assim, manter a mesma sigla, não representa uma

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

simples mudança administrativa — mas sim uma apropriação indevida de uma sigla de grande significado histórico e simbólico, que desvirtua o significado original da designação e induz o eleitor em erro.

O PPM foi, desde o início, parte integrante da “AD” e nunca deixou de estar associado à mesma sempre que esta coligação foi reativada ou referida em campanhas eleitorais, debates parlamentares ou memória política. Mesmo em 2024, nas eleições europeias de 9 de junho, a sigla “AD” foi utilizada por uma coligação composta por PSD, CDS e PPM, e o próprio boletim de voto apresentava essa identidade comum.

Constate-se que a sigla “AD” é o elemento crucial na identificação da coligação. É o símbolo de promoção mediática da coligação, presente em todos os espaços televisivos, eletrónicos e suportes físicos. Ninguém diz “Aliança Democrática”. Todos designam a coligação abreviadamente por “AD”.

Defende o Tribunal Constitucional, no Acórdão n.º 301/2025, que a confusão registada, nas eleições legislativas nacionais de 2024 - que foram assinaladas e denunciadas pelos dirigentes do PSD e pelo próprio Primeiro-Ministro - e que motivaram mesmo um pedido de intervenção, por parte do PSD, junto da CNE, no próprio dia da realização das eleições para que esta última entidade procedesse à identificação das diferenças entre o partido ADN e a “Aliança Democrática”, se deveu à semelhança entre a designação do partido “Alternativa Democrática Nacional” e a coligação, então designada apenas como “Aliança Democrática”.

O partido ADN obteve mais 90% dos votos nas eleições de 2024, por comparação com os resultados obtidos nas eleições anteriores, porque alguns eleitores confundiram a sigla do ADN com a AD. Mas como é que isso aconteceu, se a sigla AD não constava do boletim de voto nas eleições

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

legislativas nacionais de 2024? Precisamente por isso, porque não constava no boletim de voto.

Alguns eleitores – acabaram por ser muitos – votaram na única sigla AD que encontraram no boletim de voto. Ainda por cima, as letras AD da sigla ADN destacam-se do N, na medida em que estão grafadas a branco e o N a amarelo. Foi por isso que a “Aliança Democrática” agregou a sigla AD à sua designação nas eleições europeias de 9 de junho de 2024, disputadas apenas três meses depois. Passou então a designar-se por AD - Aliança Democrática, tal como sucedeu em 1979 e 1980.

O elemento de confusão crucial reside, precisamente, na sigla AD. Na sua presença ou ausência da sigla de voto. Tem 46 anos de existência e o PPM sempre esteve lá, no âmbito das eleições legislativas nacionais e europeias. A sua utilização por outros, que não também o PPM, muda a sua natureza. Significa uma apropriação ilegítima de uma designação que tem um carácter histórico e identitário e prejudica gravemente o PPM, uma vez que uma parte do eleitorado que vota AD, não se aperceberá que, desta vez, o PPM não integra esta nova AD, que é uma apropriação ilegítima de um património político, que não pertence só ao PSD e ao CDS-PP.

O PPM está a ser amplamente prejudicado nestas eleições e por isso estamos a disputar as mesmas sob protesto.

O partido entregará, ainda antes do início da campanha, nos termos do artigo 34.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, apresentará, junto do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, uma petição contra o Estado Português, por violação dos artigos 10.º, 11.º e 14.º da mesma Convenção, solicitando o seguinte:

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

1. Que o Tribunal declare a violação dos artigos 10.º, 11.º e 14.º da Convenção pelo Estado Português;
2. Que o Estado Português seja condenado ao pagamento de indemnização pelos danos morais, políticos e institucionais sofridos;
3. Que o Tribunal recomende ao Estado Português a revisão dos mecanismos legais e administrativos de anotação de coligações eleitorais, garantindo a proteção da identidade dos partidos e a clareza democrática;
4. Que sejam determinadas medidas adequadas para prevenir a repetição de violações semelhantes no futuro.

O PPM espera que lhe seja feita justiça. Sabemos pelo menos uma coisa: o PSD, este PSD de Montenegro e de Hugo Soares, preparou a humilhação do nosso partido. Respondemos com honra e pundonor. Um partido com a nossa História, sempre ao serviço de Portugal e dos portugueses, não pode ser desprezado, humilhado e descartado como se fosse lixo. Vamos lutar com a galhardia que se espera sempre de todos e cada um dos portugueses de bem, conscientes da sua História e com a noção de honra que nos foi legada pelos nossos ancestrais.

Sumário

O PPM concorre às eleições legislativas de 2025 na certeza de que a divulgação do seu programa e a sua implementação pelo grupo parlamentar a eleger, podem fazer uma grande diferença para o desenvolvimento das pessoas e dos sítios de Portugal nos próximos quatro anos. A razão desta certeza está não só na relevância das propostas, mas também na possibilidade

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

de constituir acordos parlamentares com diversos partidos para o apuramento, aprovação e implementação das medidas propostas.

Defendemos a soberania das pessoas e dos sítios de Portugal. Aposta-se numa Europa das nações, promotora da paz e do desenvolvimento.

Reforçamos a subsidiaridade na gestão da rés-pública designadamente respeitando e estimulando as famílias, as comunidades, as empresas e o poder local na oferta de bens e serviços públicos, nomeadamente na educação e na saúde.

Somos pela representação democrática das pessoas e dos sítios, designadamente pela criação de um círculo de compensação que consubstancie a representação proporcional prevista na Constituição.

Argumentamos e agimos pela promoção da paz e do desenvolvimento sustentável, pela defesa de estratégias que promovam a interação criadora das pessoas no espaço e não o seu isolamento e destruição.

Em suma, contamos com os eleitores para criar um grupo parlamentar autónomo que, em diálogo construtivo com as outras forças políticas, melhore a saúde e a educação, reduza a dívida, lance infraestruturas viáveis e benéficas, integre imigrantes e - com as famílias, as comunidades, as empresas, as autarquias e os serviços do Estado - promova o desenvolvimento sustentável das pessoas e dos sítios de Portugal.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

Introdução

Este texto sistematiza as ideias e propostas do Partido Popular Monárquico para as eleições para Assembleia da República de 18 de maio de 2025. O Partido Popular Monárquico apresenta candidatos a todos os círculos de Portugal continental, na Madeira e nos círculos da emigração, mantendo nos Açores a coligação com os outros dois partidos que integram o Governo Regional dos Açores conjuntamente com o PPM.

Nos Açores, a questão que se colocou foi a lealdade com aqueles com quem partilhamos a responsabilidade da governação da Região Autónoma desde 2020. Esta situação, apesar de fragilizar a nossa posição jurídica no âmbito do processo de contestação à formalização de uma AD no território continental e na Madeira sem o PPM, não podia ser colocada em causa. O PPM honra sempre os seus compromissos.

O objetivo do Partido Popular Monárquico é eleger um Grupo Parlamentar, que proponha legislação e apoie legislação e uma governação promotora do desenvolvimento sustentável das pessoas e dos sítios de Portugal, não só propondo medidas próprias, mas também ajustando soluções propostas pelas outras forças políticas no respeito dos princípios estruturantes do Partido Popular Monárquico, que são:

1. A defesa inequívoca do valor inalienável da vida humana e dos seus direitos.
2. A soberania das pessoas e dos sítios de Portugal.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

3. A subsidiaridade na gestão da rés-pública, que envolve famílias, empresas e poderes locais.
4. A defesa da representação democrática das pessoas e dos sítios.
5. A promoção da paz e do desenvolvimento sustentável.
6. A defesa de políticas funcionais e humanistas em todos os setores.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

público, respetivamente. Custou cara a Portugal a redistribuição sem crescimento de António Guterres e o facilitismo do Déficit do Estado de José Sócrates.

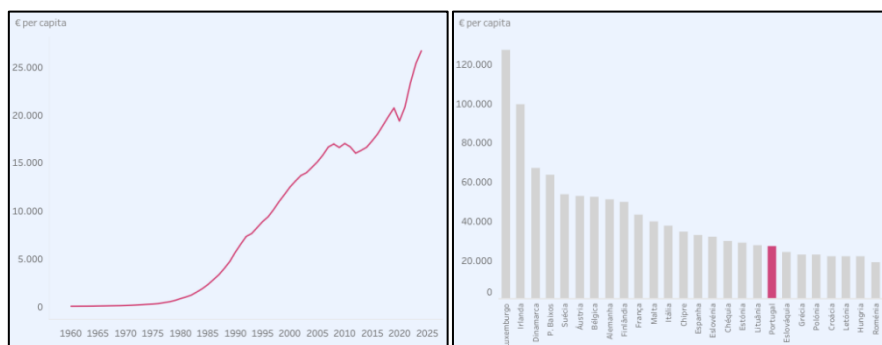


Figura 1: a) Produto interno bruto (PIB) per capita; b) Posicionamento na Europa. Fonte: PORDATA



Figura 2: a) Percentagem da Dívida Pública; b) Posicionamento na Europa. Fonte: PORDATA

O peso da Dívida Pública no Produto Interno Bruto subiu depois da revolução com governos de esquerda, estagnou nos primeiros governos da AD com o PPM, subiu para 60% no governo de Mário Soares, estagnou com os governos

de Cavaco Silva nos 60%, voltou a crescer com Mário Soares e disparou para 140% em 2010, com José Sócrates. Começou a reduzir em 2015, agravou-se justificadamente durante a pandemia e baixou para perto de 100% recentemente.

É bom lembrar que, com exceção dos anos de crise grave como os da pandemia, o déficit público e a dívida pública são um problema e não uma solução para a economia do país; cria um impulso quando cresce, mas reflete-se num atraso ao longo dos anos em que tem de ser paga, reduzindo as possibilidades de investimento do setor produtivo.

Sociedade

Os anos de crise provocadas por más políticas refletem-se na pobreza. Os anos de aumento da dívida e de deficit aumentaram o desemprego de longa duração (Figura 3).

Os anos de crescimento do deficit e da dívida de José Sócrates implicaram um aumento das taxas de juro e um agravamento nos atrasos do pagamento da habitação (Figura 4).

Atrasos que continuam a ser elevados e, quando comparados com países europeus, indicativos de que a pobreza não depende apenas do produto per capita, mas também de políticas que afetam a acessibilidade à habitação e ao emprego.

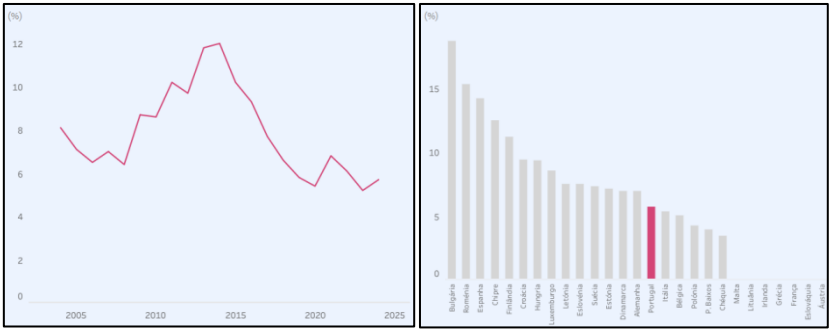


Figura 3: a) Atrasos no pagamento de habitação (%); b) Posicionamento na Europa. Fonte: PORDATA

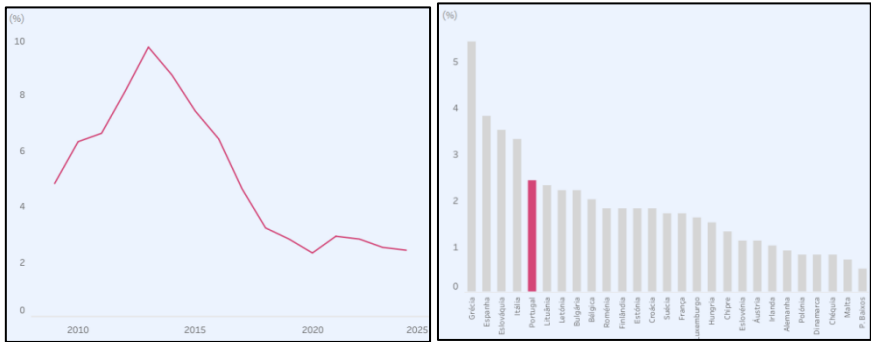


Figura 3: a) Taxa de Desemprego Longo Prazo (%); b) Posicionamento na Europa. Fonte: PORDATA

Ambiente

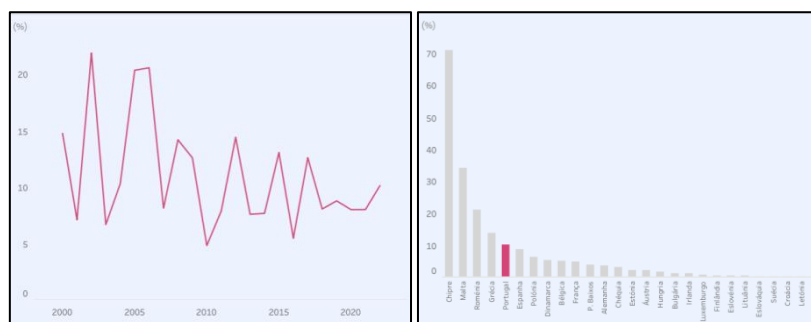


Figura 5: a) Percentagem de uso da água e b) Posicionamento na Europa,
Fonte: PORDATA

A percentagem de uso da água (Figura 5) continua a ter uma grande dependência das condições climáticas que poderiam ser mitigadas com o uso do solo que orientado não só para a produção agro-silvo-pastoril, mas também para a produção mais regular de água de qualidade, naturalmente associada ao desenvolvimento sustentável da paisagem. Para que a água flua no meio ambiente, o importante é reduzir o stress hídrico.

Importante é sabermos que Portugal é dos países europeus mais bem colocados em termos de emissões líquidas de gases com efeito de estufa (Figura 6), não só porque temos melhor conforto bioclimático, cidades ainda relativamente concentradas, crescente penetração de energia renovável e produto per capita de meios da tabela, mas também porque temos das taxas mais elevadas sobre os combustíveis fósseis.

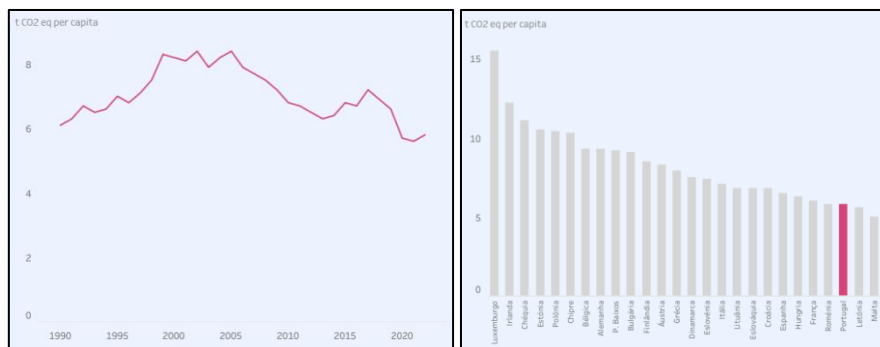


Figura 6: a) Emissões líquidas de gases; b) Posicionamento na Europa.

Fonte: PORDATA

Dado que a emissão de gases de efeito estufa é um problema global, é importante que na política externa exijamos o aumento das taxas sobre combustíveis fósseis aos nossos parceiros do Norte da Europa até porque que esse ajustamento ajudaria a transferir investimento para as regiões europeias que dependem relativamente menos dos combustíveis fósseis per capita, como é o nosso caso, isto tendo em conta o nosso potencial na produção de energia a partir de fontes renováveis.

Bens e Serviços Públicos

O número de pessoas com ensino superior vem aumentando sistematicamente, com exceção dos últimos anos. Este indicador é certamente um bom sinal, embora comparativamente ao que existe na Europa, as expectativas são para se passar dos atuais 40% para os 60%, mais ainda se seguirmos o exemplo dos países mais desenvolvidos.

A questão é ter capacidade para projetar investimento que seja capaz de mobilizar o aumento do capital humano que Portugal tem vindo a preparar

ao longo dos anos. De notar que, enquanto no ensino secundário do Estado não há concorrência entre escolas e as escolas do Estado são tendencialmente piores dos que as escolas privadas, o mesmo não acontece no ensino universitário do Estado, em que as Universidades concorrem entre si para conseguirem alunos e apoios para a investigação.

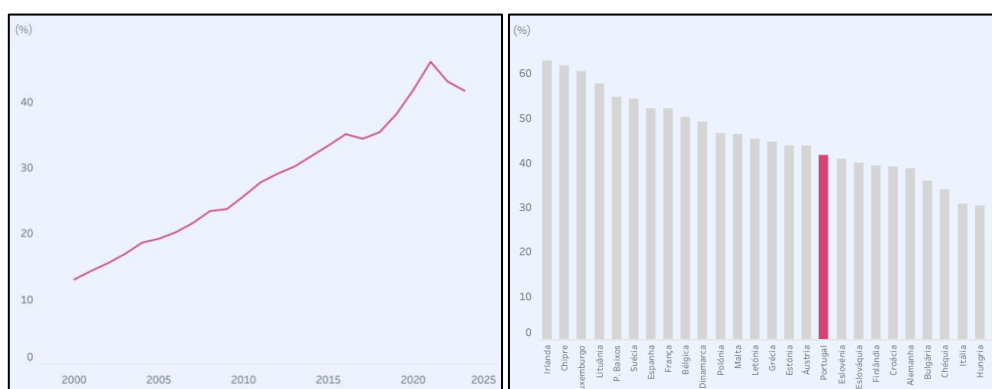


Figura 7: a) Pessoas 25-34 ensino superior; b) Posicionamento na Europa. Fonte: PORDATA

Na saúde, com exceção nos anos de crise financeira, os gastos têm vindo sempre a aumentar resultando genericamente numa melhoria nos indicadores de saúde da população. Também neste caso é patente o bom resultado que a concorrência entre unidades prestadoras de serviços de saúde possibilita.

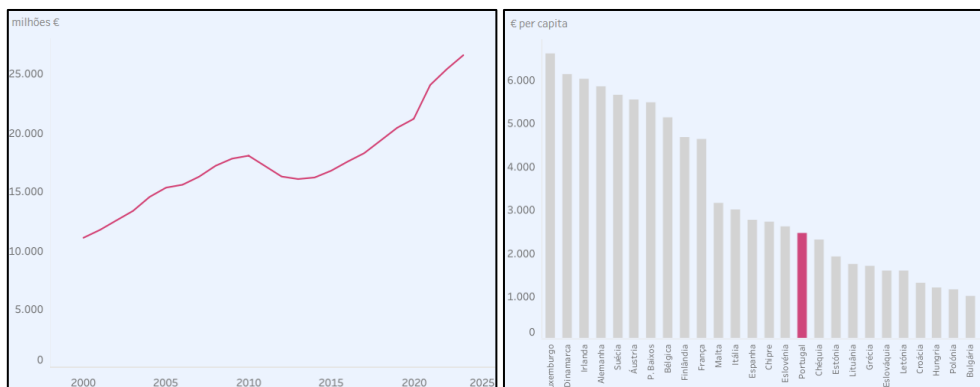


Figura 8: a) Despesa corrente em saúde; b) Posicionamento na Europa.

Fonte: PORDATA

Imigração

Porventura o tema mais urgente que Portugal tem de tratar é o da explosão no número de imigrantes e os consequentes desafios da sua integração, que desafiam um muito melhor desempenho dos serviços públicos e a capacidade de acolhimento das empresas e municípios de Portugal.

Portugal integrou os retornados de Angola e Moçambique, cerca de 600 mil, que, pelo seu espírito empreendedor permitiram um crescimento económico sem precedentes na década de 80 do século XX, logo que foram superadas as graves consequências das nacionalizações selvagens. É importante que o faça também com os imigrantes que nos chegam de todo o mundo, que já são cerca de 1.5 milhões de pessoas.

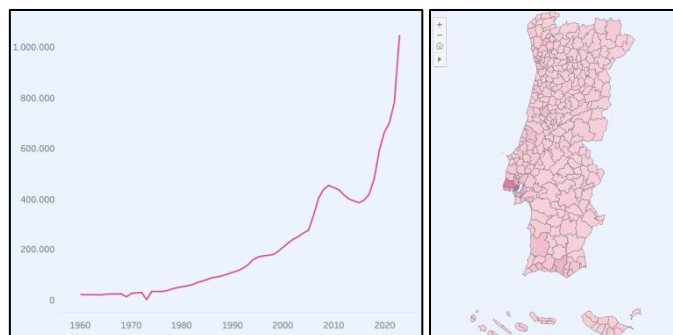


Figura 9: a) População estrangeira legal; b) Posicionamento na Europa.

Fonte: PORDATA

Sistema Eleitoral

A relação entre a população e o sistema político afere-se pela abstenção. Temporalmente vai crescendo, com exceção das últimas eleições legislativas onde o partido Chega terá conseguido mobilizar muitos abstencionistas. No entanto, a abstenção também varia espacialmente curiosamente nos círculos onde à mais votos inúteis devido à inexistência de um Círculo de Compensação.



Figura 9: a) Evolução da Abstenção; b) Distribuição Espacial da Abstenção. Fonte: PORDATA

Problemas, estratégia e objetivos

Diagnóstico

A pobreza relativa dos portugueses e a insustentabilidade dos sítios de Portugal são devidos pelo mau desempenho da economia e pelo desordenamento do território.

O mau desempenho da economia deve-se à má gestão dos bens e serviços públicos - na educação, na saúde - a que se associa um mau aproveitamento dos impostos cobrados e naturalmente no seu peso excessivo para as empresas e para as famílias que, quando podem, se manifestam movimentando-se para outros países onde os impostos que lhes são cobrados obtêm melhores resultados na provisão de bens e serviços públicos.

O desempenho da economia também depende de fatores externos positivos e negativos, que podem ser potenciados ou mitigados através das relações externas de Portugal no cumprimento da sua vocação de serviço ao mundo, que lhe dá identidade, independência e liberdade e, face à forma como encaramos a integração de imigrantes, sustentabilidade e desenvolvimento.

O desordenamento do território resulta do abuso do poder e inconsistência dos instrumentos que influenciam a ocupação do espaço e dos fenómenos formais e informais de corrupção, que ocorrem sempre que há abusos de poder e, naturalmente, também do desenho das infraestruturas de transportes, comunicações, energia, abastecimento de água e reciclagem de resíduos, que se reflete no acesso à habitação, aos transportes e ao emprego, na degradação do território no na expansão urbana cara e disfuncional.

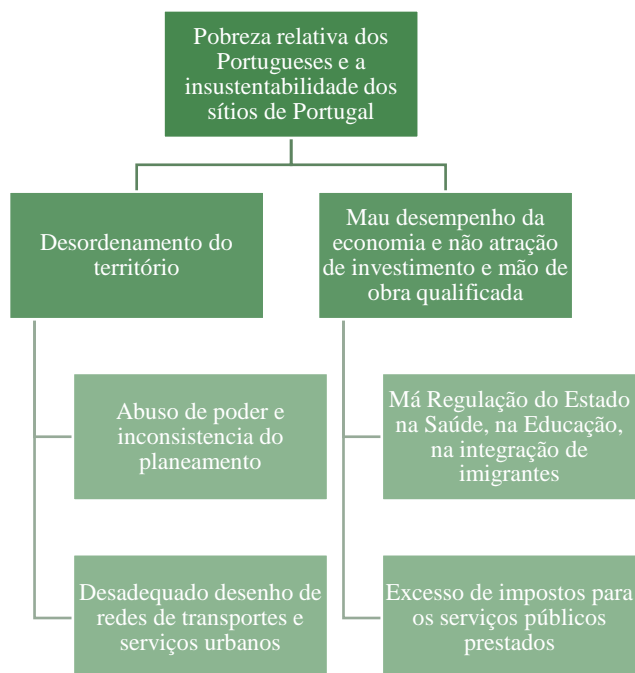


Figura 10: Diagnóstico da Situação de Portugal (PPM)

Estratégia

Todos os partidos reconhecem a verdade dos factos, embora possam apresentar razões e responsabilidades diferentes para os mesmos e, consequentemente, proporem estratégias alternativas para bem das pessoas e dos sítios de Portugal. Cabe às pessoas, nos seus círculos eleitorais, escolherem e responderem pelas consequências da sua escolha.

Os partidos ideológicos de esquerda assumem que o Estado deve produzir grande parte todos os bens e serviços públicos e uma parte significativa dos privados, advogando um maior peso do Estado na economia para benefício de poder daqueles em quem confiam, e prefere o isolamento económico ao aumento das relações com a Europa e com Mundo.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

No entanto é patente que os resultados não são brilhantes: a coletivização dos anos da revolução e o isolamento prévio à integração europeia não geraram desenvolvimento, a distribuição sem geração de produto do governo de António Guterres levou à estagnação, e a economia baseada na dívida promovida por José Sócrates conduziu ao desastre que tivemos que pagar com aumento de impostos e degradação dos salários da função pública conduzida por Passos Coelho e à redução do investimento público permitida por António Costa.

Alguns partidos ideológicos de direita, poderão ajudar, conjuntamente, a reduzir o peso do Estado com a delegação da provisão de bens públicos às empresas privadas em concorrência, mas falham na atuação consistente no ordenamento do território. O apoio à alteração recente da Lei dos Solos, sem calibração de impostos territoriais, é disso prova.

Finalmente, os partidos mais populistas – como o PSD, o PS e o Chega - que moldam as suas campanhas e as suas políticas ao imediatismo de cada ciclo eleitoral, tendem a propor medidas conjunturais de gestão tendo dificuldade de implementar políticas estruturais.

Não promovem a concorrência entre escolas e entre hospitais porque têm medo de hostilizar os professores e os médicos, não reduzem a dívida pública e o peso do Estado porque perdem clientelas, promovem infraestruturas e políticas que permitem a corrupção formal por transferências de riqueza fundiária, e têm medo de enfrentar os novos desafios como o crescimento da imigração ou as ameaças à globalização e à paz, transferindo para Bruxelas essa responsabilidade.

A estratégia proposta pelo PPM envolve aproveitar a sua potencial posição de charneira entre partidos diferentes, propor e fazer aprovar, com racionalidade, pequenas alterações na legislação que fazem toda a diferença

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

para benefício dos portugueses e de Portugal: O círculo eleitoral de compensação; a referência do Imposto sobre Imóveis ao custo dos serviços urbanos de vizinhança; a calibração das indemnizações compensatórias para os agricultores à geração continuada de água de qualidade e ao emprego, resultantes do uso do solo; a concorrência entre escolas e entre hospitais na produção de serviços públicos de educação e de saúde à semelhança do que ocorre nas Universidades; a transferência das competências de acolhimento de imigrantes para as autarquias.

Objetivos

O mau desempenho da economia deve-se à má gestão dos bens e serviços públicos - na educação, na saúde -, a que se associa um mau aproveitamento dos impostos cobrados e, naturalmente, no seu peso excessivo para as empresas e para as famílias que, quando podem, se manifestam movimentando-se para outros países onde os impostos que lhes são cobrados têm melhor resultados na provisão de bens e serviços públicos.

O desempenho da economia também depende de fatores externos positivos e negativos que podem ser potenciados ou mitigados através das relações externas de Portugal no cumprimento da sua vocação de serviço ao mundo que lhe dá identidade, independência e liberdade e, face à forma como encaramos a integração de imigrantes, sustentabilidade e desenvolvimento.

O desordenamento do território resulta do abuso do poder e inconsistência dos instrumentos que influenciam a ocupação do espaço e dos fenómenos formais e informais de corrupção que sempre ocorrem quando há abusos de poder e, naturalmente, também do desenho das infraestruturas de transportes, comunicações, energia, abastecimento de água e reciclagem de

resíduos que se reflete no acesso à habitação, aos transportes e ao emprego, na degradação do território no na expansão urbana cara e disfuncional.

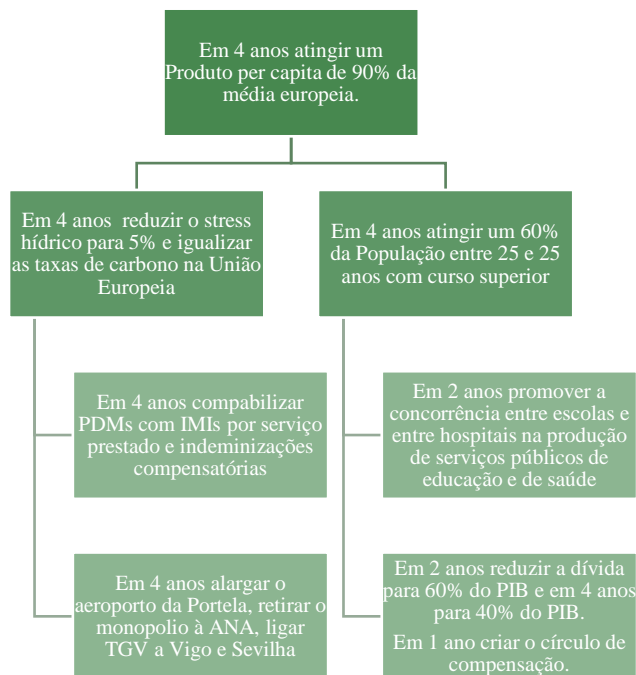


Figura 10: Objetivos e Metas (PPM)

Medidas Transformadoras de Carácter específico

1. Promover a concorrência entre escolas e entre hospitais

Já existe liberdade de escolha dos alunos universitários e o resultado é que as universidades portuguesas públicas não só são as melhores do país, mas também conseguem competir com sucesso em termos internacionais. Isto porque são financiadas apenas com o número de alunos que conseguem atrair e os projetos de investigação que conseguem ganhar.

A liberdade na escolha para as escolas, apoiadas igualmente de acordo com o número de alunos - sejam elas do Estado, privadas ou sociais – e o prémio às

escolas e professores que conseguem melhorar o seu desempenho aferido pelas classificações de provas gerais, permitem melhorar o desempenho das escolas e dos alunos e reduzir os custos globais de ensino. Tudo isto contemplando a correção das assimetrias regionais, em termos de recursos, pelo Estado.

Também do domínio da saúde já existe muita concorrência entre os vários hospitais privados e o público por escolha livre dos utentes que podem pagar. É importante que essa escolha seja a largada a todos os portugueses sendo os hospitais e seus agentes remunerados pelos atos médicos. Isso permitirá reduzir o custo dos serviços de saúde e aumentar o seu desempenho.

2. Redução dos impostos sobre rendimento, uniformização do IVA e redução da Dívida Pública

A melhoria da gestão dos setores da saúde e da educação apoiada pelo Estado e a melhoria do seu desempenho, cria a possibilidade para a redução dos impostos sobre o rendimento, algo que atrai sempre mão de obra qualificada e investimento que a emprega. Permite a redução da Dívida Pública.

A redução da Dívida Pública promove o crescimento porque uma parte cada vez maior do produto gerado não é drenado para pagamento do serviço da dívida, para além do facto de tornar a democracia mais responsável, em que os eleitores responsabilizam os políticos eleitos pela boa ou má gestão dos impostos que pagam.

3. Calibrar o apoio as reservas agrícola e ecológica com base no uso do solo e emprego e água de qualidade gerados.

As indemnizações compensatórias não estão ligadas ao uso sustentável do território sonhado com a criação das reservas agrícola e ecológica e de áreas protegidas pelo Arquiteto Gonçalo Ribeiro quando Ministro da Qualidade de Vida do Governo, que integrava o PPM entre 1979 e 1983.

A ligação das indemnizações compensatórias à geração de emprego e de água nas reservas agrícolas e ecológicas fomentam o ordenamento justo, eficiente e sustentável do território.

4. Terminar a tragédia do igualitarismo espacial, reduzir os impostos para a habitação e calibrar o IMI pelo custo dos serviços urbanos na vizinhança.

O problema da habitação em Portugal é devido aos investidores não responderem com mais oferta ao aumento dos preços, por desconfiança com as más políticas e intenções dos governos, preferindo a espera da especulação ao risco do investimento.

Para resolver o problema é fundamental eliminar o regime de passe social com base no custo médio de transporte e não com base no custo marginal de transporte. Em primeiro lugar, porque a subsidiação cruzada do passe social médio obriga ao monopólio nos transportes, algo que reduz a eficiência e estimula o transporte privado para quem pode.

Em segundo lugar, porque o custo uniforme de transporte faz subir o preço das habitações na periferia, colocando ainda mais longe os que procuram emprego nos centros.

Em terceiro lugar, porque a artificialidade do preço uniforme de transporte público não dá confiança aos investidores para reagirem ao aumento relativo dos preços das habitações na periferia. Finalmente, o preço uniforme de transporte promove a expansão urbana aumentando o custo económico,

social e ambiental das cidades, que assim ficam menos competitivas e menos desenvolvidas.

5. Reformar o sistema eleitoral introduzindo um círculo nacional de compensação.

O sistema eleitoral em Portugal não é de representação proporcional como exige a Constituição. Foi desenhado assim para que os partidos do centro se alternem no poder. O que está a suceder é um rotativismo partidário no poder entre o PS e o PSD, que repete em tudo, até nos vícios e na distribuição espacial dos votos, o rotativismo monárquico entre o Partido Progressista (que representava o centro-esquerda do regime) e o Partido Regenerador (centro-direita do regime).

No entanto, muita gente perdeu a utilidade do seu voto nos círculos mais pequenos, longe dos grandes centros e os partidos mais extremos entram e saem, de rompante, no Parlamento, provocando crises políticas ou fazendo chantagem com as suas políticas mais radicais. A experiência dos Açores, onde há círculo de compensação, demonstra que há maior representação dos interesses dos eleitores e que as mudanças no Parlamento são menos bruscas.

A adoção do círculo de compensação nas eleições nacionais é uma obrigatoriedade constitucional e um passo fundamental para a ligação entre os eleitores e os eleitos. Queremos, também, consagrar o sistema de listas eleitorais abertas no âmbito das eleições para a Assembleia da República, no sentido de permitir que os cidadãos possam ordenar livremente os candidatos propostos pelos partidos;

6. Duplicar a pista da Portela e retirar o monopólio dos aeroportos de Lisboa à ANA

O estudo de localização do novo aeroporto de Lisboa foi feito sem ser considerada a alternativa de alargamento da Portela e sem analisar o impacto que a localização mais longe de Lisboa implicaria na redução do tráfego, designadamente das viagens de turistas e de residentes nas ilhas que naturalmente viajarão menos se o custo aumentar muito com a necessidade de acrescentar ao custo do voo o custo do transporte terrestre mais longo.

No entanto, os dados fornecidos permitem estimar que, se o custo do alargamento da Portela for inferior a 7000 milhões de euros, então vale a pena começar por aumentar a capacidade do aeroporto da Portela e, uma vez terminada a concessão monopolista à ANA, permitir que investidores privados construam ou reconstruam outros aeroportos (em Alcochete, a Ota, em Alverca, em Tires). Certamente é mais barato para Portugal e menos perturbador do tecido urbano da grande Lisboa e naturalmente melhor para quem viaja das Ilhas, do Norte, do Algarve e da Europa, que se situa a duas horas de voo.

7. Promover o aeroporto de Leiria-Fátima em Montalegre para ligação internacional da Região Centro

Não se justifica um aeroporto em Leiria- Fátima em Montalegre, para quem vai de Lisboa ou do Porto. No entanto, justificar-se-á esse aeroporto para quem do estrangeiro quer chegar à Região Centro, que é uma das regiões com maior potencial de desenvolvimento do país. Basta que integrem a gestão civil no aeroporto com a gestão militar, como se tem feito com o aeroporto da Portela e o Aeroporto das Lajes e deem possibilidade à iniciativa privada de investir. Certamente, a concorrência deste aeroporto do centro com o de Lisboa e do Porto garantirá tarifas acessíveis a quem o vier a utilizar. Esta solução dará uma nova competitividade à indústria exportadora da Região Centro, bem como ao turismo nesta Região.

8. Ligar o TGV a Vigo e a Sevilha

O desenho do TGV espanhol tem medo da competição de Lisboa com Madrid e o desenho do TGV português tem o mesmo receio. Por isso se evita a ligação entre Valladolid e Aveiro; entre Madrid, Badajoz e Lisboa; e entre Lisboa, Beja e Sevilha. Aceitando estes receios mútuos, é importante ligar Lisboa a Vigo, a caminho de Valladolid e Europa do Norte, pois cada ligação justifica-se por si e conexão de todas, acrescenta valor. Também valerá a pena ligar Lisboa a Faro e depois a Sevilha, para nos ligarmos ao sul de Espanha e a Marrocos quando se pensar o túnel em Gibraltar.

9. Reforçar Portugal na NATO, União Europeia, ONU, CPLP e mundo que nos conhece e defender a paz pela interação económica e desenvolvimento

A independência de um país pequeno como Portugal é garantida pela sua identidade, dada pelo serviço que presta aos outros países e pela liberdade na escolha das alianças de paz e de defesa. Por isso, a ligação à NATO; à União Europeia, à ONU e à CPLP são elos de conhecimento e confiança fundamentais para a manutenção da paz e da interação promotora do desenvolvimento.

Na história que refazemos em interação com os sítios por onde passámos, percebemos que fizemos melhor na integração do que na segregação, criámos mais na troca, do que na exploração, desenvolvemos mais quando ensinámos e aprendemos do que quando nos mantivemos na ignorância mútua. É assim que somos dos melhores na globalização e é nessa linha que temos de Cumprir Portugal.

10. Cumprir Portugal integrando os imigrantes, melhorando os serviços dos Estado para nacionais e imigrantes e dando competências aos municípios

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

A questão que se coloca a Portugal não é receber mais ou menos imigrantes, mas sim integrar os que querem trabalhar e viver em Portugal, pois já todos percebemos que são essenciais ao crescimento do país e, ao mesmo tempo, representam uma potencialidade ligação criativa do país com o mundo.

Percebemos que o primeiro desafio é nos Serviços do Estado. Numa burocracia complicada, que facilmente desenvolve abusos de poder e cria um sistema de submissões de favores.

Num sistema educativo que tem dificuldade em ensinar o português para estrangeiros e em ensinar outras aprendizagens para alunos que não falam português pelo menos durante um ou dois anos. Num sistema de justiça lento e no sistema de saúde público saturado.

O segundo desafio é dos portugueses, mas aqui é bom perceber que é mais fácil de conseguir uma integração na proximidade dos pequenos locais, do que nos guetos que se criam nas grandes cidades. Por isso o PPM defende a delegação de muito mais meios e de competências no âmbito da integração de imigrantes nos municípios, muito deles interessados em criarem condições para a atração e enraizamento integrado de imigrantes.

11. Defender os valores da vida apostando no apoio familiar, comunitário, e estatal às grávidas, crianças e idosos.

Na subsidiaridade das funções do Estado e no respeito pelos princípios do povo português, é fundamental que o Estado promova o cuidado daqueles dos que têm menos capacidade de se defenderem, mas que constituem o elo essencial das pessoas e dos sítios de Portugal com a sua permanência, o respeito e conselho do seu passado e a esperança do seu futuro, que deve ordenar as ações do presente.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

O apoio às grávidas, às crianças e aos idosos, realizado pelo Estado, por intermédio das suas famílias e comunidades, é um sinal e um ato essencial para a criação e recriação de Portugal. Esquecer este princípio, e não o traduzir na adequação da legislação, é minar a vida das pessoas e dos sítios de Portugal e do mundo que ele serve em liberdade e vocação.

Porquê votar no PPM

O Grupo Parlamentar do PPM proporá e apoiará legislação e governação que promova o desenvolvimento sustentável das pessoas e dos sítios de Portugal, defendendo medidas próprias, combatendo soluções que desrespeitem os princípios estruturantes das pessoas e dos sítios de Portugal e ajustando soluções propostas pelas outras forças políticas.

Conclusão

O Grupo Parlamentar do PPM proporá e apoiará legislação e governação que promova o desenvolvimento sustentável das pessoas e dos sítios de Portugal, defendendo medidas próprias. E tem possibilidades de o conseguir, se os eleitores confiarem a eleição de pelo menos dois deputados que constituam um grupo parlamentar.

1. Em primeiro lugar, faremos aprovar a criação de um círculo de compensação, que dará a representação proporcional que a Constituição exige e aumentará a representatividade do conjunto de territórios que constituem o país.

2. Em segundo lugar, o PPM proporá e aprovará a liberdade de escolha das escolas, sejam elas do Estado, privadas ou sociais; e a liberdade de escolha dos hospitais, apoiados por acto médico, sejam eles do estado ou privados. Isso permitirá uma redução dos gastos do Estado, uma redução dos impostos, a redução do déficit, o crescimento económico e a atração de mão de obra e investimentos de qualidade respondendo à oferta de qualidade crescente da mão de obra nacional.

3. Em terceiro lugar, com uma política ambiental calibrada com taxas e subsídios, mais a exigência da uniformização de taxas de carbono a nível europeu, conseguiremos consenso nas políticas ambientais operacionalizadas pela calibração das indemnizações compensatórias e do imposto municipal sobre imóveis.

4. Uma análise custo benefício dos aeroportos e dos TGV irão muito provavelmente favorecer as soluções propostas pelo PPM de reforço da Portela e construção do TGV do arco atlântico Vigo – Lisboa – Faro –Sevilha. Quando os vários partidos perceberem os benefícios destas soluções face à imposição do aeroporto de Alcochete por escolha de alternativas irrelevantes, e perceberem as vantagens de implementar troços viáveis do TGV (Lisboa-Porto- Vigo) e (Lisboa-Faro-Sevilha) certamente teremos essas infraestruturas aprovadas e implementadas.

POR UMA NAÇÃO MAIS JUSTA E COM VERDADE

**POR UMA NAÇÃO
JUSTA E COM
VERDADE ***

